

Veículo: G1	
Data: 21/06/21	



## Operação Panaceia: empresário é preso após arma ser encontrada em apartamento de luxo em Salvador

Ação deflagrada nesta segunda-feira (21) cumpre mandados contra grupo empresarial do ramo de distribuição de medicamentos, suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos.

Por G1 BA

21/06/2021 09h37 Atualizado há 48 minutos



Revólver calibre 38 foi encontrado em apartamento de empresário — Foto: Divulgação/SSP-BA

Um empresário do ramo de medicamentos, que segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) é considerado um dos principais alvos da

**Operação Panaceia**, deflagrada na manhã desta segunda-feira (21), foi preso por posse ilegal de arma, após ser flagrado com um revólver. A operação cumpre 12 mandados de busca e apreensão em Salvador e Feira de Santana, a cerca de 100 quilômetros da capital, contra grupo empresarial do ramo de distribuição de medicamentos suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos.

De acordo com a SSP-BA, a arma calibre 38 foi localizada quando policiais civis realizavam buscas no apartamento de luxo onde mora o empresário, no bairro de Itaipara, em Salvador. Computadores, telefones celulares e documentos também foram apreendidos no local.

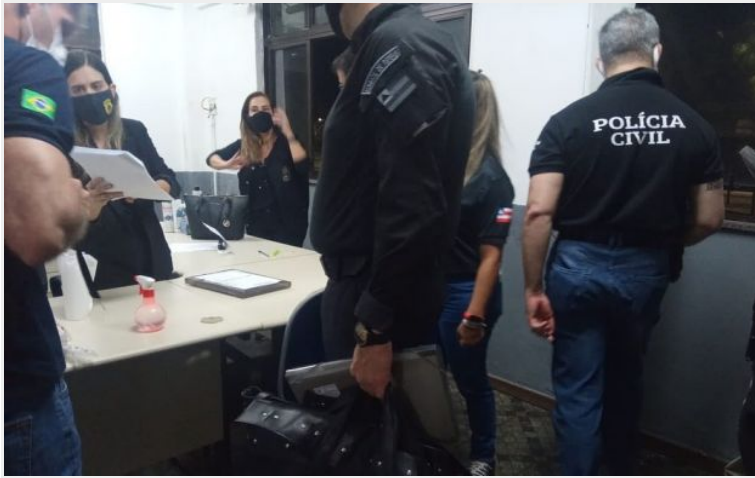
"Ele é um dos nossos principais alvos. Encontramos um revólver sem documentação e foi dada voz de prisão em flagrante pelo crime de posse ilegal de arma de fogo", disse a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira. O homem será encaminhado para a sede da Dececap e ficará à disposição da Justiça.

Ordens judiciais estão sendo cumpridas também em residências, nos bairros de Horto Florestal e Pituba e em empresas no bairro de Pirajá e Rio Vermelho, além de endereços, na cidade de Feira de Santana.

## **Operação Panaceia**

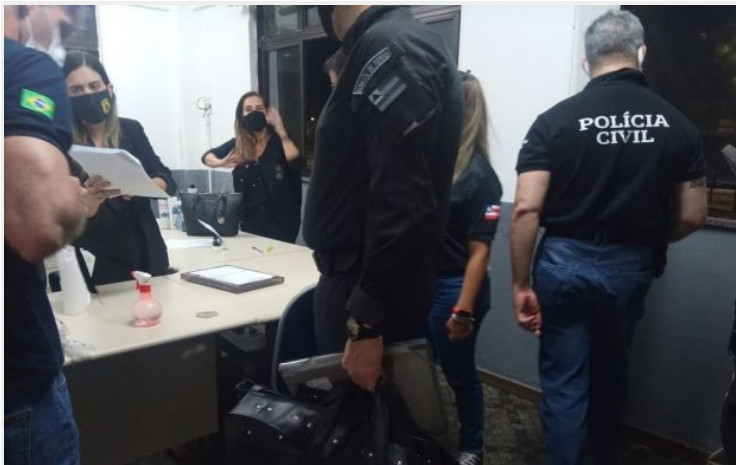
Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), além dos 12 mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados.

Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de "laranjas" ou "testas-de-ferro" e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal.



Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), além dos 12 mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados.

Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de “laranjas” ou “testas-de-ferro” e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal.



**Ação cumpre mandados de busca e apreensão em Salvador e Feira de Santana — Foto: Natália Verena/SSP-BA**

Ainda de acordo com a SSP, as investigações apontam também fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

Durante a ação, computadores, telefones celulares e documentos foram apreendidos na sede da empresa de distribuição de medicamentos, no bairro de Pirajá.

Além da sede da empresa, a operação cumpre mandados nos bairros do Rio Vermelho, Horto Florestal, Itaigara e Pituba.



Veículo: G1	
Data: 21/06/21	



## Operação cumpre mandados de busca em Salvador e Feira de Santana contra grupo suspeito de sonegar R\$ 39 milhões

Segundo SSP-BA, grupo empresarial do ramo de distribuição de medicamentos criava empresas em nome de 'laranjas' ou 'testas-de-ferro', com o intuito de sonegar impostos.

Por G1 BA

21/06/2021 06h27 Atualizado há 2 horas



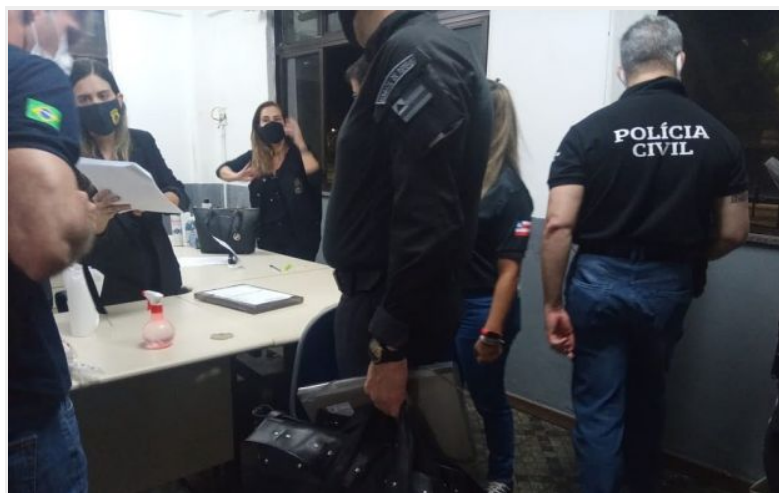
00:00/00:47

Polícia Civil cumpre mandados de busca e apreensão de combate à sonegação nesta segunda

Uma operação deflagrada nesta segunda-feira (21) cumpre 12 mandados de busca e apreensão em Salvador e Feira de Santana, a cerca de 100 quilômetros da capital, contra grupo empresarial do ramo de distribuição de medicamentos, suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos.

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), além dos mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados.

Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de “laranjas” ou “testas-de-ferro” e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal.



Ação cumpre mandados de busca e apreensão em Salvador e Feira de Santana — Foto: Natália Verena/SSP-BA

Ainda de acordo com a SSP, as investigações apontam também fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

Durante a ação, computadores, telefones celulares e documentos foram apreendidos na sede da empresa de distribuição de medicamentos, no bairro de Pirajá.

"Estamos cumprindo mandados na empresa que faz a contabilidade e na casa dos proprietários", explicou a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira.

Além do bairro de Pirajá, a operação cumpre mandados nos bairros do Rio Vermelho, Horto Florestal, Itagara e Pituba.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf).

*Confira mais notícias do estado no **G1 Bahia**.*



Operação foi deflagrada nesta segunda-feira — Foto: Natália Verena/SSP-BA



Grupo é suspeito sonegar R\$ 39 milhões em impostos. — Foto: Natália Verena/SSP-BA

Veículo: SiteA Tarde	Caderno: Salvador
Data: 21/06/2021	--

# A TARDE

Notícias

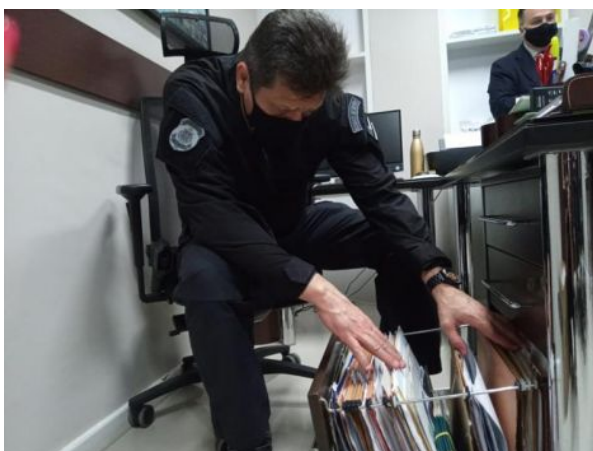
[Bahia](#)

[Salvador](#)

Seg , 21/06/2021 às 07:34 | Atualizado em: 21/06/2021 às 08:16

## Grupo empresarial do setor de medicamentos é suspeito de sonegar R\$ 39 milhões na Bahia

Da Redação



Doze mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Salvador e Região Metropolitana de Salvador (RMS) na manhã desta segunda-feira, 21, em uma operação policial que investiga a prática de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por um grupo empresarial que atua no setor de distribuição de medicamentos.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, o grupo teria cometido fraudes e lesado os cofres públicos. Os prejuízos aos cofres estaduais ultrapassam R\$ 39 milhões. O 'Operação Panacea' foi deflagrada pelo Ministério Público estadual, **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz)**, Polícia Civil e Receita Federal.

Investigações apontaram que o grupo criava empresas em nome de “laranjas” ou “testas-de-ferro” e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal.

Conforme a SSP, há "fortes indício" da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

Em Salvador, a operação cumpre mandados nos bairros do Pirajá, Rio Vermelho, Horto Florestal, Itagira e Pituba. Computadores, telefones celulares e documentos foram apreendidos, na sede da empresa de distribuição de medicamentos.

"As investigações apontam também para possível prática de lavagem de dinheiro. Estamos cumprindo mandados na empresa que faz a contabilidade e na casa dos proprietários", explicou a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira.

Além dos mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, com o objetivo de garantir a recuperação dos valores sonegados.



publicidade

publicidade

salvador

## Grupo suspeito de sonegar R\$39 milhões é alvo de operação da polícia

**Grupo empresarial atua no ramo de distribuição de medicamentos**

Da Redação

redacao@correio24horas.com.br

21.06.2021, 05:49:34

Atualizado: 21.06.2021, 07:29:58



(Natália Verena/Polícia Civil)

Um grupo empresarial, que atua no ramo de distribuição de medicamentos, suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos é alvo da operação Panceia, deflagrada nesta segunda-feira (21). Equipes da Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil e Departamento de Polícia Técnica), da Secretaria da Fazenda, do Ministério Público estadual e da Receita Federal cumprem mandados de busca e apreensão, em Salvador e Feira de Santana.

Computadores, telefones celulares e documentos foram apreendidos, na sede de uma empresa de distribuição de medicamentos, suspeita de sonegar R\$ 39 milhões em impostos. O flagrante aconteceu no bairro de Pirajá.

"As investigações apontam também para possível prática de lavagem de dinheiro. Estamos cumprindo mandados na empresa que faz a contabilidade e na casa dos proprietários", explicou a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira.

Além do bairro de Pirajá, a operação cumpre mandados nos bairros do Rio Vermelho, Horto Florestal, Itaigara e Pituba. Fazem parte da operação, o Departamento de Polícia Técnica, a Sefaz, Receita Federal e MP.

A Justiça também determinou também o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de "laranjas" ou "testas-de-ferro" e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal.

De acordo com as investigações, há ainda fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

A operação Panceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf).

\*\*\*

*Em tempos de coronavírus e desinformação, o CORREIO continua produzindo diariamente informação responsável e apurada pela nossa redação que escreve, edita e entrega notícias nas quais você pode confiar. Assim como o de tantos outros profissionais ligados a atividades essenciais, **nosso trabalho tem sido maior do que nunca**. Colabore para que nossa equipe de jornalistas seja mantida para entregar a você e todos os baianos conteúdo profissional.*

[Assine o jornal.](#)



Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Cidade
Data: 21/06/2021	Página: --



## Empresário de grupo que sonegou R\$ 39 milhões é preso

*De acordo com as investigações, o grupo criava empresas em nome de laranjas ou "testas-de-ferro" e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos.*

### Tribuna da Bahia, Salvador

21/06/2021 10:00 | Atualizado há 31 minutos



**Foto: Divulgação SSP**

Por Jefferson Gonçalves

A manhã desta segunda-feira (21), teve movimentação policial em alguns bairros. Cumprindo ordens judiciais nos bairros do Horto Florestal, Pituba, Pirajá e Rio Vermelho, além de endereços, na cidade de Feira de Santana, a Operação Panaceia investiga um grupo empresarial, que atua no ramo de distribuição de medicamentos, suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos. Até o momento a operação resultou em um empresário que foi preso armado na chegada da polícia, além de computadores, telefones celulares e documentos apreendidos.

O empresário do ramo de medicamentos, considerado um dos principais alvos, foi preso em flagrante, por posse ilegal de um revólver calibre 38. A arma foi localizada durante as buscas no apartamento de luxo onde mora o empresário, no bairro de Itaipara. Encaminhado para a sede da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), ele agora fica à disposição da Justiça.

"Ele é um dos nossos principais alvos. Encontramos um revólver, sem documentação e foi dada voz de prisão em flagrante pelo crime de posse ilegal de arma de fogo", disse a titular da Dececap, delegada Márcia Pereira.

Além dos mandados, a Justiça determinou também o bloqueio dos bens dos investigados, para garantir a recuperação dos valores sonegados. De acordo com as investigações, o grupo criava empresas em nome de laranjas ou "testas-de-ferro" e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal.

A operação foi deflagrada pela Dececap, através através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Departamento de Polícia Técnica, da **Secretaria da Fazenda**, do Ministério Público estadual e da Receita Federal.



Segunda, 21 de Junho de 2021 - 07:20

## ***Computadores e documentos são apreendidos dentro de empresas de medicamentos em SSA***



A Operação Panaceia, deflagrada na manhã desta segunda-feira (21), já apreendeu computadores, telefones celulares e documentos na sede de uma empresa de distribuição de medicamentos. Ela é suspeita de sonegar R\$ 39 milhões em impostos.

De acordo com a Polícia Civil, o flagrante ocorreu no bairro de Pirajá, onde está sediada a empresa. "As investigações apontam também para possível prática de lavagem de dinheiro. Estamos cumprindo mandados na empresa que faz a contabilidade e na casa dos proprietários", explicou a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira.

De acordo com o Ministério Público da Bahia (MP-BA), são 12 mandados de busca e apreensão em Salvador e em Feira de Santana. Na capital baiana, os mandados são cumpridos nos bairros do Rio Vermelho, Horto Florestal, Itaigara e Pituba.

### **OPERAÇÃO PANACEIA**

A operação foi deflagrada pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Departamento de Polícia Técnica, da **Secretaria da Fazenda**, do Ministério Público estadual e da Receita Federal.

Além dos mandados, a Justiça determinou também o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de "laranjas" ou "testas-de-ferro" e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal ([saiba mais aqui](#)).



Segunda, 21 de Junho de 2021 - 09:25

## ***Empresário é preso em prédio de luxo do Itaigara por posse ilegal de armas***



Um empresário do ramo de medicamentos foi preso em flagrante por posse ilegal de armas na manhã desta segunda-feira (21). Ele é um dos principais alvos da **Operação Panaceia**, deflagrada para investigar a sonegação de R\$ 39 milhões em impostos na Bahia.

Segundo a Polícia Civil, os agentes localizaram um revólver de calibre 38 durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência do investigado, um apartamento de luxo situado no bairro do Itaigara, em Salvador. Computadores, telefones celulares e documentos também foram apreendidos no local.

"Ele é um dos nossos principais alvos. Encontramos um revólver sem documentação e foi dada voz de prisão em flagrante pelo crime de posse ilegal de arma de fogo", disse a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira. O homem será encaminhado para a sede da Dececap e ficará à disposição da Justiça.

Em meio à operação, ordens judiciais estão sendo cumpridas em residências nos bairros de Horto Florestal e Pituba e empresas nos bairros de Pirajá e Rio Vermelho, além de endereços na cidade de Feira de Santana.

O Bahia Notícias conseguiu apurar que uma das empresas envolvidas é a Plus Pharma, sediada na capital baiana. Além disso, os agentes seguem a hipótese de que uma grande rede de farmácias da cidade esteja por trás do esquema criminoso ([saiba mais aqui](#)).



Segunda, 21 de Junho de 2021 - 08:43

## ***Alvos de operação contra sonegação de impostos são pequenas farmácias***

por Fernando Duarte / Ailma Teixeira



Farmácias de pequeno porte são os alvos diretos da Operação Panaceia, deflagrada na manhã desta segunda-feira (21) para apurar a sonegação de R\$ 39 milhões em impostos. O Bahia Notícias confirmou que uma dessas empresas é a Plus Pharma, sediada em Salvador.

Os investigadores, no entanto, seguem o indício de que uma grande rede de farmácias de Salvador esteja por trás do esquema.

Ao todo, os agentes cumprem 12 mandados de busca e apreensão na capital e em Feira de Santana. Antes das 7h, computadores e documentos já haviam sido apreendidos na sede de uma empresa de distribuição de medicamentos, no bairro de Pirajá ([veja aqui](#)).

Os atos são realizados pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), através através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, do Departamento de Polícia Técnica, da **Secretaria da Fazenda**, do Ministério Público da Bahia (MP-BA) e da Receita Federal.

Além dos mandados, a Justiça determinou ainda o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. Segundo as apurações, os suspeitos criavam empresas em nome de "laranjas" ou "testas-de-ferro" e as utilizavam para a sonegação. Com isso, também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal ([saiba mais aqui](#)).



Segunda, 21 de Junho de 2021 - 06:22

## ***Grupo suspeito de sonegar R\$ 39 milhões na Bahia é alvo de operação nesta segunda***



Um grupo empresarial que atua com distribuição de medicamentos é suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos. Ele é alvo da Operação Panaceia, deflagrada nesta segunda-feira (21) na Bahia.

Equipes da Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil e Departamento de Polícia Técnica), da **Secretaria da Fazenda**, do Ministério Público da Bahia (MP-BA) e da Receita Federal cumprem 12 mandados de busca e apreensão, em Salvador e Feira de Santana, segundo o MP-BA. Além disso, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, a fim de garantir a recuperação dos valores sonegados.

As investigações apontam que os envolvidos criavam empresas em nome de "laranjas" ou "testas-de-ferro" e utilizavam empresas sem existência operacional com o intuito de sonegar impostos. Em meio a isso, foram identificados também prejuízos ao Fisco Federal.

Os investigadores apontam ainda que há fortes indícios da prática de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo através da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

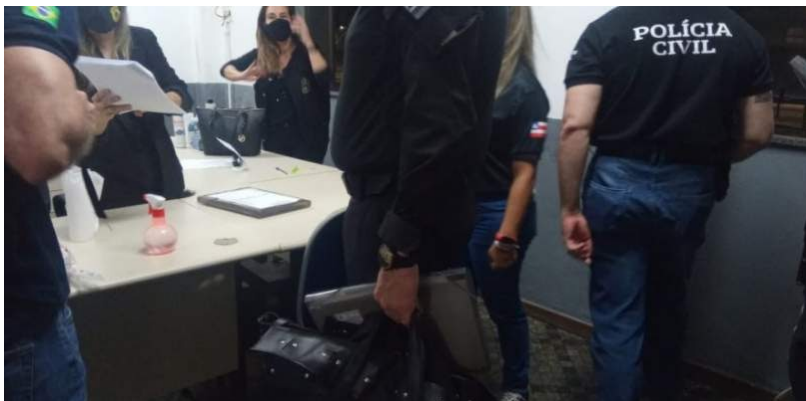
Em nota, a Polícia Civil explica que a Operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf).

Veículo: Bocão News	
Data: 21/06/21	



POLÍCIA

## Polícia mira grupo que atua na distribuição de medicamentos e sonegou R\$ 39 milhões na Bahia



21 de Junho de 2021 às 06:09

Por: Divulgação Por: Redação BNews

Suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos, um grupo empresarial que atua no ramo de distribuição de medicamentos é alvo da Operação Panaceia, em Salvador e Feira de Santana, nesta segunda-feira (21). Computadores, telefones celulares e documentos foram apreendidos na sede de uma empresa, no bairro de Pirajá, na capital baiana. A operação também cumpriu mandados nos bairros do Rio Vermelho, Horto Florestal, Itaipara e Pituba.



Os mandados de busca e apreensão são cumpridos pela Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil e Departamento de Polícia Técnica), da Secretaria da Fazenda, do Ministério Público estadual e da Receita Federal. A Justiça também determinou bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. Não há ordem de prisão,

"As investigações apontam também para possível prática de lavagem de dinheiro. Estamos cumprindo mandados na empresa que faz a contabilidade e na casa dos proprietários", explicou a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira.

De acordo com as investigações, o grupo criava empresas em nome de "laranjas" ou "testas-de-ferro" e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal.

Os investigadores identificaram também que há ainda fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf).

## Operação em Feira de Santana e Salvador combate grupo que sonegou R\$ 39 milhões na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um grupo empresarial, que atua no ramo de distribuição de medicamentos, suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos é alvo da operação Panaceia, deflagrada nesta segunda-feira (21). Equipes da **Secretaria da Segurança Pública** (Polícia Civil e Departamento de Polícia Técnica), da Secretaria da Fazenda, do Ministério Público estadual e da Receita Federal cumprem mandados de busca e apreensão, em Salvador e Feira de Santana. porém não passaram informações sobre suspeitos e locais.

Foto: Polícia Civil

Além dos mandados, a Justiça determinou também o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de 'laranjas' ou 'testas-de-ferro' e utilizava empresas sem

existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao **Fisco** Federal.

De acordo com as investigações, há ainda fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf).

**Assuntos e Palavras-Chave:** SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO



## Grupo empresarial do setor de medicamentos é alvo de operação policial por sonegação de quase R\$ 40 milhões em impostos na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um grupo empresarial, que atua no ramo de distribuição de medicamentos, suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos é alvo da operação Panaceia, deflagrada nesta segunda-feira (21/6). Equipes da **Secretaria da Segurança Pública** (Polícia Civil e Departamento de Polícia Técnica), da Secretaria da Fazenda, do Ministério Público estadual e da Receita Federal cumprem mandados de busca e apreensão, em Salvador e Feira de Santana.

Além dos mandados, a Justiça determinou também o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de 'laranjas' ou 'testas-de-ferro' e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao **Fisco** Federal.

De acordo com as investigações, há ainda fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf).

Operação Panaceia combate sonegação de impostos por grupo empresarial, na Bahia.  
[pic.twitter.com/Q2TruFXmH0](https://pic.twitter.com/Q2TruFXmH0)

- Aratu On (de ??) (@aratuonline) June 21, 2021

LEIA MAIS: Em jogo de poucas emoções, Bahia e Corinthians ficam no zero a zero, em Pituvaçu

Acompanhe todas as notícias sobre o novo coronavírus.

?Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos no [www.aratuon.com.br/aovivo](http://www.aratuon.com.br/aovivo). Nos mande uma mensagem pelo WhatsApp: (71) 99986-0003.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP, Operação Policial | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 21/06/21	



## GRUPO EMPRESARIAL É ALVO DE INVESTIGAÇÃO CONTRA FRAUDES DE MAIS DE R\$ 39 MILHÕES NA BAHIA



admin 21 Junho, 2021

Doze mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos na manhã desta segunda-feira (21), pela Operação Panaceia, deflagrada pelo Ministério Público estadual, **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz)**, Polícia Civil e Receita Federal.

A operação investiga a prática de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por grupo empresarial que atua no setor de distribuição de medicamentos na cidade de Salvador e Região Metropolitana. Os prejuízos aos cofres estaduais ultrapassam R\$ 39 milhões. Além dos mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados.

Segundo os investigadores, o grupo criava empresas em nome de “laranjas” ou “testas-de-ferro” e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal. De acordo com as investigações, há fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf); Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor), da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria de Segurança Pública (SSP), com a participação da Receita Federal.

Foto: Ilustrativa/ Polícia Civil / Divulgação

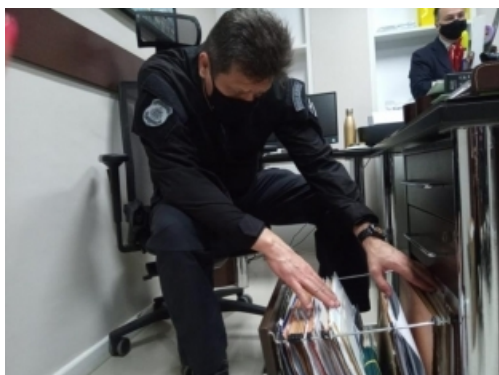


## ECONOMIA (/ ECONOMIA)

### EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS É ALVO DE SONEGAR R\$39 MILHÕES

Investigação aponta lavagem de dinheiro por grupo empresarial de distribuição de medicamentos em Salvador e RMS.

Tasso Franco , da redação em Salvador | 21/06/2021 às 08:13



Doze mandados de busca e apreensão sendo cumpridos em Salvador e RMS

Foto: SSP

Doze mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos na manhã de hoje, dia 21, pela Operação Panaceia, deflagrada pelo Ministério Público estadual, Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), Polícia Civil e Receita Federal. A operação investiga a prática de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por grupo empresarial que atua no setor de distribuição de medicamentos na cidade de Salvador e Região Metropolitana. Os prejuízos aos cofres estaduais ultrapassam R\$ 39 milhões.

Além dos mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. Coletiva virtual será concedida às 10h30.

Acesse por <http://meet.google.com/zcy-qwhp-nuz> e se identifique, incluindo também o nome do veículo.

Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de "laranjas" ou "testas-de-ferro" e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal. De acordo com as investigações, há fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf); Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor), da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria de Segurança Pública (SSP), com a participação da Receita Federal.



(/enviarnoticia?

idEditoria=

1&idNoticia=

133000)

Veículo: bahia.ba	
Data: 19 a 21/06/2021	Caderno: Economia



Publicado em

Publicado em 21/06/2021 às 11h44.

# **Empresários investigados por sonegação fiscal atuavam no ramo de medicamentos há 20 anos**

## ***Operação seguiu os rastros da extinta Millenium Farma Distribuidora de Medicamentos LTDA***

O grupo de empresários que foi alvo da Operação Panaceia nesta segunda-feira (21) por prática de sonegação fiscal atuava no ramo de distribuição de medicamentos na Bahia há mais de 20 anos.

Em coletiva à imprensa realizada no fim da manhã, a titular da Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (INFIP), inspetora Sheilla Meirelles, informou que as investigações começaram em 2010, seguindo os rastros da extinta Millenium Farma Distribuidora de Medicamentos LTDA.

“Começou por essa empresa que tinha débito. Observamos que ela alterou o sócio e colocou outros. A gente foi observar a prática de colocar laranjas na empresa para fugir do débito tributário. Começamos a investigação em uma empresa que realmente existiu, mas não opera mais. Trocou o quadro de sócios. O grupo atua há mais de 20 anos no mercado, nesse ramo. A empresa que deixou o primeiro débito foi a Millenium Farma”, explicou.

Conforme destacou a inspetora, ao fazer uso das chamadas “laranjas” ou “testas-de-ferro”, os empresários iam abrindo novas empresas com o dinheiro sonegado e fechando antigas empresas

com débitos. Cerca de sete ou oito empresas fazem parte do esquema criminoso. A polícia mantém em sigilo os nomes das outras empresas e das pessoas que estão sendo investigadas.

**Novos rumos** – O grupo de empresários investigado pela Operação Panaceia, acusado de causar [prejuízo de R\\$ 39 milhões ao Fisco](#) nas esferas estadual e federal, começou a ser investigado em 2010. De lá para cá, uma série de crimes foram cometidos, conforme informou a Polícia Civil.

Ao deflagrar a operação realizada nesta segunda-feira (21), a polícia apreendeu documentos que poderão apontar novos alvos na investigação. Segundo a delegada da Polícia Civil, Márcia Pereira, além da [arma apreendida](#) com um empresário em um condomínio de luxo no Itaigara, também foram apreendidos computadores, celulares e uma vasta documentação.

“Com a situação de hoje, nós teremos mais algumas medidas que serão tomadas, representações que serão protocoladas. Com um dos alvos encontramos o que a gente acredita que era um escritório ambulante que ele andava. Uma vasta documentação muito boa para a nossa operação”, afirmou. De acordo com ela, a equipe vai agora analisar os documentos apreendidos, devendo concluir toda a verificação nos próximos 30 dias.

Integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf), o promotor de Justiça Claudio Jenner Moura Bezerra também participou da coletiva de imprensa desta segunda e comentou sobre a operação.

“O objetivo foi complementar a investigação contra a prática de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e associação criminosa em um grupo com distribuição de medicamentos em Salvador e região metropolitana. Provocou um prejuízo grande. Não é só sonegação, mas associação criminosa e prejuízo à livre concorrência. É importante combater esse crime, que atinge um número indeterminado de pessoas. Foi uma investigação muito profícua até então”, disse.

A Operação Panaceia contou ainda com integrantes da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), por meio da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil.

## Operação cumpre mandado de busca e apreensão contra grupo que sonogou R\$ 39 milhões em Feira e Salvador



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Natália Verena/SSP

Nesta segunda-feira (21), uma operação deflagrada cumpre mandados de busca e apreensão em Salvador e Feira de Santana, contra grupo empresarial do ramo de distribuição de medicamentos, suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos.

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), além dos mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonogados.

De acordo o Bahia.Ba, o grupo criava empresas em nome de 'laranjas' ou 'testas-de-ferro' e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de

sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao **Fisco** Federal.

A SSP informa ainda que as investigações apontam também fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf).

'A prefeitura fiscaliza, mas o trabalho efetivo é da PM', diz prefeito sobre guerra de espadas em Cruz das Almas

Cruz das Almas: prefeitura proíbe venda de bebidas alcoólicas no São João

A popularidade de Bolsonaro tem incomodado muita gente', diz Roma sobre fala de Rui a respeito da motociaata



'João Roma é o futuro da Bahia', diz Bolsonaro durante visita do Ministro à Amargosa

**Assuntos e Palavras-Chave:** SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO

## Operação combate grupo que sonegou R\$ 39 milhões na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma operação deflagrada nesta segunda-feira (21) cumpre mandados de busca e apreensão em Salvador e Feira de Santana, contra grupo empresarial do ramo de distribuição de medicamentos, suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos.

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), além dos mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados.

Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de 'laranjas' ou 'testas-de-ferro' e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao **Fisco** Federal.

A SSP informa ainda que as investigações apontam

também fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf).

FONTE: bahia.ba

**Assuntos e Palavras-Chave:** SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO

Veículo: Gov Bahia	
Data: 21/06/2021	



## **Operação Panaceia é deflagrada contra esquema de fraudes superior a R\$ 39 milhões aos cofres estaduais**

21 junho 2021

Doze mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos na manhã desta segunda-feira (21), pela Operação Panaceia, deflagrada pelo Ministério Público estadual, **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz)**, Polícia Civil e Receita Federal. A operação investiga a prática de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por grupo empresarial que atua no setor de distribuição de medicamentos na cidade de Salvador e região metropolitana. Os prejuízos aos cofres estaduais ultrapassam R\$ 39 milhões. Além dos mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. Coletiva virtual será concedida às 10h30.

Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de “laranjas” ou “testas-de-ferro” e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal. De acordo com as investigações, há fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf); Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor), da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria de Segurança Pública (SSP), com a participação da Receita Federal.

***Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)***

Veículo: Metro 1	
Data: 21/06/21	



## Operação Panaceia é deflagrada contra esquema de fraudes; prejuízo aos cofres públicos passa de R\$ 39 mi

Doze mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos nos bairros de Pirajá, Rio Vermelho, Horto Florestal, Itaipara e Pituba, em Salvador, e também na Região Metropolitana



Foto: Natália Verena/Ascom PC

Por: **Kamille Martinho** no dia 21 de junho de 2021 às 07:47

Doze mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos na manhã desta segunda-feira (21) nos bairros de Pirajá, Rio Vermelho, Horto Florestal, Itaipara e Pituba, em Salvador, e também na Região Metropolitana, pela Operação Panaceia. A ação foi

deflagrada pelo Ministério Público estadual, **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz)**, Polícia Civil e Receita Federal e investiga a prática de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por grupo empresarial, atuante no setor de distribuição de medicamentos. Computadores, telefones celulares e documentos já foram apreendidos.

Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de “laranjas” ou “testas-de-ferro” e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Os prejuízos aos cofres estaduais ultrapassam R\$ 39 milhões. "As apurações apontam também para possível prática de lavagem de dinheiro. Estamos cumprindo mandados na empresa que faz a contabilidade e na casa dos proprietários", explicou a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira.

O grupo criava empresas em nome de “laranjas” ou “testas-de-ferro” e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Além dos mandados, a Justiça determinou também o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados.

Veículo: Política Livre	
Data: 19 a 21/2021	Caderno: Economia



21 de junho de 2021 | 07:33

## ***Polícia deflagra Operação Panaceia contra esquema de fraudes superior a R\$ 39 mi***

### **BAHIA**

Doze mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos na manhã de hoje, dia 21, pela Operação Panaceia, deflagrada pelo Ministério Público estadual, Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), Polícia Civil e Receita Federal. A operação investiga a prática de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por grupo empresarial que atua no setor de distribuição de medicamentos na cidade de Salvador e Região Metropolitana. Os prejuízos aos cofres estaduais ultrapassam R\$ 39 milhões. Além dos mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados.

Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de “laranjas” ou “testas-de-ferro” e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal. De acordo com as investigações, há fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf); Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor), da Polícia Civil da Bahia, da

Secretaria de Segurança Pública (SSP), com a participação da Receita Federal.

## Grupo suspeito de sonegar R\$ 39 milhões na Bahia é alvo de operação nesta segunda



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um grupo empresarial que atua com distribuição de medicamentos é suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos. Ele é alvo da Operação Panaceia, deflagrada nesta segunda-feira (21) na Bahia.

Equipes da **Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil e Departamento de Polícia Técnica)**, da Secretaria da Fazenda, do Ministério Público da Bahia (MP-BA) e da Receita Federal cumprem 12 mandados de busca e apreensão, em Salvador e Feira de Santana, segundo o MP-BA. Além disso, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, a fim de garantir a recuperação dos valores sonegados.

As investigações apontam que os envolvidos criavam empresas em nome de "laranjas" ou "testas-de-ferro" e utilizavam empresas sem existência operacional com o intuito de sonegar impostos. Em meio a isso, foram

identificados também prejuízos ao **Fisco** Federal.

Os investigadores apontam ainda que há fortes indícios da prática de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo através da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

Em nota, a **Polícia Civil** explica que a Operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da **Polícia Civil**, Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf).

BN

**Assuntos e Palavras-Chave:** SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP, Segurança, Polícia, Polícia Técnica | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO



Veículo: Varela net	
Data: 21/06/21	



**CIDADE**

## **Operação cumpre mandados de busca em Salvador contra grupo empresarial**

Materiais foram apreendidos no bairro de Pirajá e mandados serão cumpridos no Rio Vermelho, Horto Florestal, Itaipara e Pituba

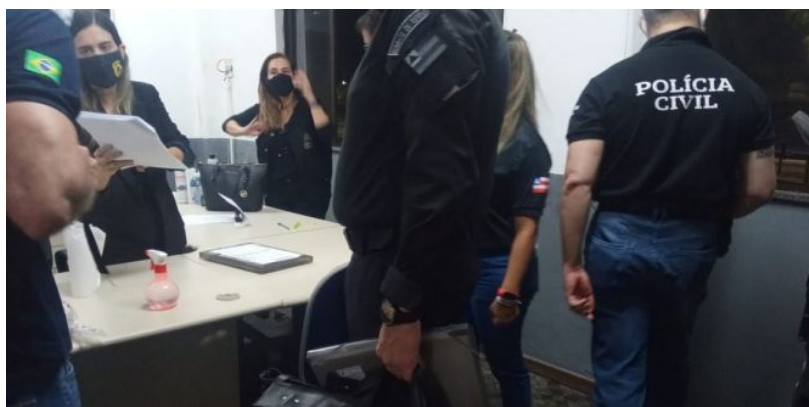


Foto: Natália Verena/SSP-BA | Por Redação no dia 21 de junho de 2021 às 09:00

Uma operação foi deflagrada na manhã desta segunda-feira (21), cumprindo mandados de busca e apreensão em Salvador e Feira de Santana. A ação policial

tem o objetivo de combater um grupo empresarial do ramo de distribuição de medicamentos, suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), a Justiça ainda determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados.

Segundo as investigações, o grupo criava empresas em nome de “laranjas” ou “testas-de-ferro” e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal.

Ainda de acordo com a SSP, as investigações ainda apontam fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

Durante a ação, computadores, telefones celulares e documentos foram apreendidos na sede da empresa de distribuição de medicamentos, no bairro de Pirajá. A operação cumpre mandados nos bairros do Rio Vermelho, Horto Florestal, Itaigara e Pituba.

"Estamos cumprindo mandados na empresa que faz a contabilidade e na casa dos proprietários", explicou a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração

Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf).

## Grupo suspeito de sonegar R\$ 39 milhões na Bahia é alvo de operação nesta segunda



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um grupo empresarial que atua com distribuição de medicamentos é suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos. Ele é alvo da Operação Panaceia, deflagrada nesta segunda-feira (21) na Bahia.

Equipes da **Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil e Departamento de Polícia Técnica)**, da Secretaria da Fazenda, do Ministério Público da Bahia (MP-BA) e da Receita Federal cumprem 12 mandados de busca e apreensão, em Salvador e Feira de Santana, segundo o MP-BA. Além disso, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, a fim de garantir a recuperação dos valores sonegados.

As investigações apontam que os envolvidos criavam empresas em nome de 'laranjas' ou 'testas-de-ferro' e utilizavam empresas sem existência operacional com o intuito de sonegar impostos. Em meio a isso, foram

identificados também prejuízos ao **Fisco** Federal.

Os investigadores apontam ainda que há fortes indícios da prática de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo através da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

Em nota, a **Polícia Civil** explica que a Operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da **Polícia Civil**, Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf). (Bahia Notícias)

**Assuntos e Palavras-Chave:** SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP, Segurança, Polícia, Polícia Técnica | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO

## Sorteio de junho da Nota Premiada Bahia contempla moradores de 21 cidades



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: diario

Texto: Agecom Bahia. Foto: Eli Corrêa. **Governo da Bahia**. Fonte: SEFAZ Bahia

Vitória da Conquista tem um contemplado

O resultado do sorteio de junho da **Nota Premiada Bahia** saiu nesta quinta-feira (17), contemplando 91 moradores de 21 municípios. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro da Vila Laura. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 55 foram para Salvador e 35 para o interior. A lista completa dos ganhadores, que se encontra no final do texto nesta página, pode ser consultada no site da campanha e ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter

@sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Feira de Santana e Itabuna, com seis pessoas sorteadas em cada um. Na sequência estão Camaçari (3), Teixeira de Freitas (2), Ipiaú (2) e Lauro de Freitas (2). Completam a lista 14 municípios que tiveram um sorteado cada: Dias D’ávila, Vitória da Conquista, Serrinha, Simões Filho, Candeias, Itapetinga, São Desidério, Catu, Alagoinhas, Juazeiro, Mucuri, Porto Seguro, Nazaré e Ibotirama.

Quem está cadastrado na **Nota Premiada Bahia** e costuma incluir o CPF na nota ainda terá uma grande chance este mês: no próximo dia 30 ocorre o aguardado sorteio especial de R\$ 1 milhão para um único participante. Concorrem todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021. Este será o terceiro sorteio especial desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em 2018.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 612 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, já contabilizando repasse feito nesse mês de junho no valor de R\$ 3 milhões.

Fonte: Ascom/Sefaz

The post Sorteio de junho da **Nota Premiada Bahia** contempla moradores de 21 cidades appeared first on Diário do Sudoeste da Bahia.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: TV Itapoan/Record BA	
Data: 21/06/2021	Programa: Bahia no Ar
Assunto: Operação desarticula grupo de empresários que sonegou mais de <b><u>R\$ 39 milhões.</u></b>	

**Data:** 21/06/2021

**Hora:** 07:50

**Emissora:** TV Itapoan/Record BA

**Programa:** Bahia no Ar

**Apresentador (a):** --

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Operação desarticula grupo de empresários que sonegou mais de **R\$ 39 milhões.**



Veículo: Rádio Band News FM	
Data: 21/06/2021	Programa: Notícias
Assunto: Operação Panaceia combate grupo empresarial que sonegou R\$ 39 milhões na Bahia. Cita a <b>Sefaz</b> .	

**Data:** 21/06/2021

**Hora:** 06:02:34

**Emissora:** Rádio Band News FM

**Programa:** Notícias

**Apresentador (a):** --

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Operação Panaceia combate grupo empresarial que sonegou R\$ 39 milhões na Bahia. Cita a **Sefaz**.

Veículo: Rádio Sociedade da Bahia (AM 740 Salvador)	
Data: 21/06/2021	Programa: Sociedade Urgente
Assunto: Grupo empresarial suspeito de sonegar R\$39 milhões em impostos é alvo da Operação Panaceia. <b>Cita a Sefaz.</b>	

**Data:** 21/06/2021

**Hora:** 07:04

**Emissora:** Rádio Sociedade da Bahia (AM 740 Salvador)

**Programa:** Sociedade Urgente

**Apresentador (a):** --

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Grupo empresarial suspeito de sonegar R\$39 milhões em impostos é alvo da Operação Panaceia. **Cita a Sefaz.**

## VITÓRIO DIZ QUE DÍVIDA PÚBLICA DA BAHIA TEM CAÍDO COM O TEMPO E COMEMORA MAIS DE 15 BI EM INVESTIMENTOS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Segundo informações do secretário da Fazenda, **Manoel Vitória**, durante audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia (**ALBA**), a dívida pública da Bahia tem caído com o passar dos tempos. O secretário explicou que em 2006, o estado precisaria de toda receita corrente líquida - 'e mais alguma coisa' - para quitar a **dívida pública**. Hoje, metade da receita corrente líquida já seria suficiente para saldar a dívida.

'A situação de outros estados ainda é pior, como o Rio de Janeiro, que precisaria de quase três vezes a receita corrente líquida e o Rio Grande do Sul, que ultrapassa duas', explicou Vitória, na audiência virtual. O **Governo da Bahia** investiu R\$ 15,5 bilhões entre janeiro de 2015 e abril de 2021, ficando em valores absolutos atrás apenas de São Paulo na destinação de recursos para obras e ações voltadas diretamente ao atendimento das demandas da população. A informação foi trazida pelo . Com um orçamento cinco vezes maior, o Executivo paulista investiu três vezes mais (R\$ 46,6 bilhões), no

mesmo período.

Vitório observou que o Rio de Janeiro, entre 2015 e 2021, investiu apenas R\$ 13,45 bilhões, sendo seguido do Ceará, com investimentos de R\$ 12,94 bilhões, e o Pará, com R\$ 9,75 bilhões. Minas Gerais, apesar da maior população e da força da **economia**, não aparece nem entre os cinco primeiros estados no quesito investimentos.

O volume de despesas do Estado no primeiro quadrimestre de 2021 teve um acréscimo de 7,86% quando comparado ao mesmo período do ano passado. As despesas de capital foram as que mais cresceram, em parte pelos investimentos feitos pelo Estado e também por outros fatores como o aumento do dólar. 'As despesas de capital tiveram um aumento de 31%', disse o secretário, explicando que a redução do custeio da máquina pública e o aumento da **arrecadação** conseguiram financiar esse item.

A qualificação do gasto público, segundo o secretário, foi um dos fatores para o bom desempenho fiscal da Bahia. Segundo ele, o Estado conseguiu obter **economia** real de R\$ 7,8 bilhões com o custeio da máquina desde 2015. A **arrecadação** do **ICMS** baiano também vem crescendo acima da média nacional nos últimos anos: a participação da Bahia no cômputo nacional de **arrecadação** do imposto agora corresponde a 5%. Esta participação era de 4,22% em 2012 e vem crescendo desde então.

Vitório explicou ainda que o **equilíbrio fiscal** levou a

Bahia a obter a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional - para avaliar a saúde fiscal dos estados e municípios. A classificação atesta a boa gestão das contas pelo **Governo da Bahia** e o torna apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos investimentos.(TB)

Foto: divulgação

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Economia | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - ALBA | Procuradoria Geral do Estado - ICMS,Arrecadação | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio,Arrecadação,ICMS,Dívida Pública,Equilíbrio Fiscal

## Sorteio de junho da Nota Premiada Bahia contempla moradores de 21 cidades



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O resultado do sorteio de junho da **Nota Premiada Bahia** saiu nesta quinta-feira (17), contemplando 91 moradores de 21 municípios. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro da Vila Laura. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 55 foram para Salvador e 35 para o interior. A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site da campanha e ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Feira de Santana e Itabuna, com seis pessoas sorteadas em cada um. Na sequência estão Camaçari (3), Teixeira de Freitas (2), Ipiaú (2) e Lauro de Freitas (2). Completam a lista 14 municípios que tiveram um sorteado cada: Dias D'Ávila, Vitória da Conquista, Serrinha, Simões Filho, Candeias, Itapetinga, São Desidério, Catu, Alagoinhas, Juazeiro,

Mucuri, Porto Seguro, Nazaré e Ibotirama.

Quem está cadastrado na **Nota Premiada Bahia** e costuma incluir o CPF na nota ainda terá uma grande chance este mês: no próximo dia 30 ocorre o aguardado sorteio especial de R\$ 1 milhão para um único participante. Concorrem todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021. Este será o terceiro sorteio especial desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em 2018.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 612 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões

distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, já contabilizando repasse feito nesse mês de junho no valor de R\$ 3 milhões.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

## Relação dos ganhadores de junho da Nota Premiada Bahia é divulgada; Camaçari tem 3 contemplados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O resultado do sorteio de junho da **Nota Premiada Bahia** contemplou 91 moradores de 21 municípios. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro da Vila Laura. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 55 foram para Salvador e 35 para o interior.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Feira de Santana e Itabuna, com seis pessoas sorteadas em cada um. Na sequência estão Camaçari (3), Teixeira de Freitas (2), Ipiaú (2) e Lauro de Freitas (2). Completam a lista 14 municípios que tiveram um sorteado cada: Dias D'ávil, Vitória da Conquista, Serrinha, Simões Filho, Candeias, Itapetinga, São Desidério, Catu, Alagoinhas, Juazeiro, Mucuri, Porto Seguro, Nazaré e Ibotirama.

costuma incluir o CPF na nota ainda terá uma grande chance este mês: no próximo dia 30 ocorre o aguardado sorteio especial de R\$ 1 milhão para um único participante. Concorrem todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021. Este será o terceiro sorteio especial desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em 2018.

### Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais.

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Quem está cadastrado na **Nota Premiada Bahia** e



## Seis feirenses sorteados no Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O resultado do sorteio de junho da **Nota Premiada Bahia** saiu nesta quinta-feira (17), contemplando 91 moradores de 21 municípios. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro da Vila Laura. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 55 foram para Salvador e 35 para o interior. A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site da campanha e ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Feira de Santana e Itabuna, com seis pessoas sorteadas em cada um. Na sequência estão Camaçari (3), Teixeira de Freitas (2), Ipiaú (2) e Lauro de Freitas (2). Completam a lista 14 municípios que tiveram um sorteado cada: Dias D'Ávila, Vitória da Conquista, Serrinha, Simões Filho, Candeias, Itapetinga, São Desidério, Catu, Alagoinhas, Juazeiro, Mucuri, Porto Seguro, Nazaré e Ibotirama.

Quem está cadastrado na **Nota Premiada Bahia** e costuma incluir o CPF na nota ainda terá uma grande chance este mês: no próximo dia 30 ocorre o aguardado sorteio especial de R\$ 1 milhão para um único participante. Concorrem todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021. Este será o terceiro sorteio especial desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em 2018.

### Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 612 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, já contabilizando repasse feito nesse mês de

junho no valor de R\$ 3 milhões.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da  
Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show  
de Solidariedade



mercado

Ford paga R\$ 2,15 bi à Bahia por fechamento de fábrica

Verba é indenização ao estado por investimentos que não foram realizados

Eduardo Sodré

SÃO PAULO Cinco meses após encerrar a produção de veículos no Brasil, a Ford pagou nesta sexta (18) uma indenização de R\$ 2,15 bilhões ao governo do estado da Bahia...

ri em contrapartida a incentivos fiscais e financiamento a capital de giro. A unidade foi fechada em janeiro, após a fabricante anunciar que encerraria a produção de automóveis no Brasil...

o parâmetro das negociações para chegar ao valor da indenização devida pela empresa, acrescido de correção monetária, diz o governo da Bahia, em nota. Também em nota, a Ford informou que efetuou o pagamento nesta sexta...

da há alguns em andamento. A Ford prevê um impacto de US\$ 4,1 bilhão em despesas nos próximos dois anos, com US\$ 2,5 bilhões em 2020 e US\$ 1,6 bilhão em 2021. O processo teve início em 2019, quando as atividades em São Bernardo do Campo (SP) foram encerradas. Em 1 de janeiro, a montadora anunciou o encerramento em Camaçari, Horizonte (CE) e Taubaté (SP).



737 MAX 10 FAZ SEU 1º VOO Modelo, o maior da família, com capacidade para 230 passageiros, se prepara para decolar em Renton, Washington

COMUNICADO A Claro S/A informa aos seus clientes os novos valores máximos homologados e promocionais dos Planos Alternativos de Serviço PÁS 243-LD e PÁS 244-LD, nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional...

Table with columns for Franquia, Valores máximos homologados, Promoção para todos, and various service codes (AC, ES, RR, SC, SP, MT e MG, BA e DF, AP, GO, MA, MS, PR e TO, AL, AM, CE, PA, PB, PE, PI, RN, RS e SE, RJ, RO). Includes sub-tables for Tipo de chamada and Destino chamada.

COMUNICADO A Claro S/A comunica aos clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado STFC, na modalidade Longa Distância Nacional, os novos valores máximos homologados e promocionais dos Planos Alternativos de Serviço PÁS 012-LD e PÁS 223-LD...

Table with columns for Tipo de chamada, Estados, and various service codes. Includes sub-tables for Franquia Fio-Fio em qualquer horário and Franquia Fio-Fio em qualquer horário. Includes sub-tables for Tipo de chamada and Estados.

Cooperativa de Crédito Múltiplo dos Empregados da Embraer COOPEREM CNPJ nº 46.642.294/0001-56 - NIRE nº 35400010797 Assessoria Geni Extrajudicial - Edital de Convocação...

BOVINA SAÚDE LTDA. NOTIFICAÇÃO POR EDITAL. Para fins de cumprimento do Art.13 parágrafo Único da Lei 9636/96 e da Súmula Normativa 260/15 da ANS...

O OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DEBIDA CAPITAL, nos termos do art. 26, §4º do Estatuto da Prefeitura Municipal de Araras, informa que foi promovido o leilão de bens imóveis...

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO...

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DE CARIÁBIA SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Rua Nunes Machado, 095 - 4º Andar - CEP: 324-555 - Fone: 3244-5555 - E-mail: Segreg@caribia.com.br

PROZAC 300CAPS. Ofício do 5º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, em virtude de não serem encontrados os dados cadastrais...

Smartfit Ginásio de Ginástica e Dança S/A CNPJ nº 09.789.000/01-78 - NIRE 35.300.477-00 - Companhia Aberta. Edital de abertura do Edital de Convocação do Conselho de Administração Realizado em 18 de Maio de 2021...



Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 19 a 21/06/2021	Caderno: Economia



# Governo da Bahia confirma indenização de R\$ 2,15 bilhões da Ford por fechar fábrica

*Valor foi pago integralmente hoje, segundo informa a montadora, e não há detalhes de como será utilizado; fábrica produzia os modelos Ka e EcoSport*

**Cleide Silva, O Estado de S.Paulo**

18 de junho de 2021 | 20h36

O governo da **Bahia** informou que recebeu da **Ford** nesta sexta-feira, 18, R\$ 2,15 bilhões como indenização pelo fechamento, em janeiro, da sua fábrica em **Camaçari**, onde produzia os modelos **Ka** e **EcoSport**.

A nota explica que, em 2014, foi feito um termo aditivo a contrato firmado entre as partes em que a empresa se comprometia a realizar investimentos no complexo industrial **Ford Nordeste**, em contrapartida a ações de fomento e financiamento de capital de giro criadas pelo Estado.

“Com a decisão da Ford por fechar o complexo em definitivo, estes benefícios foram o parâmetro das negociações para se chegar ao valor da indenização devida pela empresa, acrescido de correção monetária”, diz nota enviada pelo governo baiano. Não há dados sobre como o dinheiro será utilizado.

Ao **Estadão**, a Ford afirmou apenas que “confirma que celebrou acordo com o governo da Bahia no montante de R\$ 2,15 bilhões e que o pagamento foi feito integralmente na data de hoje (dia 18)”. Na quarta-feira, o **Estadão havia informado que o acordo seria divulgado em breve e que a indenização seria de cerca de R\$ 2,5 bilhões**, mas houve ajustes no valor.

A **Ford anunciou o fechamento das fábricas de carros da Bahia e de motores em Taubaté (SP) em janeiro**. Em 2019 o grupo já havia fechado a unidade de **São Bernardo do Campo**, no ABC paulista.

A planta industrial da **Troller** em **Horizonte (CE)**, onde são produzidos **jipes T4**, vai funcionar até o fim do ano e também está à venda. Com isso, a empresa passou a ser apenas importadora de modelos da marca, mas decidiu manter seu centro de desenvolvimento em Camaçari.

### **Funcionários e lojistas**

Quando decidiu deixar de produzir veículos no Brasil, onde por muitos anos foi a quarta maior em vendas, o grupo disse que havia reservado US\$ 4,1 bilhões para indenizações de governos, trabalhadores, distribuidores e fornecedores. Fontes do mercado, contudo, afirmam que esse valor já teria sido ultrapassado.

A montadora já fechou acordos de indenização com os cerca de 5 mil trabalhadores de Camaçari e Taubaté, após várias reuniões com os sindicatos de metalúrgicos locais. Cada um deles recebeu no mínimo R\$ 130 mil, além dos direitos normais de rescisão de contratos.

Não há informações de como estão as indenizações de fabricantes de autopeças. Já com os concessionários, que ameaçaram ir à Justiça, a empresa preferiu negociações individuais. A Ford informou que “continua com um excelente progresso nesta questão, mas ainda temos algumas negociações pela frente”.

### **Venda de fábricas**

A Ford disse que tem recebido vários contatos de interessados em adquirir o complexo de Camaçari, onde além da fábrica de carros da marca atuavam vários fornecedores de autopeças, mas não há nada conclusivo ainda.

O governo do **Ceará** acompanha negociações com dois interessados na **Troller**, e tenta convencer o comprador a manter a produção do jipe, que foi desenvolvido por empresários locais. A intenção é manter a marca na região, assim como os 450 empregados da fábrica.

A fábrica de Taubaté passa por processos de desligamento e desmontagem de equipamentos, com menos de 60 funcionários nessas funções. Não há informações de interessados em adquirir as instalações.

A rede de revendas da Ford tinha 283 pontos de venda, mas a marca deve ficar com apenas 120 para comercializar os modelos importados, entre os quais os utilitários-esportivos **Territory**, que vem da **China**, e o **Bronco**, produzido no **México**. As demais buscam novas bandeiras para atuar e algumas devem fechar as portas.

**NOTÍCIAS RELACIONADAS**

## Governo da BA é indenizado em R\$ 2,15 bilhões pela Ford

G1 BAHIA

O governo da Bahia foi indenizado em R\$ 2,15 bilhões pela Ford por causa do fechamento, em janeiro deste ano, da planta industrial em Camaçari, na região metropolitana de Salvador. A indenização foi resultado de um acordo entre as partes.

A Ford informou que não vai se posicionar sobre o assunto. Conforme apurado pelo G1 com fontes do governo baiano nesta sexta-feira (18), o documento é um termo aditivo ao contrato firmado entre as partes em 2014, quando a empresa se comprometeu a realizar investimentos no Complexo Industrial Ford, em Camaçari, em contrapartida às ações de fomento e financiamento de capital de

giro criadas pelo estado.

Com a decisão da Ford por fechar o complexo em definitivo, os benefícios foram o parâmetro das negociações para chegar ao valor da indenização devida pela empresa, acrescido de correção monetária.

No acordo, conforme as fontes do estado, a Ford afirmou que vem trabalhando em estreita colaboração com todos os parceiros de negócio no desenvolvimento de um plano para minimizar os impactos do encerramento da produção, incluindo sindicatos, fornecedores e distribuidores.

A empresa reiterou a permanência na Bahia do Centro de Desenvolvimento de Produto, que passará a prestar serviços de pesquisa, desenvolvimento e engenharia automotiva predominantemente ao exterior.



Veículo: SiteA Tarde	Caderno: Economia
Data: 16/06/2021	--

## A TARDE

Qua , 16/06/2021 às 19:43 | Atualizado em: 16/06/2021 às 19:55

### De saída do país, Ford faz acordo e vai indenizar governo da Bahia em R\$ 2,5 bilhões

Da Redação



A Ford vai ressarcir o governo da Bahia em R\$ 2,5 bilhões pelo encerramento da produção de automóveis no Polo de Camaçari. O acordo deve ser anunciado nos próximos dias, segundo divulgou o jornal O Globo.

Desde que a montadora americana anunciou que deixaria de produzir no país, após mais de um século, o governo da Bahia vinha demonstrando a intenção de cobrar pelos benefícios fiscais concedidos nos últimos 20 anos e também por perdas futuras. Pelos cálculos do governo de Rui Costa (PT), a conta passaria de R\$ 4 bilhões. Fiscais do Estado já estavam iniciando a fiscalização e intimando a empresa.

A Ford optou pelo acordo para evitar repetir o pesadelo vivido quando de sua saída do Rio Grande do Sul, em 1999, na época governado pelo também petista Olívio Dutra.

A disputa se arrastou por uma década e meia e terminou em derrota para a montadora, que teve que pagar R\$ 216 milhões aos cofres estaduais.

Ao anunciar a saída do Brasil, a Ford calculou em R\$ 4,5 bilhões os valores a serem pagos em indenizações com governos, trabalhadores, distribuidores e fornecedores. A conta, porém, foi subestimada e poderá chegar a R\$ 6 bilhões.

A empresa tem ainda que devolver um empréstimo de R\$ 335 milhões ao BNDES, fazer acordo com a rede de distribuidores, resolver uma disputa tributária com o governo de São Paulo, entre outras pendências.



## 24H ECONOMIA

**Festas geram emprego e renda nas cidades do interior, mas a pesquisa aponta que cancelamento é decisão acertada**

**ICMS** Um estudo conduzido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) - autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan) - em parceria com as secretarias de Turismo (Setur), Cultura (Secult) e a Bahiatursa estima que o cancelamento das festas de São João nas cidades do interior baiano vai influenciar na perda de R\$ 79 milhões de arrecadação do ICMS pelo governo estadual.

A base para a projeção é o fato de que, na Bahia, 1.476.600 pessoas deixarão de viajar para municípios do interior no período dos festejos juninos este ano. A realização das festas juninas aquece a economia dos municípios, aumentando a venda de produtos diversos e a contratação de serviços, além de gerar emprego e renda. As perdas, contudo, não podem ser atribuído exclusivamente ao cancelamento do São João, segundo análise da SEI, que, porém, indica que se trata sim de um fator de influência.

A análise da autarquia também indica que a decisão governamental de cancelar as festas de São João - mesmo com o impacto negativo na arrecadação - foi acertada



PREFEITURA DE MATA DE SÃO JOÃO/DIVULGAÇÃO

## São João: estado vai deixar de arrecadar R\$ 79 milhões

da e pautada na necessidade de preservar vidas humanas, uma vez que a Bahia enfrenta uma pandemia mundial de uma doença altamente contagiosa e que o isolamento social é uma peça chave para conter a propagação da doença.

Com base no último ano comemorativo dos festejos juninos (2019), estima-se que ao menos R\$ 64,7 milhões provenientes do setor

público deixarão de impulsionar as festas, em especial o mercado da música. Destes, R\$ 50,9 milhões são recursos aportados por 311 municípios e R\$ 13,8 milhões são do Governo do Estado.

Assim, deixará de entrar nos cofres do estado R\$ 107 milhões decorrentes de gastos de turistas nacionais e estrangeiros que viriam para as cidades do interior parti-

cipar dos festejos juninos.

Ainda segundo a pesquisa divulgada pela SEI, devido à pandemia, cerca de 24,2 mil postos de empregos formais e informais deixarão de ser gerados na Bahia nos setores com atividades correlacionadas com as festas de Santo Antônio, São João e São Pedro, sofrendo impacto também pelo cancelamento dos festejos do mês de junho, mas não somente.

## Recolhimento de ISS volta a subir em Salvador após 13 meses

**BALANÇO** A arrecadação do Imposto Sobre Serviço (ISS) em Salvador registrou o primeiro aumento em 13 meses e reverteu, em abril, a tendência de queda apontada desde o início da pandemia da covid-19, em abril de 2020. De acordo com o Boletim Econômico-Fiscal da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), a arrecadação no quarto mês de 2021 foi 2,2% maior do que a do mesmo período do ano passado. A publicação mostrou que o resultado positivo em abril foi fruto principalmente do desempenho da área da saúde, com elevada participação do tributo. Quando comparados os valores reais do mesmo mês, em 2020 e 2021, o setor registrou um crescimento de 10,4%.

Ainda segundo o balanço da Sefaz, nos quatro primeiros meses deste ano, as receitas acumuladas de ISS na capital somam R\$ 347 milhões, enquanto as despesas com o enfrentamento do coronavírus, sozinhas, chegaram a R\$ 315 milhões. Isso significa que, no primeiro quadrimestre de 2021, as despesas excepcionais com a pandemia representaram 91% do arrecadado com o principal imposto municipal.

## Secretário quer incentivos para contratação de mulheres

**SEM PUNIÇÕES** O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, defendeu incentivos para a contratação de mulheres, mas disse ser contrário a punições para quem não emprega funcionários do sexo feminino. "Estamos olhando com muito carinho para políticas que estimulam a contratação da mulher, mas não como foi feito no passado, punindo quem não contrata, criando cotas, mas sim estimulando quem contrata", afirmou, em evento online promovido pela Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (Secap) sobre políticas públicas de emprego.

Em abril, o presidente Jair Bolsonaro sinalizou que vetaria um projeto de lei que pune a discriminação salarial entre homens e mulheres, que acabou sendo devolvido à Câmara.

Bianco disse que é fundamental para o Brasil ter políticas ativas de contratação de mulheres.

## Indenização

FORD PAGA R\$ 2,15 BILHÕES AO GOVERNO DA BAHIA

O governo da Bahia confirmou nessa sexta (18/6) que foi indenizado em R\$ 2,15 bilhões pela Ford por causa do fechamento da fábrica da montadora em Camaçari, em 11 de janeiro. Um acordo entre o governo e a empresa foi antecipado pelo CORREIO na edição da quinta-feira (17/6). Trata-se de um termo aditivo ao contrato de 2014, quando a empresa se comprometeu a realizar novos investimentos na fábrica em contrapartida aos benefícios e financiamento oferecidos pelo estado. Em nota, a montadora admitiu que fechou a negociação e que o pagamento dos R\$ 2,15 bilhões foi feito integralmente na própria sexta. **FOTO DE NONO**



## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0677	R\$ 5,0687
Dólar Turismo	R\$ 5,0370	R\$ 5,2330
Euro turismo	R\$ 5,9270	R\$ 6,2270

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	128.405,35	+0,27%

### POUPANÇA

19/06/2021	0,1559%
------------	---------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

### INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

## ÃO

# 120%

é o aumento no preço do aço para no Brasil. A alta acompanha o movimento do mercado externo, onde o produto subiu 90% em média. O aço é um importante insumo para obras de infraestrutura e o preço atual, segundo especialistas, pode prejudicar a retomada da economia nacional.

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Cidade
Data: 19/06/2021	Página: --



## Estado deixa de arrecadar R\$ 79 milhões de ICMS com cancelamento do São João

*O cancelamento dos festejos juninos, de acordo com a SEI, foi uma decisão acertada e pautada na necessidade de preservar vidas humanas*

---

### Tribuna da Bahia, Salvador

19/06/2021 12:22 | Atualizado há 1 dia, 21 horas e 7 minutos



**Foto: Divulgação**

---

Na Bahia, 1.476.600 pessoas deixarão de viajar para municípios do interior baiano no período dos festejos juninos esse ano, devido ao cancelamento do São João por causa da pandemia da Covid-19. A estimativa é da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), em parceria com as secretarias de Turismo (Setur), Cultura (Secult) e a Bahiatursa. O estudo também revela que a redução de arrecadação de ICMS nos setores com atividades aquecidas pelo São João, impactados pela pandemia, deverá ser da ordem de R\$ 79 milhões. Este volume não pode ser atribuído exclusivamente ao cancelamento do São João, mas influenciado também por este fato.

O cancelamento dos festejos juninos, de acordo com a SEI, foi uma decisão acertada e pautada na necessidade de preservar vidas humanas, uma vez que estamos enfrentando uma pandemia mundial de uma doença altamente contagiosa e o isolamento social é peça chave para conter a propagação da pandemia.

Com base no último ano comemorativo dos festejos juninos, estima-se que ao menos R\$ 64,7 milhões provenientes do setor público deixarão de impulsionar os festejos, em especial o mercado da música. Destes, R\$ 50,9 milhões são recursos aportados por 311 municípios e R\$ 13,8 milhões pelo Governo do Estado.

Deixará de entrar na Bahia R\$ 107 milhões decorrentes de gastos de turistas nacionais e estrangeiro.

Devido a pandemia, 24,2 mil empregos formais e informais deixarão de serem gerados nos setores com atividades correlacionadas com o festejo junino, sofrendo impacto também pelo cancelamento do São João, mas não somente.



## Bahia deixa de arrecadar R\$ 79 milhões em ICMS com suspensão do São João, aponta estudo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Banda de forró tocando no **São João**

O cancelamento do **São João** na Bahia pelo segundo ano consecutivo, em razão da pandemia de Covid-19, vai causar um impacto grande na **arrecadação** do estado. De acordo com o mais recente levantamento da **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia** (SEI), autarquia vinculada à **Secretaria do Planejamento** (Seplan), só de **ICMS** a Bahia vai deixar de arrecadar cerca de R\$ 79 milhões, somados a outros fatores aliados à crise sanitária.

Neste ano, a perspectiva é que quase 1,5 de baianos, como acontece normalmente, deixem de viajar para o interior. O governo tem adotado medidas para desencorajar o turismo e os festejos juninos, como a proibição do transporte intermunicipal e da venda de bebida alcoólica no feriado.

Com base nos registros anteriores à pandemia, a estimativa é que o setor público deixe de investir R\$ 64,7 milhões, valor que seria destinados principalmente à contratação de artistas e da música em geral.

No entanto, o estado não vai ver entrar cerca de R\$ 107 milhões nos cofres. O **São João** é um período que normalmente a Bahia recebe muitos turistas e estrangeiros, o que não poderá acontecer em 2021.

Há um impacto grande também na geração de empregos. Sem as festas e toda a movimentação nas cidades, 24,2 mil postos de trabalhos informais e formais não serão gerados este ano.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SETUR - Secretaria de Turismo - São João | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - SEPLAN, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 18/06/21	



**Bahia Econômica**  
ARMANDO AVENA

## ESTADO DEIXA DE ARRECADAR R\$ 79 MILHÕES DE ICMS COM CANCELAMENTO DO SÃO JOÃO



admin 18 Junho, 2021

Na Bahia, 1.476.600 pessoas deixarão de viajar para municípios do interior baiano no período dos festejos juninos esse ano, devido ao cancelamento do São João por causa da pandemia da Covid-19. A estimativa é da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), em parceria com as secretarias de Turismo (Setur), Cultura (Secult) e a Bahiatursa. O estudo também revela que a redução de arrecadação de ICMS nos setores com atividades aquecidas pelo São João, impactados pela pandemia, deverá ser da ordem de R\$ 79 milhões. Este volume não pode ser atribuído exclusivamente ao cancelamento do São João, mas influenciado também por este fato.

O cancelamento dos festejos juninos, de acordo com a SEI, foi uma decisão acertada e pautada na necessidade de preservar vidas humanas, uma vez que estamos enfrentando uma pandemia mundial de uma doença altamente contagiosa e o isolamento social é peça chave para conter a propagação da pandemia.

Com base no último ano comemorativo dos festejos juninos, estima-se que ao menos R\$ 64,7 milhões provenientes do setor público deixarão de impulsionar os festejos, em especial o mercado da música. Destes, R\$ 50,9 milhões são recursos aportados por 311 municípios e R\$ 13,8 milhões pelo Governo do Estado.

Deixará de entrar na Bahia R\$ 107 milhões decorrentes de gastos de turistas nacionais e estrangeiro.

Devido a pandemia, 24,2 mil empregos formais e informais deixarão de serem gerados nos setores com atividades correlacionadas com o festejo junino, sofrendo impacto também pelo cancelamento do São João, mas não somente.

## Estado deixa de arrecadar R\$ 79 milhões de ICMS com cancelamento do São João



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Na Bahia, cerca de 1.476.600 pessoas deixarão de viajar para municípios do interior baiano no período dos festejos juninos esse ano, devido ao cancelamento do **São João** por causa da pandemia da Covid-19. A estimativa é da **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia** (SEI), autarquia vinculada à **Secretaria do Planejamento** (Seplan), em parceria com as secretarias de **Turismo** (Setur), Cultura (Secult) e a **Bahiatursa**.

O estudo também revela que a redução de **arrecadação** de **ICMS** nos setores com atividades aquecidas pelo **São João**, impactados pela pandemia, deverá ser da ordem de R\$ 79 milhões. Este volume não pode ser atribuído exclusivamente ao cancelamento do **São João**, mas influenciado também por este fato.

SEI, foi uma decisão acertada e pautada na necessidade de preservar vidas humanas, uma vez que estamos enfrentando uma pandemia mundial de uma doença altamente contagiosa e o isolamento social é peça chave para conter a propagação da pandemia.

Com base no último ano comemorativo dos festejos juninos, estima-se que ao menos R\$ 64,7 milhões provenientes do setor público deixarão de impulsionar os festejos, em especial o mercado da música. Destes, R\$ 50,9 milhões são recursos aportados por 311 municípios e R\$ 13,8 milhões pelo **Governo do Estado**. Deixará de entrar na Bahia R\$ 107 milhões decorrentes de gastos de turistas nacionais e estrangeiro.

Devido a pandemia, 24,2 mil empregos formais e informais deixarão de serem gerados nos setores com atividades correlacionadas com o festejo junino, sofrendo impacto também pelo cancelamento do **São João**, mas não somente.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Governo do Estado | SETUR - Secretaria de Turismo - Bahiatursa, Turismo, São João | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - SEPLAN, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS

O cancelamento dos festejos juninos, de acordo com a



Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/06/2021	



## Estado deixa de arrecadar R\$ 79 milhões de ICMS com cancelamento do São João

18 junho 2021



Foto: Tatiana Azeviche/Setur

Na Bahia, 1.476.600 pessoas deixarão de viajar para municípios do interior baiano no período dos festejos juninos esse ano, devido ao cancelamento do São João por causa da pandemia da Covid-19. A estimativa é da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), em parceria com as secretarias de Turismo (Setur) e Cultura (Secult) e a Bahiatursa.

O estudo também revela que a redução de arrecadação de ICMS nos setores com atividades aquecidas pelo São João, impactados pela pandemia, deverá ser da ordem de R\$ 79 milhões. Este volume não pode ser atribuído exclusivamente ao cancelamento do São João, mas influenciado também por este fato.

O cancelamento dos festejos juninos, de acordo com a SEI, foi uma decisão acertada e pautada na necessidade de preservar vidas humanas, uma vez que o mundo enfrenta uma pandemia de uma doença altamente contagiosa e o isolamento social é peça chave para conter a propagação da pandemia.

Com base no último ano comemorativo dos festejos juninos, estima-se que ao menos R\$ 64,7 milhões provenientes do setor público deixarão de impulsionar os festejos, em especial o mercado da música. Destes, R\$ 50,9 milhões são recursos aportados por 311 municípios e R\$ 13,8 milhões pelo Governo do Estado.

Deixarão de entrar na Bahia R\$ 107 milhões decorrentes de gastos de turistas nacionais e estrangeiro. Devido a pandemia, 24,2 mil empregos formais e informais deixarão de serem gerados nos setores com atividades correlacionadas com o festejo junino, sofrendo impacto também pelo cancelamento do São João, mas não somente. O estudo completo está disponível no [site da SEI](#).

**Fonte: Ascom/SEI/Seplan**

Veículo: Política Livre	
Data: 19 a 21/2021	Caderno: Economia



## ***Bahia deixa de arrecadar R\$ 79 milhões de ICMS com cancelamento do São João***

### **ECONOMIA**

Na Bahia, 1.476.600 pessoas deixarão de viajar para municípios do interior baiano no período dos festejos juninos esse ano, devido ao cancelamento do São João por causa da pandemia da Covid-19. A estimativa é da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), em parceria com as secretarias de Turismo (Setur), Cultura (Secult) e a Bahiatursa. O estudo também revela que a redução de arrecadação de ICMS nos setores com atividades aquecidas pelo São João, impactados pela pandemia, deverá ser da ordem de R\$ 79 milhões. Este volume não pode ser atribuído exclusivamente ao cancelamento do São João, mas influenciado também por este fato.

O cancelamento dos festejos juninos, de acordo com a SEI, foi uma decisão acertada e pautada na necessidade de preservar vidas humanas, uma vez que o País enfrenta uma pandemia de uma doença altamente contagiosa e o isolamento social é peça chave para conter a propagação da pandemia.

Com base no último ano comemorativo dos festejos juninos, estima-se que ao menos R\$ 64,7 milhões provenientes do setor público deixarão de impulsionar os festejos, em especial o mercado da música. Destes, R\$ 50,9 milhões são recursos aportados por 311 municípios e R\$ 13,8 milhões pelo Governo do Estado.

Deixará de entrar na Bahia R\$ 107 milhões decorrentes de gastos de turistas nacionais e estrangeiro.

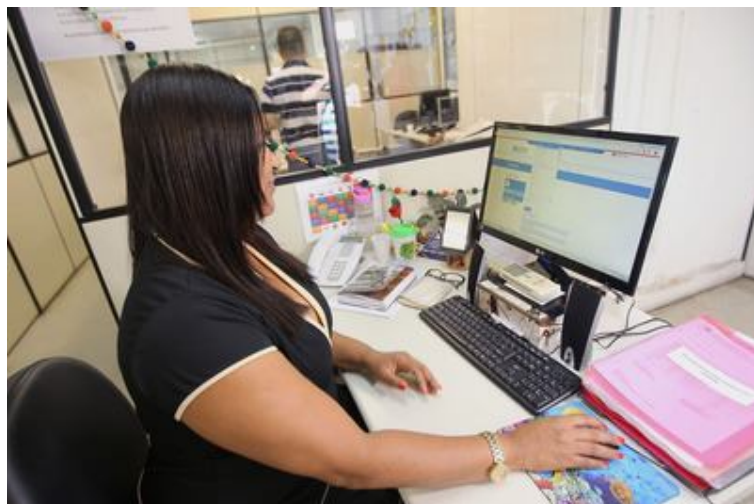
Devido à pandemia, 24,2 mil empregos formais e informais deixarão de serem gerados nos setores com atividades correlacionadas com o festejo junino, sofrendo impacto também pelo cancelamento do São João, mas não somente.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/06/2021	



## **Governo informa sobre expediente no São João e pagamento de salários em junho**

18 junho 2021



Portal RH Bahia será lançado em 2019 Foto: Carol Garcia/GOVBA

O Governo do Estado vai suspender o expediente nas repartições públicas na próxima quinta-feira (24), no dia do São João. Já nos dias 23 e 25 de junho (quarta e sexta-feira) as atividades estão mantidas em sua integralidade nos órgãos estaduais.

O Governo também vai antecipar o salário dos servidores inativos e pensionistas para o dia 29 deste mês. Já o pagamento do salário dos servidores ativos, será realizado no dia 30, conforme tabela divulgada no Diário Oficial do Estado (DOE) em janeiro deste ano.

***Fonte: Ascom/Secretaria da Administração do Estado (Saeb)***

Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/06/2021	



## Governo prorroga prazo para redução de imposto sobre querosene de aviação para empresa aérea

18 junho 2021



O Diário Oficial do Estado publica em sua edição desta sexta-feira (18) aditivo ao termo de cooperação 002/2019, celebrado entre a Secretaria de Turismo do Estado e a Gol Linhas Aéreas, que estabelece a redução da base de cálculo na aquisição de querosene de aviação pela empresa, com carga tributária equivalente a 5%. O acordo prorroga o prazo de vigência por 12 meses, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

Em contrapartida, a Gol se compromete a realizar 20.449 voos, entre desembarques e decolagens, no Estado, totalizando interligações com 27 destinos. São cinco os municípios baianos atendidos pela companhia aérea: Salvador, Porto Seguro, Ilhéus, Vitória da Conquista e Barreiras. Acordo semelhante havia sido firmado com a Azul anteriormente.

A medida faz parte das estratégias da Secretaria de Turismo do Estado para ampliar a malha aérea do estado na retomada da pandemia. “O aumento da oferta de voos para os destinos baianos é uma das nossas prioridades, por isso negociamos com as companhias e oferecemos benefícios como este, para que os turistas que nos visitam tenham cada vez mais opções”, afirma o secretário estadual de Turismo, Maurício Bacelar.

### Retomada

A recuperação do tráfego aéreo da Bahia, reduzido com a pandemia, ganha impulso em junho e julho para atender à demanda de turistas em temporada de férias. Várias frequências operadas pelas grandes companhias estão sendo reativadas, tanto para Salvador como para cidades do interior. Novas rotas estão sendo inauguradas para destinos como Mucugê, na Chapada Diamantina, e Ilha de Comandatuba, no município de Una (sul do Estado).

No dia 30 entra em operação a empresa ITA, do Grupo Itapemirim, incluindo um voo que liga o aeroporto de Guarulhos (SP) a Salvador, com escala em Porto Seguro. Já para o dia 20 de julho está prevista a volta dos voos da Air Europa, de Madri para a capital baiana.

**Fonte: Ascom/ Setur**

Veículo: Gov Bahia	
Data: 19/06/2021	



## Governo do Estado investe R\$ 60 milhões em saúde, educação e infraestrutura no aniversário de Amargosa

19 junho 2021



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

Investimentos nas áreas de saúde, infraestrutura, empreendedorismo e educação, da ordem de R\$ 60 milhões, beneficiam os quase 40 mil moradores de Amargosa, no aniversário da cidade. O governador Rui Costa visitou o município neste sábado (19), onde entregou o Hospital Municipal completamente reformado e equipado com recursos estaduais, o Ginásio Poliesportivo reformado por meio da Superintendência de Desportos da Bahia (Sudesb), o espaço Colaborar, instalado na sede pela Secretaria da Ciência Tecnologia e Inovação (Secti) para fomentar o empreendedorismo, e duas pontes na zona rural, construídas pela Secretaria da Infraestrutura do Estado.

Segundo o governador, a Bahia está realizando o maior investimento da história em Saúde Pública. “São investimentos executados diretamente pelo Estado, em policlínicas, já inauguramos na semana passada a 17ª, no início de julho vamos à 18ª, em Ribeira do Pombal. Temos também hospitais já entregues e outros que serão licitados, como o de Teixeira de Freitas”. Segundo Rui, com os novos equipamentos, que incluem um tomógrafo, o Hospital Municipal de Amargosa passará a ser capaz de realizar cirurgias de alta complexidade. “Os equipamentos já estão comprados e vão chegar aqui em breve”.

Rui também inaugurou iluminação pública municipal, implantada em parceria com a Seinfra, e anunciou novos investimentos na construção de duas escolas estaduais, incluindo um complexo esportivo. Foram anunciados ainda investimentos em saneamento básico, na reforma do Mercado Municipal e na construção de uma praça no distrito de Corta Mão. O total de investimentos anunciados pelo governador é de aproximadamente R\$ 60 milhões.

### Investimentos

Foram investidos no Hospital Municipal cerca de R\$ 10 milhões para a reforma e aquisição de equipamentos, inclusive um tomógrafo. Já o espaço Colaborar recebeu investimentos estaduais de R\$ 40 mil e faz parte do programa de Requalificação dos Centros Digitais de Cidadania, dentro da estratégia da Secti que está aportando R\$ 1,8 milhão para fortalecer o CT&I. Nas duas pontes no distrito de Brejões, na zona rural de Amargosa, foi investido cerca de R\$ 1,2 milhão.

Na construção das duas escolas anunciadas por Rui, que incluem um complexo esportivo e cultural, serão investidos R\$ 35 milhões. Para a reforma do Ginásio Poliesportivo, o governo disponibilizou outros R\$ 700 mil e mais R\$ 300 mil na ampliação da rede de iluminação municipal. Para o saneamento básico foram disponibilizados R\$ 2,3 milhões e outros R\$ 563 mil vão ser destinados à nova praça na zona rural.

### **Novas escolas**

O secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, fala da ampliação dos investimentos na educação de Amargosa. “Serão mais duas novas escolas. Uma escola é um complexo poliesportivo na sede, que vai reunir duas escolas que existem atualmente. E o Cetep, que já possui uma piscina reformada, vai receber uma quadra reformada e um campo, e nós vamos entrar com um bloco novo de salas de aulas”, afirmou.

***Repórter: Raul Rodrigues***



Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/06/2021	



## Governo do Estado entrega trator e equipamentos agrícolas para Itabuna

18 junho 2021



Foto: Seagri

O Governo da Bahia, por meio da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri), fez a entrega de um trator 75cv, uma roçadeira e um cultivador para a Prefeitura de Itabuna, na manhã desta sexta-feira (18). Os equipamentos serão utilizados nos diversos projetos de associações voltadas ao trabalho no campo, localizadas no município. A entrega foi realizada no Parque de Exposições Agropecuárias de Salvador (Avenida Paralela).

O secretário da Agricultura do Estado, João Carlos Oliveira, destacou que “Itabuna tem fortes raízes fincadas nas atividades do campo, todos sabemos de sua trajetória com o cacau. A região vem diversificando sua atuação na agricultura e tenho certeza de que esses equipamentos vão ajudar para o fortalecimento do setor no município, repercutindo positivamente em todo o estado. Estamos cumprindo a determinação do governador Rui Costa, colocando equipamentos e implementos agrícolas a serviço de quem mais precisa, viabilizando e valorizando o trabalho no campo”.

O prefeito de Itabuna, Augusto Castro, ressaltou a importância dos equipamentos destinados à cidade. “Máquinas como essas, que faremos chegar aos agricultores, contribuem muito. Estamos trabalhando e criando atividades que gerem emprego e renda para as populações”, disse Augusto Castro.

O secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Itabuna, Moacir Smith, explicou que o município “possui 19 associações de agricultores que reúnem cerca de 600 pessoas. Esses equipamentos serão de grande importância para diversificar o sistema agrícola nessas comunidades, possibilitando a experiência com plantio de várias culturas”.

Uma das maiores cidades da Bahia, Itabuna sempre tem seu PIB situado entre os dez primeiros do estado, com destaque para o desempenho no agronegócio, somado aos números de um comércio desenvolvido e de um parque industrial considerável. A região ficou historicamente conhecida pela produção de cacau, mas vem diversificando as culturas plantadas e também investindo na agropecuária.

**Fonte: Ascom/Seagri**

Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/06/2021	



## Empresa do setor de alimentos pretende investir R\$ 121 milhões em duas unidades do sul do estado

18 junho 2021



Foto: Divulgação/Barry Callebaut

A Barry Callebaut Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios assinou um protocolo de intenções com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). A empresa pretende investir R\$ 121 milhões nas suas duas unidades produtivas, uma no Distrito Industrial de Itabuna e outra no Distrito Industrial de Ilhéus.

Atualmente, a Barry possui 1.065 colaboradores e produz cacau em pó, manteiga, líquido e torta de cacau. Com a modernização e ampliação da produção de ambas as unidades, a empresa deve gerar mais 86 empregos.

“Uma boa notícia para toda a cadeia do cacau, na região sul do estado, um investimento que pretende dinamizar e aumentar a sua produção, e ampliar, ainda mais, o seu quadro de funcionários”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Nelson Leal.

Além disso, explica Leal, com o investimento, a empresa vai manter a capacidade instalada de moagem de 60 mil toneladas ao ano de amêndoas de cacau e deve incrementar o faturamento em R\$ 350 milhões/ano.

De acordo com o diretor financeiro para América do Sul da empresa, Alexandre Martinez, a assinatura do protocolo de Intenções com o Governo da Bahia é a confirmação do compromisso da Barry Callebaut com o desenvolvimento socioeconômico do estado.

“A nossa história com a Bahia iniciou-se em 1999 e estamos comprometidos em continuar esta jornada por um longo período. Estamos certos de que com nossos investimentos e nossa estratégia de sustentabilidade, auxiliaremos o desenvolvimento da produção de cacau da Bahia, bem como o desenvolvimento da indústria e economia locais”, disse Martinez

**Fonte: Ascom/SDE**



# OPINIÃO

Os conteúdos assinados e publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: [opinioao@grupoatarde.com.br](mailto:opinioao@grupoatarde.com.br) Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

[opinioao@grupoatarde.com.br](mailto:opinioao@grupoatarde.com.br)

## COLUNA Óleo de peroba 2

E a cara de pau continua. O senador Jaques Wagner troca alhos por bugalhos, ao tentar ludibriar o eleitor baiano e dizer que fez uma emenda para destinar R\$ 1 bilhão para revitalizar o rio São Francisco. Ele sempre soube que não poderia nunca obter êxito na sua emenda fake, já que sempre se mostrou contrário ao texto original que foi originado do governo federal. Aliás, se quisesse realmente fazer algo pelo Velho Chico, teria feito como o governador do Piauí e pedido destaque para a enganosa emenda. Se também quisesse provar aos ribeirinhos do São Francisco que era contra a MP, mas a favor deles, não teria votado favoravelmente a um dos destaques que excluía a revitalização como parte integrante do texto ao final aprovado. Wagner votou, de fio a pavio, contra a modernização do setor elétrico e contra o São Francisco. O resto é conversa pra boi dormir.

## Energia eólica e o dilema baiano

Deu em O Globo, na semana passada, que turbinas eólicas ameaçam refúgio da arara-azul-de-lear na Bahia. Segundo a notícia, o projeto da empresa Voltalia Energia do Brasil prevê a instalação de 81 turbinas eólicas, sendo 28 na primeira fase e outras 53 no segundo período. "Achamos arriscado o funcionamento de um parque eólico na área de ocorrência das learis [município de Canudos]. A espécie voa aos pares e em bando, de modo que um único evento de colisão poderá haver a morte de muitos indivíduos e comprometer a viabilidade populacional em pouco tempo, ou seja, extinguir a espécie", afirmou a bióloga Gláucia Drummond, da Fundação Biodiversitas. A Biodiversitas adverte que para a permissão do Parque Eólico Canudos, aprovada pelo Inema, precisaria apresentar um licenciamento ambiental completo, o que não foi feito pela Voltalia. Considerando que o Inema e sua diretora, Márcia Telles, passaram a ser alvo do Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá e de sua conflagrada promotora de estimacão, esses dois atores que tanto perturbam na capital terão de decidir, quando o assunto é o interior da Bahia, se ficam do lado da energia renovável ou do lado da perseguição. Para quem quiser conhecer melhor a promotora e suas ideias, basta assistir uma live do dia 15 de junho passado, feita a convite da escola do MP-SC e disponível na plataforma Youtube. Ninguém merece...

## Jogo de xadrez

Segundo o Wikipédia, "a TORRE é uma peça maior do xadrez, empregada usualmente na fase final do jogo devido ao seu valor estratégico e tático, sendo amplamente estudada na literatura sobre o enxadrismo. Seu valor relativo é de aproximadamente cinco pontos, podendo variar em função de seu posicionamento em colunas ou fileiras abertas, ou formações estratégicas como baterias". No meio empresarial, a TORRE, tantas vezes enrolada com a Justiça quando o assunto é coleta de lixo, vem sendo acusada de falta de bom senso. Foi exterminada de Jequié e não demora a ser excluída de Salvador. Para bom entendedor, meia palavra basta.

## O custo do VLT

As notícias que chegaram a esse Carrasco sobre o projeto do VLT não são boas para a concessionária que ganhou o direito de explorar esse modal. Como se trata de uma concessão remunerada e parte da obra será implantada em área da União, técnicos da SPU em Brasília estão discutindo qual o valor da retribuição anual que a concessionária deverá pagar à União pelo uso da área pública federal. Como este custo parece que não estava previsto no edital, é certo que vem mais problema por aí.

## Barra 535

Esse Carrasco recebeu informações de que a empresa Concreta Incorporação deitava e rolava em Salvador na época da extinta Sucom, dada a relação familiar outrora reinante no órgão. Agora, com a nova administração, acabaram os privilégios da Concreta, que está vendo o "habite-se" do Barra 535 esperar a ordem cronológica e correta dos pedidos. Vai ter de esperar, sem mordomia, o tempo normal das coisas e o fluxo natural dos técnicos.

## Sinduscon

Os associados do Sinduscon estão revoltados com atual diretoria do sindicato. A maioria dos diretores é ligada ao PT, onde se especializaram em "Minha Casa, Minha Vida". Ao colocarem ao largo a boa relação com a atual administração

demista municipal, os associados estão vendo os seus pleitos serem colocados em segundo plano, como se viu agora na vacinação contra a Covid-19. É melhor se livrar dessa turma seca-pimenteira de esquerda.

## Laranja na área?

O Hospital Alayde Costa, recentemente, foi notificado por ausência de responsável técnico. Não é a primeira e nem será a última vez que hospitais geridos pelo IBDAH acabam virando alvo de denúncias. O Instituto já é famoso na imprensa pelas suas peripécias. Por isso, chegam a este Carrasco informes que os responsáveis por ele, já tentando evitar maiores problemas, buscam soluções alternativas para livrar a cara da empresa. Já se sabe até que estão pedindo misericórdia para Ruy Barbosa... vem problema por aí!

## Euclides da licitação

Chegou a este Carrasco uma informação exclusiva e que em breve estará nos quatro cantos da Bahia. Vêm coisas lá da cidade batizada com o nome do escritor e já somam mais de três contratos, que juntos somam mais de R\$ 5 milhões. Com tanto dinheiro pra terra pequena, dizem que o anúncio sobre o que está por trás destas licitações vai fazer ruir construtoras e botar muita gente pra explicar a mamata do serviço. Pode aguardar.

## Demorou

Presidente do PSD na Bahia, o senador Otto Alencar demorou mais tempo para se manifestar sobre a prisão dos ex-prefeitos Robério e Cláudia Oliveira – ambos do PSD – do que a Justiça levou para liberar os dois ex-gestores. Em 2017, quando o casal já andava enrolado com a Operação Fraternos, Otto descartou qualquer ação do partido contra os dois. Dessa vez, como deduz que a culpa da prisão veio em razão da postura raivosa do senador contra o governo federal, o casal é quem deve se sair de problema. O caminho, segundo informações de bastidores, seria o PP ou o PSB, não sendo descartada uma ida para a oposição, caso as coisas venham a piorar na Operação Fraternos.

## Chumbo trocado

Se tem algo que chamou a atenção da última fase da Operação Fraternos foi a aparente ilegalidade praticada pelo juiz federal de Eunápolis, Pablo Baldivieso. Juristas ouvidos foram unânimes em afirmar que o juiz teria praticado abuso de autoridade, ao decretar a prisão preventiva do casal Oliveira, já que o MPF teria pedido a prisão domiciliar, ilegalidade que teria ficado bem evidenciada após a decisão do desembargador federal Ney Bello, que revogou a medida imediatamente. Outro ponto de unanimidade entre juristas ouvidos é a incompetência de Baldivieso, que teria usurpado a competência da 2ª Vara Criminal de Salvador, única capaz de julgar supostos crimes de organização criminosa. Nesse tiroteio Jurídico, o que mais se ouviu é que o abuso do magistrado terá troco. Chegaram a esse Carrasco informações de que o Sindjufe-BA – Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Bahia – teria feito contra Baldivieso denúncia de assédio moral, e o casal Oliveira vai a fundo para dar suporte aos servidores supostamente assediados.

## Plano de Reis

Aposta de ACM Neto, o prefeito Bruno Reis tem dado conta do recado, segundo políticos do governo e até da oposição. A avaliação é que o democrata se tornou, de fato, um gestor e uma liderança municipal. O plano é que Bruno assumira a articulação política e seja o esteio da candidatura de Neto ao governo do estado em 2022. Para quem desacreditou, está aí a resposta.

## Tentando se recompor

Com diversas baixas no partido, o ex-prefeito de Salvador ACM Neto tenta recompor a base após a briga com Rodrigo Maia na frente das 'crianças' e de todo o mundo. Nas últimas semanas, marcou presença em Brasília para não ficar esquecido. Com o projeto para disputar o Palácio de Ondina em 2022, e diante do racha no DEM, o presidente nacional da legenda tem o desafio de juntar o máximo de forças para, mais uma vez, fazer sobreviver o partido. Com a possibilidade do surgimento de uma '3ª via' viável cada vez mais remota, resta saber se Neto se contentará com o apoio a Ciro Gomes e PDT – teoricamente costurado em acordo na Bahia – ou se a balança penderá para Alvorada. Os que já saíram, como Maia, disseram que o barco segue em uma direção ainda mais à direita. Neto jura que é só recalque.

## Pulando a fogueira

Mais um ano em que os baianos não vão poder dançar forró agarradinho, devido à necessidade de se manter o distanciamento social enquanto os casos de Covid-19 continuam a surgir em meio ao avanço da vacinação no estado. O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, não esconde a sua grande preocupação com a chegada dos festejos juninos. No ano passado, conforme já alertou o gestor, houve município do interior baiano que chegou a ter um crescimento da ordem de até 800% de casos da temível doença. Caso não dê para segurar a primeira nota da sanfona, que se resume a um arraiá com aqueles já conhecidos e, de preferência, ao ar livre. Mas, ainda assim, a recomendação do secretário e de todas as autoridades de saúde é que não tentem pular a fogueira este ano...

## Não tá fácil...

Que o preço do gás de cozinha está um absurdo já não é novidade para ninguém. Em algumas cidades, já há relato de famílias voltando a usar lenha para cozinhar. Claro que uma prefeitura não iria escapar desse problema. Na cidade de Casa Nova, o prefeito contratou uma empresa para fornecimento de gás pelo valor de R\$ 324 mil, que será utilizado nas escolas e outras estruturas do município. Mesmo com o valor alto do produto, o montante chamou atenção, principalmente com um ritmo de aulas presenciais ainda lento. Outro fato que chama atenção é que o vencedor do certame foi um morador da cidade, conhecido do prefeito e seu eleitor, conforme registros nas redes sociais. Será coincidência de uma cidade pequena ou proximidade demais?

## Dobradinha

O presidente da Câmara de Salvador, Geraldo Jr. esteve em Camaçari para anunciar os ganhos que obteve nas andanças por Brasília na defesa de manter o Reiq das indústrias químicas junto com o presidente da Câmara local, Júnior Borges. Ambos devem disputar as eleições em 2022: Geraldo para federal e Borges, estadual. Geraldinho, mais atento, levou na bagagem um título de cidadão soteropolitano para Borges. A surpresa foi tamanha que o edil pauloafonso não conteve a emoção e prometeu retribuir a honraria. Deve sair dobradinha em Camaçari e em outras cidades da RMS.

## Nepotismo não

Quinze dias é o prazo dado pelo MP para que a prefeita de Guaratinga, Marlene Dantas (DEM), se vire e exonere quatro parentes que têm cargos na atual gestão do município. É genro, cunhado e ainda mais duas sobrinhas atuando na prefeitura. A farra familiar ficou tão feia que o povo já começou a contagem regressiva para a saída de um por um. A canetada já está a postos!

## Birra

O atual gestor de Feira de Santana, Colbert Martins, embirrou com a oposição da Câmara e anda alegando que todos os projetos têm sido barrados. Não foi o que aconteceu com o projeto que autoriza recursos para a Associação Feirense de Síndrome de Down-Cromossomos 21, aprovado por unanimidade. A oposição, sob a batuta do presidente Fernando Torres, barrou outras duas proposições da prefeitura que não explicavam o destino de verbas públicas, entre elas o projeto do Fundeb. Sem clareza sobre o rumo do dinheiro, não dá!

## Enquadrada

Essa semana a enquadrada é na intolerância e falta de educação e respeito. Contra fatos não há argumentos. O Brasil viu a forma rude, intolerante e, no mínimo, descortês com que o senador Otto Alencar tratou a médica Nise Yamaguchi ao depor na CPI da Covid. A enquadrada vem pela nota prestada pela assessoria de Otto, de que teria se dirigido à médica "com respeito, sempre a tratando como senhora e Vossa Senhoria". Tremenda desfaçatez, considerando o que todos presenciaram no famigerado depoimento. Além de responder a uma ação judicial em que a oncologista pede indenização de R\$ 360 mil, alegando misoginia e humilhação na oitiva, Otto terá, ano que vem, caso ainda insista em alguma candidatura, a devida resposta do educado povo baiano e principalmente das mulheres baianas. Quem também está à espreita contra qualquer pretensão política do senador é a classe policial, cujo vídeo agressivo circulou nas redes sociais, relembrando reunião em que, na condição de então vice-governador, Otto vociferou que não precisa de voto de policiais. As urnas serão impiedosas.

## ESPAÇO DO LEITOR

[opinioao@grupoatarde.com.br](mailto:opinioao@grupoatarde.com.br)

### 🕒 Política antidrogas

Milhões de jovens são dependentes químicos. Miseráveis mortos-vivos sem futuro. Consumo de drogas é o epicentro da violência na sociedade, um cancro disseminando pobreza e doença mental. Assistencialismo ao viciado não resolve, repressão ao narcotráfico é um trabalho de enxugar gelo. São vultosos recursos públicos indo pelo ralo do desperdício. Família, escola e igreja fracassaram como agentes sociais para educação. Numa tentativa ainda de con-

trolar o mal, só resta ao Estado endurecer as leis ou liberar. **MARCELO DE LIMA ARAÚJO, MARCELODELIMAAARAÚJO@YAHOO.COM.BR**

*Assistencialismo não resolve, e repressão ao narcotráfico é enxugar gelo*

### 🕒 500 mil mortes

Não há o que comemorar. Somente a lamentar. Chegamos a esses números tristes de pessoas, brasileiros como nós, ceifadas pelo vírus, não só por causa da pandemia. Muitos outros atores, personagens, entidades, de alguma maneira contribuíram, e ainda estão a fazer com que sejamos o país num cemitério a céu aberto, sermos no mundo o que mais vitimou seus concidadãos terem suas vidas levadas e interrompidas, quando temos todas as condições para que tivéssemos números menores. Che-

garemos, até o fim do ano, próximos de 1 milhão, se não houver trocas dos agentes a continuidade deste morticínio, principalmente membros do governo federal, cuja administração pública a eles entregues, conduzindo os brasileiros ao seu extermínio. Somos governados por personagens ineptos, inexperientes e incompetentes em várias esferas, em plena sindemia, tornando pior o que já estava ruim. Brasileiros, uni-vos! Sejamos, nós, os agentes de nossa própria salvação. **JOAB FERNANDES DE AQUINO, JOJOFAQG@GMAIL.COM**





# PADEMIA Pendências incluem a demora na atualização dos dados e uma possível infecção, o que impede o retorno

## Cerca de 69 mil pessoas estão com a 2ª dose da vacina contra Covid-19 atrasada na Bahia

Uendel Galter / Ag. A TARDE / 17.6.2021

JANE FERNANDES

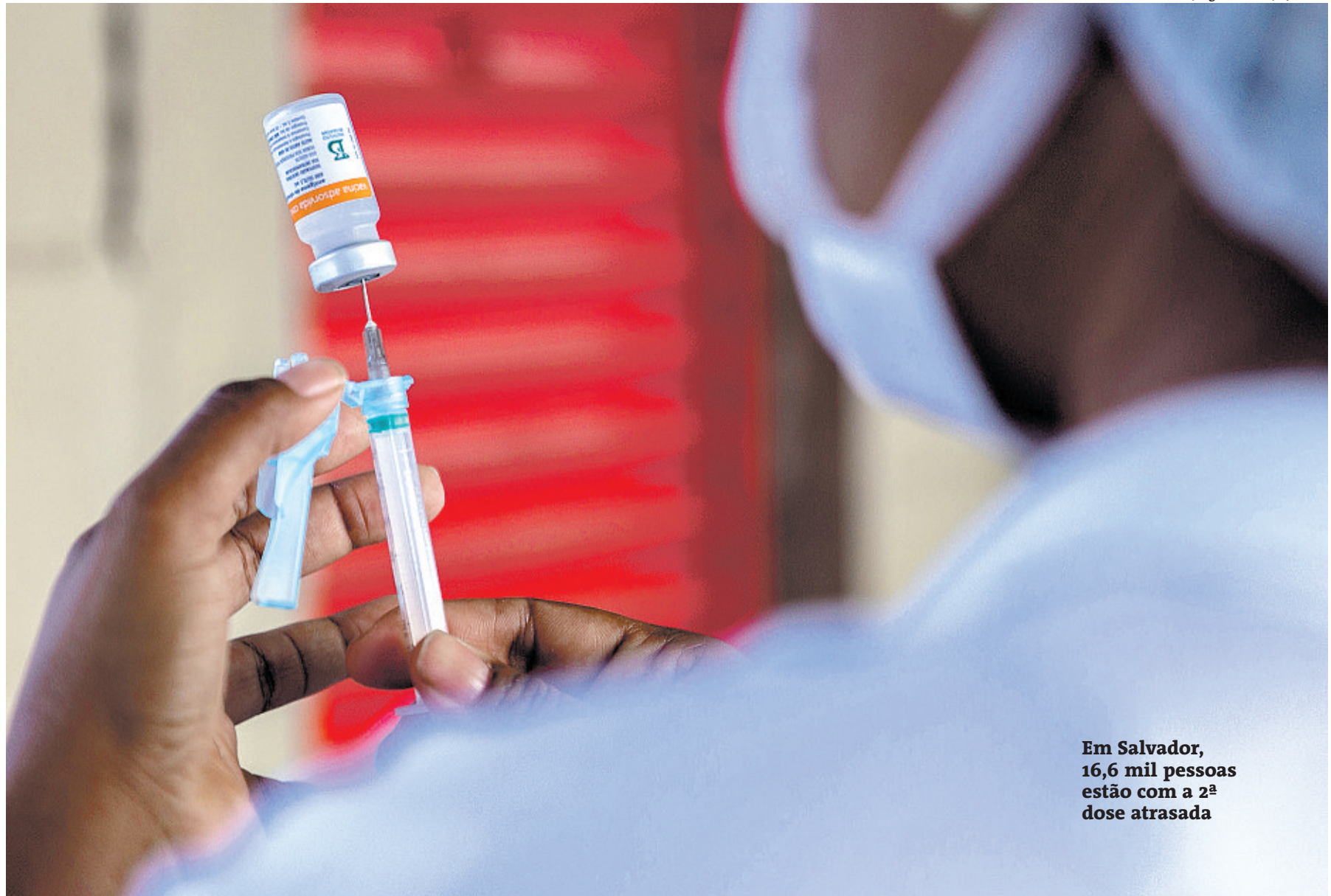
Cerca de 69 mil pessoas estão com a segunda dose da vacina contra Covid-19 atrasada em toda a Bahia, 16.665 delas em Salvador, segundo informado pelas respectivas secretarias de saúde. Os motivos cogitados para as pendências incluem atrasos na atualização dos dados e a possível infecção pelo vírus, impedindo o retorno na data marcada, mas a busca ativa é apontada em consenso como principal estratégia para reverter essa situação.

Na capital baiana, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) tem enviado mensagens de texto para o celular dos faltantes e mobilizado agentes comunitários e de combate às endemias para a realização de visitas domiciliares, conta a infectologista Adielma Nizarala, integrante da pasta. O objetivo da busca ativa, explica, é sensibilizar essas pessoas sobre a importância de receber a segunda dose da vacina.

“Em um mês de ação, a SMS estima que cerca de 7 mil pessoas finalizaram o esquema vacinal através do trabalho desenvolvido nas buscas ativas”, ressalta a médica. Ela reforça que o atraso não é motivo para dispensar a segunda dose, pois a vacina terá efeito mesmo após o intervalo recomendado. “A segunda dose é um resgate da memória do sistema imunológico. Não há justificativa para não se fazer a segunda dose da vacina”, alerta.

A estratégia de fazer contato com quem não compareceu para fazer o reforço da vacina contra a Covid-19 na data marcada também está sendo adotada em Lauro de Freitas, na região metropolitana de Salvador, que tem 1.248 pessoas nessa situação. “A gente tem um sistema de informação com nome e endereço dessas pessoas, depois passamos a coletar o telefone também, para que a gente consiga entrar em contato, lembrando e trazendo essas pessoas para a realização da segunda dose”, informa o coordenador da Vigilância Epidemiológica, Daniel de Assis.

Assis acredita que parte do grupo de atrasados ima-



**Em Salvador, 16,6 mil pessoas estão com a 2ª dose atrasada**

### O objetivo da busca ativa é sensibilizar as pessoas sobre a importância de receber a segunda dose da vacina

### “Não há justificativa para não se fazer a segunda dose da vacina”

ADIELMA NIZARALA, infectologista

gina a primeira dose como suficiente para imunização e conta que chegam a receber ligações de moradores questionando a necessidade do retorno. Ele destaca que o tema também é abordado continuamente nas redes sociais da prefeitura, além do portal e nas unidades de saúde, utilizando peças gráficas e vídeos.

“Nas reuniões da CIB (Comissão Intergestores Bipartite) temos reforçado com os gestores que é preciso fazer a busca ativa dos faltosos”, ressalta a coordenadora do Programa Estadual de Imunização da Secretaria da Saúde da Bahia (Sesab), Vânia Rebouças. Na sua avaliação, os municípios baianos apresentam um cenário similar quanto aos vacinados atrasados para o reforço, considerando o tamanho da população de cada local.

Vânia explica que os números de doses atrasadas são uma estimativa que considera a data da primeira dose para calcular quantos reforços foram feitos no prazo, mas é possível que ocorra uma defasagem entre a aplicação da segunda dose e o lançamento no sistema. “Se a pessoa tem sintomas de Covid entre a primeira e segunda dose existe a recomendação de não fazer a segunda dose até melhora dos sintomas. E tem de aguardar pelo menos 28 dias após a data que positivou o exame para fazer a segunda dose”, acrescenta.

A coordenadora cita ainda os casos de pessoas que tomam a segunda dose em outro município, aquelas mais desatentas que acabam esquecendo a data de retorno, além das que têm a falsa impressão de que com uma dose estarão protegidas. “Essas

pessoas precisam ser alertadas para a importância de fazer a segunda dose para garantir uma melhor resposta imune em relação à doença”, defende.

#### No Brasil

Dados do Ministério da Saúde levantados pela GloboNews apontam que cerca de 1,5 milhão de brasileiros acima dos 60 anos ainda não iniciaram a vacinação contra a Covid-19, tomando a primeira dose de um dos três imunizantes em uso no país. Segundo Vânia, para levantar esses números em relação à Bahia seria necessário verificar as coberturas alcançadas em cada faixa etária, pois esses dados não foram compilados.

A coordenadora informou que a cobertura plena foi atingida na maioria dos grupos de idosos e não há

um número significativo de pessoas com primeira dose pendente no estado. Ela ressalta que a Sesab tem estimulado os municípios a verificarem os motivos para que nem todas as doses previstas tenham sido usadas, lembrando que pode haver defasagem entre as estimativas populacionais, baseadas no Censo de 2010, e a população real em cada faixa.

Conforme o acumulado indicado no Vacinômetro da Sesab, na última sexta-feira, a Bahia distribuiu 4.662.798 primeiras doses para os 417 municípios e 92,5% delas já foram aplicadas. Cerca de um milhão dessas doses foram utilizadas em pessoas entre 60 e 69 anos, aproximadamente 589 mil em idosos de 70 a 79 anos e quase 460 mil foram aplicadas na faixa de 50 a 59 anos.

### SAIBA MAIS: VACINAS CONTRA A COVID-19

FERNANDA GRASSI, doutora em imunologia e pesquisadora da Fiocruz

#### Por que as pessoas vacinadas ainda precisam usar máscara?

A primeira razão é que as vacinas não são 100% eficazes, então as pessoas podem se infectar mesmo estando plenamente vacinadas. Além disso, existe ainda uma circulação muito elevada do vírus do nosso país e a maior parte das pessoas não foram vacinadas. O uso da máscara provavelmente será a última coisa a ser descartada, pois só poderá ocorrer quando houver uma diminuição muito importante de casos novos e seja observada a estabilidade desse cenário.

#### Qual vacina dá maior proteção contra a Covid-19?

As taxas de eficácia das vacinas são calculadas em ensaios clínicos e esses ensaios foram realizados em locais diferentes, em populações diferentes, e utilizando critérios de cálculo de efetividade diferentes, então é muito difícil comparar a eficácia das vacinas disponíveis. O importante é que todas elas são eficazes na medida em que induzem uma imunidade que vai proteger contra a infecção e diminuir a transmissão do vírus.

#### Como ter certeza que a vacina fez o efeito esperado?

Na realidade, o efeito esperado da vacina é um efeito comunitário, espera-se que a vacinação diminua a circulação do vírus e que isso tenha impacto no número de casos diagnosticados a cada dia e, posteriormente, no número de mortes. Não existe nenhuma indicação para testes individuais

para saber se tem ou não anticorpos neutralizantes porque não sabemos qual é a quantidade de anticorpos necessários para proteger de uma reinfeção ou de uma infecção.

#### O que acontece se a pessoa não tomar a segunda dose da vacina?

Essa pessoa não terá uma resposta completa, não haverá uma quantidade de anticorpos suficientes para promover a proteção. É necessário completar o esquema vacinal, porque a segunda dose amplifica a resposta, sobretudo os níveis de anticorpos, além disso, ela faz com que aumente a intensidade e a qualidade da resposta imunológica.

#### Quais são os efeitos colaterais das vacinas contra a Covid?

As vacinas são produtos biológicos e por isso é possível que haja efeitos colaterais após a vacina, não apenas com a vacina

da Covid, mas também com diversas outras vacinas. Geralmente o que é relatado é uma dor no local da aplicação, uma vermelhidão. Algumas pessoas mais sensíveis podem ter febre, cansaço, um pouco de dor muscular, como se fosse uma infecção viral. São efeitos variáveis, dependem de pessoa a pessoa, mas no geral passam espontaneamente ou com uso de medicações leves.

#### Quem já teve trombose ou tem fatores de risco pode tomar as vacinas da AstraZeneca e da Janssen?

O mecanismo pelo qual essas vacinas podem levar à formação de trombose é mediado pela resposta imune. Esse tipo de reação é mediada por um anticorpo que é produzido contra uma substância que favorece a formação desses trombos. De toda forma, é preciso lembrar que é uma situação muito rara,

registrada em 4 pessoas a cada milhão de pessoas vacinadas, no caso da AstraZeneca. No caso das pessoas que têm trombos, existem vários outros fatores que podem levar à formação, inclusive a Covid, eles diferem do mecanismo relacionado às vacinas.

#### Quem está com sintomas de gripe pode tomar a vacina contra a Covid?

Os sintomas de gripe não contraindicam a vacina, mas o que é recomendado pelo Programa Nacional de Imunização é que as pessoas que estejam com sintomas gripais aguardem que passem.

#### Quem pega Covid-19 precisa esperar quanto tempo para tomar a vacina?

A pessoa deve aguardar ao menos 30 dias após o diagnóstico de Covid ou 30 dias após a resolução dos sintomas, caso tenha um quadro mais grave, para tomar a vacina.

#### Quanto tempo é preciso aguardar entre a vacina da gripe e da Covid-19?

O recomendado é que primeiro a pessoa seja vacinada contra a gripe, então 14 dias depois ela pode ser vacinada contra a Covid. Resumindo, são 14 dias entre uma e outra, tomando primeiro a vacina contra a gripe.

#### Quem já teve Covid-19 precisa ser vacinado ou já está imunizado?

Quem teve Covid deve ser vacinado porque a doença natural não protege contra as reinfeções e alguns dados fazem crer que os anticorpos induzidos pela doença natural diminuam ao longo do tempo, o que favorece a reinfeção. Já a imunização com a vacina produz títulos de anticorpos muito superiores, então a resposta vacinal é muito superior na proteção de uma possível infecção por Sars-Cov-2.





Fotos: Ascom SDR / Divulgação

**Safra de milho está prevista para 1,8 milhão de toneladas**


**CULTURA** Com ciclo médio de três meses entre a semeadura e a colheita, o cereal foi plantado em março em propriedades de agricultura familiar da Bahia

## Milho é uma das estrelas na mesa típica de São João

**MIRIAM HERMES**

No ápice dos festejos juninos, que pelo segundo ano consecutivo são restritos a reuniões domiciliares por causa da pandemia, os alimentos típicos estão presentes em grande parte das mesas dos baianos, com participação especial do Zea mays, nome científico do milho.

Além dele também a mandioca e o amendoim brilham nestes dias. Os três são originários das Américas e foram incorporados aos festejos religiosos trazidos pelos portugueses e espanhóis para celebrar os santos comemorados em junho.

Neste período do ano todos os municípios da Bahia produzem e consomem os itens juninos, destacando-se os Territórios Recôncavo Baiano, Litoral Norte e Agreste Baiano, Semiárido, Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, de acordo com o secretário estadual de Desenvolvimento Rural, Josias Gomes.

Ele lembrou que o movimento desta época é o principal do ano para alguns segmentos e disse que o acesso ao mercado é uma etapa fundamental na produção da agricultura familiar. “Neste período de pandemia a comercialização vem ganhando novas possibilidades, que ultrapassam o formato de vendas em lojas físicas”, pontuou.

A empresária Sônia Matinhos gosta de tudo que lembra estes festejos “mas meu xodó são as comidas à base de milho. Desde criança ouvia o pessoal comentando que ia plantar o milho no dia de São José para comer no São João”, disse, destacando que “se não tiver milho não é São João de verdade”.

Com ciclo médio de três meses entre a semeadura e a colheita, o cereal destinado às mesas juninas a partir das espigas verdes foi plantado

em março em propriedades de médio e pequeno porte da agricultura familiar em todo estado.

Além de cozido e assado, também pode virar curau, bolo e pamonha, dentre outras iguarias da culinária. “Este ano plantei mais do que em 2019 e 2020”, disse animado o produtor Rosenilo Cursulino dos Santos, salientando que vende a espiga grande por R\$1, mesmo valor dos anos anteriores.

Com lavoura irrigada na comunidade de Baraúna, em Barreiras, a família comercializa o produto na Feira Livre da cidade. “Com a pandemia muitas famílias compram o cento (saco com 100) para consumir nestes dias”, diz, lembrando que tem descontos quem compra em grande quantidade e retira na propriedade.

Já para os pratos à base de milho maduro, como a canjica, polenta e cuscuz, o cereal também pode vir das grandes fazendas situadas no cerrado do extremo oeste baiano, voltadas para o agrogócio.

Neste perfil a região plan-

tou 170 mil hectares (há com o cereal conforme o 2º Levantamento da Safra 2020/21 realizado pelo Conselho Técnico da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba). A previsão é colher em torno de 1,8 milhão de toneladas nesta safra e produtividade média de 180 sacas por hectare.

### Alta produtividade

De acordo com esta análise de dados, o crescimento da área com milho no cerrado nesta safra sobre a anterior foi de 6%. A produtividade deve aumentar em 9,1% e a produção em 15,9%, como resultado do clima, áreas irrigadas e cuidados fitossanitários dos empreendimentos.

No estado, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE divulgado em junho com dados de maio/2021, a produção será de 2,5 milhão toneladas este ano.

Do cereal colhido depois de seco nas lavouras, além das canjicas e farinhas para consumo humano, cerca de 70% se destinam também à

produção de farelos para ração animal.

A safra de milho do cerrado baiano começou a ser colhida no mês de maio, adiantando este processo por causa da grande procura do produto no mercado. A demanda elevou os preços que estão em torno de R\$ 70 a saca de 60 kg, enquanto que nesta mesma época do ano passado estava entre R\$ 30 e R\$ 35.

De acordo com o assessor de Agronegócios da Aiba, Luiz Stahlke, a procura pelo milho da Bahia é reflexo da maior demanda do mercado nacional pelo cereal, pela falta de chuva nos estados do Centro Sul do Brasil. O fenômeno afeta a produção da safrinha com perdas estimadas em mais de 17 milhões de toneladas naquelas regiões.

Para Stahlke, o preço do milho no Oeste baiano pode aumentar ainda mais, com possibilidade de chegar a R\$ 90 a saca. Essa condição também pode refletir no tamanho da área plantada com o cereal na próxima safra.

“No mês de setembro que começa a se desenhar o mapa das lavouras para a safra vindoura”, salientou, acrescentando que o mercado aquecido favoreceu também a formação de lavouras irrigadas com o cereal este ano na região.

No entanto, historicamente o milho é o produto de menor valor de mercado para os agricultores do cerrado baiano. Por isso seu plantio nas grandes fazendas da região sempre esteve mais ligado à necessidade da rotação de culturas, prática recomendada para assegurar a boa saúde dos solos.

Como um dos manejos do Sistema de Plantio Direto (SPD), a rotação de culturas como soja e algodão com milho e outras gramíneas com produção de boa palhada favorece a cobertura dos solos e sua sustentabilidade, em um modelo que vem crescendo na região e no mundo.


**Cereal é base de delícias como a canjica e o cuscuz**

# ISENÇÃO

**QUE SE VÊ NOS NÚMEROS**

## 34.885.267

**VISUALIZAÇÕES DE PÁGINA**

EM 3 MESES

**Portal A TARDE**

 NOTÍCIAS AO SEU ALCANCE,  
 EM QUALQUER DISPOSITIVO E  
 NA HORA QUE ELAS ACONTECEM

 Fonte: Analytics Março/Abril/ Maio2021 -  
 Total de visualizações de Página - Portal A TARDE

 acesse  
**atarde.com.br**  
 saiba bem, saiba mais.

 Portal  
**A TARDE**  
 .com.br

 Grupo  
**A TARDE**  
 COMUNICAÇÃO



# AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

UMA VISÃO ABRANGENTE  
SOBRE O AGRONEGÓCIO

## Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



atarde.com.br/colunista/atardeagro  
tejon@grupoatarde.com.br

## Cinco prioridades para o alimento no Brasil

A Associação Brasileira dos Supermercados (Abras) realizou o primeiro fórum da cadeia nacional de abastecimento do País na semana passada.

Com isso, na ocasião a entidade reuniu o comando da economia brasileira, incluindo o ministro da Economia, Paulo Guedes, da Agricultura, Tereza Cristina, e o titular da pasta da Cidadania, João Roma.

Mas o importante encontro foi ainda além, trouxe 14 líderes empresariais de 14 setores que, juntos, representam todo o Produto In-

terno Bruto (PIB) do agronegócio nacional e mais da metade do PIB do Brasil.

Incluiu nessa autêntica "coalizão intersetorial" todo o conceito ESG – sigla em inglês que reúne e integra o meio ambiente com a responsabilidade social e a governança para realizar tudo isso de forma conjunta com a economia.

### Pela vida

Importantes agentes da cidadania estiveram presentes, como o próprio representante da ação contra a fome e a miséria pela vida, o

seu presidente Kico, de uma iniciativa do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

E especialistas em sustentabilidade, clima, inclusão

social e diversidade, em todos os sentidos.

As palavras "fome, agricultura familiar e rastreabilidade" foram as mais repe-

tidas. Ao final desta excelente convocação dos supermercados brasileiros, o presidente da Abras, João Gallasi disse: "Está claro o impacto do que mostramos hoje, saímos maiores e mais fortes com a coalizão multipartidária e uma posição coletiva".

As cinco prioridades definidas, por votação, e consenso de todas essas lideranças, públicas, privadas, sociedade civil organizada e filantrópicas foram:

- 1 - Reduzir custos, incluindo reforma tributária;
- 2 - Incentivar o consumo

consciente com economia circular;

3 - Evitar o desperdício de alimentos, conectando o mapa da fome com o desperdício;

4 - Combate à fome, criando banco de alimentos e o conceito *best before*, sobre prazo de validade;

5 - Promover conhecimento, com investimentos em educação capacitação e governança ESG.

Supermercados são o grande caixa do agronegócio no mundo e está certo atuarem como o fizeram neste fórum. Continuem!

**Encontro da Abras trouxe 14 líderes empresariais de 14 setores**

**Supermercados são o grande caixa do agronegócio no mundo**

## CURTAS

### Biogás ganha cada vez mais força no Brasil

Lixos orgânicos e dejetos de animais, como fezes e urina, estão se tornando em fontes de recursos. O exemplo vem de produtores rurais do Paraná, que estão obtendo energia elétrica por meio da tecnologia de

biodigestores. O biogás, que possibilita a geração de energia até para venda de excedentes, vem ganhando espaço nos negócios rurais. Em 2020, a energia gerada nos biodigestores cresceu 23% no Brasil e produtores

paranaenses estão na ponta da geração desse combustível. Na região oeste do estado, são cerca de quatro milhões de suínos, que geram material expressivo para a tecnologia transformar em energia.

### Produção leiteira é ampliada em Jeremoabo

O aumento da produção de leite na comunidade de Barroca, em Jeremoabo, cidade no norte da Bahia, foi decisivo para que os agricultores familiares, ligados à Associação Comunitária da Barroca, tivessem uma

renda fixa de pelo menos um salário mínimo. A produção, que antes era de 300 litros de leite por dia, hoje chega a mil litros. O desenvolvimento da atividade leiteira resulta de investimentos do projeto Bahia

Produtiva, que destinou R\$ 293,8 mil para a aquisição de equipamentos de resfriamento de leite e máquinas agrícolas, como forrageira e distribuição de mudas de palma para alimentação dos animais.

## CELEBRAÇÃO

### Dia de festejar o profissional que adora as sextas-feiras

Hoje é dia de parabenizar aqueles que sempre buscam nossos espaços.

Por tantos prazos que com jeitinho esticou, por todas as publicações que conseguiu garantir, por tantas vezes que conseguiu viabilizar aquela ideia, aquele formato diferenciado.

E por tantos e tantas damos os parabéns.

Produzido pela equipe de Marketing do Grupo A TARDE

Este espaço foi reservado <sup>para</sup> ~~por~~ você!

## Dia do Mídia

21 de junho

HOMENAGEM

Grupo  
**A TARDE**  
COMUNICAÇÃO

Portal  
**A TARDE**  
.com.br

**A TARDE** fm  
103.9 QUEM OUVIR VEGOSTA

Jornal  
**A TARDE** **Massa!**  
FALTA DE SUO LITO

## CLIMA DE FESTA

salvador@grupoatarde.com.br





# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**IRPF Lira diz que governo deve enviar projeto na próxima semana**

[www.atarde.com.br](http://www.atarde.com.br)

**ANÚNCIO** Presidentes das câmaras de Camaçari e Salvador anunciaram que o instrumento de desoneração fiscal para o setor será mantido por quatro anos

## Incentivos para indústria química serão mantidos

DAVID MENDES

Os presidentes das Câmaras Municipais de Camaçari e Salvador, Júnior Borges (DEM) e Geraldo Júnior (MDB) respectivamente, anunciaram ontem que o instrumento de desoneração fiscal para o setor petroquímico brasileiro será mantido nos próximos quatro anos. A garantia foi dada pelo relator da MP no Senado, senador Ciro Nogueira (PP-PI).

A MP 1.034/2021, editada pelo governo federal, pretende reduzir incentivos tributários ao setor. Criado em 2013, o Regime Especial da Indústria Química (Reiq) garante o equilíbrio e a competitividade da indústria química no Brasil, com isenções de impostos, como o PIS e Cofins, na compra de matérias-primas. A medida tramita em regime de urgência no Congresso Nacional.

Durante os dois dias em Brasília, os chefes dos Legislativos camaçariense e soteropolitano se reuniram com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), com o senador Ciro Nogueira e com o ministro da Cidadania, João Roma (Republicanos). Durante coletiva de imprensa, o presidente Júnior Borges afirmou que o fim do Reiq iria gerar retração na economia,



Geraldo Júnior (MDB) e Júnior Borges (DEM) fizeram anúncio após visita a Brasília

com perdas que poderiam chegar a R\$ 12 bilhões, além de comprometer 60 mil empregos diretos em todo o país.

“O Reiq é um instrumento fundamental para a sobrevivência do setor químico; enquanto não forem feitas as reformas estruturais, como a tributária, e a redução do custo Brasil, teremos consequências enormes em toda a cadeia produtiva brasileira, para milhares de empregos, para o futuro da nossa indústria e para o rumo que o país quer tomar”, defendeu Borges.

O presidente da Câmara ainda agradeceu o apoio que

teve dos prefeitos de Camaçari, Elinaldo Araújo, e da capital baiana, Bruno Reis, além do ex-prefeito e presidente do DEM, ACM Neto, que intermediou o encontro com o presidente do Senado, e do senador Ângelo Coronel (PSD), que intercedeu um encontro com Ciro Nogueira (PP), relator do projeto.

“O senador Ciro Nogueira alterou o relatório por conta das interlocuções feitas por esse parlamento, por parlamentares de Salvador e Região Metropolitana e todos os que intercederam pelas cidades que abrigam indústrias químicas”, agradeceu, ao citar também o ministro João Ro-

ma, que encaminhou os pleitos ao ministro da Economia, Paulo Guedes.

Já Geraldo Jr. fez críticas ao atual cenário nacional e afirmou que sem a mobilização estaria hoje “lamentando desemprego e chorando a perda e a empregabilidade de milhares e milhares de famílias”. “Se não fosse a movimentação dos vereadores de Camaçari, da RMS e de Salvador, se não fosse a interlocução interna corporis da atividade da indústria e empresários de Camaçari, essa medida não iria prosperar”, disse Geraldo Jr.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM [WWW.ATARDE.COM.BR](http://WWW.ATARDE.COM.BR)

ELETROBRAS

Relator da MP na Câmara crê que texto seja aprovado

DA REDAÇÃO

Relator da medida provisória que permite a privatização da Eletrobras, o deputado federal baiano Elmar Nascimento crê que a versão da proposta, que passou em votação apertada no Senado, seja aprovada também na Câmara dos Deputados.

Segundo ele, a única possibilidade de mudança é na redação, mas elogia a reformulação feita pelo Senado, onde o projeto tem a relatoria do seu colega de partido, Marcos Rogério (DEM-RO), um dos mais ferrenhos defensores do Palácio do Planalto na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid.

Para conseguir garantir a aprovação, o governo cedeu à pressão das bancadas estaduais e acatou a inclusão de pontos não previstos pela MP, chamados pelos parlamentares de oposição de “jabutis”.

De acordo com o grupo União pela energia, que reúne 45 entidades do setor, calculou que as mudanças na MP, incluindo os impostos, pode gerar custo de R\$ 84 bilhões nos próximos anos. A preocupação é que o valor seja repassado para as contas de luz dos consumidores domésticos. O governo nega possibilidade de aumento tarifário.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM [WWW.ATARDE.COM.BR](http://WWW.ATARDE.COM.BR)

AUXÍLIO

Caixa paga 3ª parcela para nascidos em janeiro

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

A Caixa iniciou ontem os pagamentos da terceira parcela do auxílio emergencial 2021. Os beneficiários nascidos em janeiro são os primeiros a receber os recursos em suas contas digitais.

Os valores podem ser movimentados pelo aplicativo Caixa Tem para pagamento de boletos, compras na internet e pelas maquininhas de estabelecimentos comerciais. Os beneficiários também conseguem movimentar os recursos usando o Caixa Tem na rede lotérica.

A Caixa lembra que o calendário da terceira parcela foi antecipado. Mercado inicialmente para encerrar em 12 de agosto, com a possibilidade de saques para os nascidos em dezembro, o terceiro ciclo agora finaliza no dia 19 de julho.

Os beneficiários que receberam o crédito ontem terão o saque liberado a partir do dia 1º de julho. Amanhã será a vez dos pagamentos para nascidos em fevereiro, com saque liberado a partir de 2 de julho. O pagamento da terceira parcela do auxílio emergencial 2021 para beneficiários do Bolsa Família com final de Número de Identificação Social (NIS) 2.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM [WWW.ATARDE.COM.BR](http://WWW.ATARDE.COM.BR)

# LIGUE, ANUNCIE E VENDA!

O classificados do Jornal A TARDE tem as melhores vantagens para você!

Pague 4  
Anuncie 5

Anuncie quatro dias e o quinto é por nossa conta

GARANTA A  
Segunda

Anuncie sábado e domingo para ganhar 40% de desconto no anúncio de segunda

ANUNCIE 5  
GANHE 2

Anuncie cinco dias e ganhe dois

LIGUE E ANUNCIE  
3533.0855

Segunda a sexta das 8h às 18h (EXCETO FERIADOS)

Whatsapp: 99601-0039 / 98149-2081

Promoção não acumulativa e não válida para contratos e editais. Promoção válida até o dia 30.06.21

Jornal  
A TARDE

Grupo  
A TARDE  
COMUNICAÇÃO



# ENTRE/INCENTIVO

[www.correio24horas.com.br](http://www.correio24horas.com.br)



**Ronaldo Jacobina**

texto  
ronaldo.jacobina@  
redebahia.com.br

Profissionais que atuam na área da cultura e foram afetados pela falta de trabalho durante a pandemia começam a enxergar uma nova perspectiva, a exemplo da Lei Aldir Blanc, que no ano passado injetou no setor R\$ 3 bilhões para realização de projetos culturais em todo o território nacional. Agora, se movimenta para aprovação do Projeto de Lei 73/2021, batizado de Lei Paulo Gustavo (artista que, assim como Aldir Blanc, foi vítima da covid-19) que pode injetar até R\$ 4,4 bilhões no combalido segmento.

O projeto, de autoria do senador Paulo Rocha (PT/PA), está em consulta popular no Senado Federal até o final deste mês, quando deverá ser levado à votação. O PL prevê que a União repasse aos Estados, Distrito Federal e Municípios o montante de R\$ 3,8 bilhões, oriundo do superávit financeiro do Fundo Nacional de Cultura (FNC).

Deste valor, cerca de R\$ 2,8 bilhões é referente a fontes de recursos alocados no Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e cobrados da própria cadeia, devendo por lei (11.437/2006) serem exclusivamente direcionados para a área. Outro R\$ 1 bilhão seria destinado à realização de editais, chamadas públicas e outras formas de seleção pública para apoiar projetos e iniciativas culturais, incluindo a manutenção de espaços culturais que estão fechados e/ou em dificuldades financeiras.

Além desses valores, estão previstos ainda R\$ 150 milhões de contrapartida de estados, DF e municípios e R\$ 342 milhões desbloqueados do FNC na Lei de Orçamento Anual 2021, totalizando R\$ 4,4 bilhões.

Caso aprovada, a Secretaria Estadual de Cultura estima que a Bahia receberá mais de R\$ 173 milhões. Já à capital baiana, segundo a Fundação Gregório de Mattos, a expectativa é que sejam destinados recursos acima dos R\$ 18,7 milhões contemplados pela Lei Aldir Blanc. Enquanto o Projeto de Lei segue os trâmites legais, a categoria se movimenta para sua aprovação. Na Bahia, assim como em outros estados brasileiros, já foi criado um comitê estadual cujas reuniões plenárias, realizadas de forma virtual, vêm reunindo mais de 300 profissionais da área, além de parlamentares e senadores.

umas das profissionais à frente do comitê, a produtora cultural Piti Canella diz que é hora de buscar o apoio popular para engrossar o abaixo-assinado e assim pressionar os parlamentares a aprovarem a Lei que vai garantir a sobrevivência do sofrido setor que foi o primeiro a parar e certamente será o último a retornar. "Não estamos reivindi-



INSTAGRAM/REPRODUÇÃO

**3 bilhões de reais** foi o que a Lei Aldir Blanc injetou na área da cultura em 2020

**4,4 bilhões de reais** é o que a Lei Paulo Gustavo pode oferecer

**137 milhões de reais** é o que a Bahia poderá receber caso a lei passe por todas as etapas

**300 profissionais da área** integram o comitê estadual que vem se reunindo com parlamentares

**2,67% do PIB brasileiro** é representado pela cultura

## Lei Paulo Gustavo pode injetar mais de R\$ 4,4 bi

### O projeto está em consulta popular no Senado Federal até o final deste mês, quando será votado

cando nada além do que temos direito, visto que estes recursos, que estão parados lá no FNC, são para serem usados unicamente no setor", defende Canella.

Se depender de articulação do setor cultural, a aprovação da lei está garantida. Felipe Dias Rego, gerente de promoção cultural da Fundação Gregório de Mattos, ligada à Prefeitura Municipal de Salvador, diz que este é o momento de unir forças para conseguir a aprovação da lei.

#### BAHIA UNIDA

"Estamos trabalhando junto ao Comitê criado na Bahia discutindo questões inerentes ao segmento e buscando a adesão de políticos que se comprometam com a causa, tão necessária para o setor", diz.

No interior do estado, cerca de 300 profissionais da área vêm promovendo discussões e sensibilizando políticos e populares. O coordenador técnico do Fórum de Dirigentes Municipais da Cultura da Bahia, Shaolin Barreto, garante que "os 27 territórios de identidade do estado, não só estão trabalhando para fortalecer as articulações, como apresentando sugestões para que os recursos, após a aprovação, cheguem logo a quem precisa".

O projeto também encontra oposição, feita sobretudo por quem deveria defendê-lo. É o caso do Secretário Nacional de Cultura, Mario Frias, que está fazendo campanha nas redes sociais pela não aprovação do projeto.

Apesar de disso, não faltam

boas justificativas para que o PL seja transformado em lei. A principal delas, segundo diz o próprio Projeto de Lei, "é a dimensão simbólica, dada a importância da cultura para a formação da sociedade brasileira, sem contar com o aspecto econômico, considerando que o setor cultural corresponde a 2,67% do PIB brasileiro, além de representar cerca de 5,8% do total de ocupados no país, o que significa quase 6 milhões de pessoas".

De acordo com o gestor cultural e pesquisador Carlos Paiva, a Lei Aldir Blanc mostrou eficácia e revelou que podem sair boas iniciativas do legislativo. "A Lei Paulo Gustavo é uma proposta de continuidade, já que a pandemia recrudescer, mantendo características importantes como a gestão dos recursos por estados e municípios utilizando uma receita que já existe e que está parada. Vale ressaltar que a cultura é uma área que identifica o Brasil no mundo inteiro", pondera.

O setor de audiovisual na Bahia também está na expectativa pela liberação dos recursos. O presidente da Associação dos Produtores de Audiovisual e Cineastas, Marcello Benedictis, diz que o seu setor está trabalhando na articulação política, buscando apoio dos senadores e parlamentares baianos para aprovação da lei que, segundo ele, é importante para tirar os profissionais da área de cultura do foco. "Estamos estimulando não só os trabalhadores da área, como também a sociedade em geral, para que colem nessa corda", diz.

A consulta pública está disponível no site do Senado Federal na internet (<http://bit.ly/PeticaoPLPG>) e a expectativa é que o projeto seja votado pelo Plenário no Senado entre os dias 28 de junho e 2 de julho, pelas previsões do senador Paulo Rocha. O paraense acredita que a Lei será aprovada com folga. Caso isso aconteça, o passo seguinte é seguir para a Câmara Federal e, se aprovada, vai para a sanção do Presidente da República. Caso passe por todas as etapas, o repasse do recurso aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios deverá ocorrer em, no máximo, 15 dias após a publicação da Lei.

Vale lembrar que em âmbito nacional, ainda há quase R\$ 800 milhões remanescentes dos R\$ 3 bilhões disponibilizados pela Lei Aldir Blanc, que poderão ser executados até dezembro deste ano. A extensão do prazo, inicialmente vetada pelo presidente Jair Bolsonaro, foi aprovada pela Câmara Federal que derrubou os vetos presidenciais em 1º de junho, por 420 votos a favor e apenas 12 contra.

É e nessa cartada final que mora a esperança do setor cultural para a aprovação da Lei Paulo Gustavo.

**O ator Paulo Gustavo, recordista do cinema brasileiro, morreu de covid-19 em maio**



# Encarecimento de energia e gás deve gerar mais dívidas

**CONTAS** O agravamento da crise hídrica encareceu a conta de luz do brasileiro e muitos podem não conseguir honrar seus compromissos nos próximos meses. De acordo com a Serasa, a inadimplência em contas básicas, como energia, água e gás, representava 22,3% do total de débitos em maio, e a tendência é de crescimento com os sucessivos reajustes nos preços desses serviços, de acordo com a Folha de S. Paulo.

Ao todo, são 36,9 milhões de faturas atrasadas no segmento. A alta no valor do gás de cozinha também tem pressionado a renda das famílias. “O aumento no valor das contas de luz e gás pode impactar o orçamento dos brasileiros e resultar no atraso do pagamento”, diz Nathalia Dirani, gerente da Serasa.

●● **O aumento no valor das contas de luz e gás pode impactar o orçamento dos brasileiros e resultar no atraso do pagamento**  
Nathalia Dirani  
Gerente da Serasa

## Em busca de um refúgio: pandemia reacquece setor de terrenos

**IMÓVEIS** Após escolher no ano passado em meio aos efeitos da pandemia na atividade econômica, o mercado de terrenos residenciais deve voltar a crescer este ano sustentado pela mudança de hábitos da população. O sonho de se mudar para o interior ou de, pelo menos,

Em dezembro, os calotes em serviços básicos bateram recorde – o percentual foi de 23,6%, maior valor de toda a série histórica iniciada em janeiro de 2018.

A inadimplência nessas contas cresceu mês a mês desde o início da pandemia de covid-19, em março de 2020, mas caiu em janeiro deste ano e ficou entre 22,2% e 22,7% nos meses seguintes. O número de maio é 0,4 ponto percentual menor que o de abril.

Segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), a bandeira vermelha, a mais cara cobrada sobre a conta de luz, deverá subir mais de 20% em razão do baixo nível dos reservatórios de água.

Em meio à escassez de chuvas, usinas térmicas são acionadas, e a bandeira tarifária cobrada sobre o serviço de energia fica mais cara. Em junho, já está vigente a ban-

deira vermelha nível 2, a mais cara, que cobra R\$ 6,24 para cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos. Esse valor será elevado para aproximadamente R\$ 7,50.

Na semana passada, a Petrobras anunciou aumento de 5,9% no preço do gás de cozinha, 14ª alta consecutiva no preço do produto. De acordo com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), no Brasil, o botijão de 13 kg custava em média R\$ 85 em abril, último dado disponível. Em janeiro, o valor era de R\$ 76,86.

O aumento na conta de energia e do gás pesam ainda mais entre as famílias mais pobres. “Normalmente, essas são as contas priorizadas no orçamento familiar, que já vem sofrendo com a alta de produtos e serviços. Ou seja, algumas pessoas podem ter de fazer escolhas”, afirma Nathalia.

ter um ‘refúgio’ fora da capital está alimentando uma expectativa de crescimento de 10% para o setor, segundo Caio Portugal, presidente da Aelo, associação das empresas de loteamento e desenvolvimento urbano.

A retomada vem depois de um período difícil – no ano

passado, o recuo nas vendas foi de 4% –, que fez o setor colocar o pé no freio dos lançamentos. De 2018 para cá, o total de lotes disponíveis recuou à metade: de 125,4 mil para 67,4 mil. Só no ano passado, a queda foi de 33%, de acordo com a Aelo.

## TELEFONIA: VIVO, TIM E CLARO DEFENDEM COMPRA DA OI

**CADE** A Oi e o consórcio Vivo, TIM e Claro encaminharam ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) manifestações para rebater as críticas que sofrem de agentes de mercado contrários à transação entre as empresas. O consórcio Vivo, TIM e Claro pediu ao Cade que a transação seja aprovada sem restrições, pois envolve, na sua visão, o melhor arranjo competitivo possível e “não gera preocupações concorrenciais”. As teles disseram que será mantida “intensa rivalidade” no mercado.

## MEGA-SENA

**7** **Milhões de reais levou um único apostador que acertou as seis dezenas do concurso 2382 sorteado na noite de sábado. Os números foram: 06 – 09 – 19 – 38 – 53 – 55. A aposta, que levou exatos R\$ 7.098.061,76, foi feita pela internet.**

## AVIAÇÃO INICIA RETOMADA LÁ FORA; BRASIL TEM DESAFIO

**PANDEMIA** Na última semana, o movimento diário de pessoas que passaram pelos pontos de checagem de segurança dos aeroportos dos EUA, onde mais da metade da população já recebeu a primeira dose da vacina contra a Covid voltou ao patamar pré-pandemia. As áreas do país avançam com fôlego em direção à etapa seguinte: viagens internacionais.

No Brasil também há avanço, embora o país esteja em etapa anterior nessa recuperação. No entanto, com números de casos de covid e óbitos ainda altos, o Brasil está limitado por barreiras sanitárias em diversos países.

Para Cleveland Prates, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e professor da FGV, o maior entrave é o cenário de incerteza. “Para o Brasil, essa recuperação do tráfego internacional só virá quando tivermos clareza sobre o controle da pandemia. A incerteza não permite planejamento”, disse ao jornal O Globo.

**Com números de casos de covid e óbitos ainda altos, o Brasil está limitado por barreiras sanitárias em diversos países**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRARÁ**  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2021. PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA. CONTRATADA: OXBRAS GASES MEDICINAIS E INDUSTRIAIS DO NORDESTE EIRELI EPP. VALOR: R\$ 255.835,00. DOTAÇÃO: 0602 – 2022 – 33903000 – 02. 14. VIGÊNCIA: 04/06/2021 a 03/06/2022. Data da assinatura 04 de junho de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE**  
CNPJ Nº: 16.416.521/0001-64  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 020/2021  
Aviso de Licitação, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2021 – Setor de Licitações, conforme define Lei 8.666/93. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para montagem de kits emergenciais, alimentação escolar a diversas Secretarias. Data e horário da sessão de abertura: 05/07/2021 às 09h00min horas. Obs. O edital estará disponível no Diário Oficial da Prefeitura de Mirante – Bahia. Informações pelo fone: (77) 3468-1029, Hélio Messias Souza Lima – Secretário de Administração.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA**  
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº001/2021 Tendo em vista a licitação modalidade Concorrência Pública nº. 001/2021 ter sido suspenso, o Município de Saubara/BA, através do Presidente da COPEL, comunica aos interessados que nos termos da Lei, realizará licitação na modalidade de Concorrência Pública nº. 001/2021, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para construção de escola de um pavimento com 12 salas de aula, para atender aos estudantes da Rede Municipal de Ensino, no dia 27 de Julho de 2021, às 10:00 (dez horas). Os interessados poderão obter informações através do e-mail: copelsaubara@gmail.com. Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião nº 04 – Saubara, Tel. nº: (71) 3696-1903. Saubara, 18 de junho de 2021 – Wellington Araújo Pimenta – Presidente da COPEL.  
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2021 Tendo em vista a licitação modalidade Pregão Eletrônico nº. 018/2021 ter sido suspenso, o Município de Saubara/BA, através do Presidente da COPEL, comunica aos interessados que nos termos da Lei, realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 018/2021, cujo objeto é, Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos instrumentais e materiais odontológico da atenção básica, afim de atender as necessidades da secretaria de Saúde deste Município. Os interessados poderão obter informações através do e-mail: copelsaubara@gmail.com. Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião nº 04 – Saubara, Tel. nº: (71) 3696-1903. Saubara, 18 de junho de 2021 – Wellington Araújo Pimenta – Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS**  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – Nº 010/2021. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barreiras/Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 201/2020, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Presencial – Nº 010/2021. Objeto: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para os veículos oficiais pertencentes à frota operacional da Prefeitura Municipal de Barreiras/BA. Sessão de Abertura: 06/07/2021 às 08h. O edital poderá ser obtido em sua íntegra no site: <https://portaldatransparencia.barreiras.ba.gov.br/licitacoes/Informacoes/>. Fone: 08h às 12h: (77) 3614-7114. André Avelino de Oliveira Neto – Pregoeiro. Barreiras/BA, 18 de junho de 2021.  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – Nº 011/2021. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barreiras/Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 201/2020, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Presencial – Nº 011/2021. Objeto: Registro de Preços para a aquisição de Kits natalidades, requisitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho. Sessão de Abertura: 06/07/2021 às 08h. O edital poderá ser obtido em sua íntegra no site: <https://portaldatransparencia.barreiras.ba.gov.br/licitacoes/Informacoes/>. Fone: 08h às 12h: (77) 3614-7114. André Avelino de Oliveira Neto – Pregoeiro. Barreiras/BA, 18 de junho de 2021.  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – Nº 012/2021. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barreiras/Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 201/2020, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Presencial – Nº 012/2021. Objeto: Registro de Preços para a aquisição de Kits natalidades, requisitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho. Sessão de Abertura: 06/07/2021 às 08h. O edital poderá ser obtido em sua íntegra no site: <https://portaldatransparencia.barreiras.ba.gov.br/licitacoes/Informacoes/>. Fone: 08h às 12h: (77) 3614-7114. André Avelino de Oliveira Neto – Pregoeiro. Barreiras/BA, 18 de junho de 2021.  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – Nº 013/2021. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barreiras/Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 201/2020, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Presencial – Nº 013/2021. Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa(s) para confecção, fornecimento, instalação e manutenção de persianas, requisitado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. Sessão de Abertura: 09/07/2021 às 08h. O edital poderá ser obtido em sua íntegra no site: <https://portaldatransparencia.barreiras.ba.gov.br/licitacoes/Informacoes/>. Fone: 08h às 12h: (77) 3614-7114. André Avelino de Oliveira Neto – Pregoeiro. Barreiras/BA, 18 de junho de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA**  
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 0016-2021 O Município de Itabuna comunica a abertura do Pregão Eletrônico – SRP Nº 0016-2021, que tem como objeto a AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DIVERSOS DE LIMPEZA, PAIS, HIGIENIZANTES, PLÁSTICOS, DESCARTÁVEIS E CORRELATIVOS DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA. Recebimento das propostas: até 06/07/2021 às 08:30 horas; Abertura das propostas: 06/07/2021 às 08:30 horas; Início da sessão de disputa de preços: 06/07/2021 às 13:30 horas. O edital poderá ser adquirido através do site [www.itabuna.ba.gov.br/licitacoes/](http://www.itabuna.ba.gov.br/licitacoes/). Licitação Nº: 878479. Informações através do e-mail: [itabunalicita@prefeituraeditabuna.com.br](mailto:itabunalicita@prefeituraeditabuna.com.br). Itabuna/BA, 18 de junho de 2021. Evelyn S de Castro – Pregoeiro Designada.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATU**  
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2021- UASO: 983339. Objeto: Registro de Preços visando contratações futuras e eventualização no fornecimento de materiais diversos, para atender as demandas de construções, reformas, manutenções e demais serviços das diversas Secretarias deste Município. Entrega das propostas: até 21/06/2021 às 08h00min. Abertura das propostas: 06/07/2021 às 08h30 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O Edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados no site [www.comprasnet.gov.br/Informacoes](http://www.comprasnet.gov.br/Informacoes). Licitação Nº: 016/2021. Informações pelo fone: (77) 3468-1029, Hélio Messias Souza Lima – Secretário de Administração.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS**  
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 059-2021 A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, com fundamento no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/93, comunica a REVOGAÇÃO da Licitação Presencial nº 059/2021, Processo Administrativo nº 715/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a aquisição de material de consumo (MUDAS NATIVAS), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em virtude das divergências de quantidades, descrições técnicas e recursos financeiros e por razões de interesse público, conveniência e oportunidade, conforme despacho anexo aos autos. O referido Processo Licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Sala de COPEL, situada no endereço constante no edital, assim como a devolução dos envelopes não abertos (lacrados), podem ser solicitados a Copel em até 60 (sessenta) dias, sob pena de incineração. Teixeira de Freitas, 18 de junho de 2021. SABRINA RAMPINELLI REUTER VIANA Secretária de Meio Ambiente e Turismo.  
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 006-2021 A Comissão Permanente de Licitação – COPEL, do município de Teixeira de Freitas, torna público para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte Licitação: MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 006/2021 – DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1283/2021 – SECRETARIA INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, PASSADOUROS COM ACESSIBILIDADE HORVATIL E VERTICAL NO ENTORNO DA PRAÇA JOANA ANGÉLICA NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS-BA. DATA DA SESSÃO: 07/07/2021 às 08h00min (horário de Brasília). Quaisquer esclarecimentos/questionamentos poderão ser formalizados através do e-mail: [copelmtf@yahoo.com](mailto:copelmtf@yahoo.com). O acesso ao edital será através do endereço eletrônico <http://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br>, “transparência”, “Edital de Licitação”, “Edital Baixar”. Teixeira de Freitas, 18 de junho de 2021. MAGDA DE SELES GUIMARÃES Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. O Município de Monte Santo no Estado da Bahia, torna público, para conhecimento dos interessados, a publicação do Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SISETMA REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento de 04 (quatro) motos, 0km, para servir a guarda municipal, afim de realizar os devidos trabalhos de manutenção preventiva e corretiva. A abertura das propostas ocorrerá no dia 06/07/2021, com início da disputa de lance às 09h00min do mesmo dia. Os interessados poderão adquirir o Edital, na sede da Prefeitura Municipal de Monte Santo, na Praça Professor Salgado, nº 200, Bairro Centro, no horário das 08h00min às 12h00min de segunda-feira a sexta-feira, ou no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), mais informações pelo telefone (75) 3275-1124 – Monte Santo – Bahia, 17 de junho de 2021, Danilo Rabello Costa – Pregoeiro Oficial.  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. O Município de Monte Santo no Estado da Bahia, torna público, para conhecimento dos interessados, a publicação do Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SISETMA REGISTRO DE PREÇO Nº 037/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento ferramentas, materiais e equipamentos necessários para os serviços de oficina mecânica, para servir a oficina mecânica do Município de Monte Santo. A abertura das propostas ocorrerá no dia 06/07/2021, com início da disputa de lance às 15h00min do mesmo dia. Os interessados poderão adquirir o Edital, na sede da Prefeitura Municipal de Monte Santo, na Praça Professor Salgado, nº 200, Bairro Centro, no horário das 08h00min às 12h00min de segunda-feira a sexta-feira, ou no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), mais informações pelo telefone (75) 3275-1124 – Monte Santo – Bahia, 17 de junho de 2021, Danilo Rabello Costa – Pregoeiro Oficial.  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. O Município de Monte Santo no Estado da Bahia, torna público, para conhecimento dos interessados, a publicação do Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SISETMA REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento peças de máquinas pesadas, motoniveladora caterpillar, pra carregadeira, motoniveladora new holland, afim de efetuar manutenções preventivas e corretivas, pertencentes a frota do Município de Monte Santo. A abertura das propostas ocorrerá no dia 06/07/2021, com início da disputa de lances às 09h00min do mesmo dia. Os interessados poderão adquirir o Edital, na sede da Prefeitura Municipal de Monte Santo, na Praça Professor Salgado, nº 200, Bairro Centro, no horário das 08h00min às 12h00min de segunda-feira a sexta-feira, ou no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), mais informações pelo telefone (75) 3275-1124 – Monte Santo – Bahia, 17 de junho de 2021, Danilo Rabello Costa – Pregoeiro Oficial.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 20/06/21	



**Bahia Econômica**  
ARMANDO AVENA

## PROJETOS DE R\$ 7,2 MI VISAM ESTIMULAR PEQUENAS EMPRESAS



admin 20 Junho, 2021

Com o objetivo de auxiliar donos de pequenos negócios na retomada econômica, o Sebrae Bahia assinou uma série de convênios de cooperação técnica com as principais entidades do setor produtivo no estado. Ao todo serão investidos R\$ 7,285 milhões em iniciativas que vão de capacitação e qualificação profissional, a ações visando a abertura de mercado, aumento da competitividade e a interiorização do acesso a crédito. Agropecuária, serviços, comércio e indústria são as áreas contempladas.

Foram firmados acordos com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Federação de Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio) e Federação das Associações Comerciais da Bahia (Faceb). Vale destacar que 70% dos recursos empregados nos projetos são do Sebrae, e 30% das organizações empresariais.

O Sebrae também formou aliança com o governo do estado com o intuito de ampliar os serviços prestados pelo SAC Empresarial. A ideia é facilitar o atendimento a microempreendedores individuais (MEI) e pequenas empresas (MPE). Dezoito municípios baianos serão contemplados com a instalação desses postos: Alagoinhas, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Irecê,

Itabuna, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Valença, Vitória da Conquista, Itapetinga e Itaberaba.

Presidente da Fecomércio na Bahia, Carlos de Souza Andrade destaca que mais de 97% dos negócios existentes no estado são tocados por micro ou pequenos empresários, confirmando a importância do empreendedorismo na geração de emprego e renda. Segundo ele, é fundamental todo o suporte ao setor. “A demanda é muito grande. Os pequenos estão sofrendo demais, brigando por crédito. E tudo é uma incógnita, o dólar caindo, a bolsa subindo. Estamos dependendo do governo federal autorizar a liberação de 70,7 mil matrículas em cursos de aperfeiçoamento de mão de obra pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Também trabalhamos no desenvolvimento de um ecossistema de inovação empresarial no mundo digital, porque inovar requer atualização diária”, fala Andrade.

O Sebrae e a Fecomércio investem R\$ 3 milhões em cinco projetos: “Universidade Varejo e Serviços”, “Desenvolvimento de Ecossistemas Locais de Inovação”, “Sindicato do Futuro” e “Desenvolvimento de Ações de Apoio às Startups e Fomento ao Ecossistema de Inovação Baiano”. “É preciso muita cautela. A pandemia chegou inesperadamente, e faltou um planejamento integrado de ações de combate à crise. Fechar comércio, porém, não resolve”, afirma. Gerente da Unidade de Mercado, Projetos Especiais e Internacionalização no Sebrae Bahia, Vítor Lopes afirma que as iniciativas “convergem para um objetivo comum, que é levar conhecimento, capacitação e oportunidade para que os pequenos negócios retomem o caminho do crescimento”.

Lopes explica que com a Fieb foram acordadas duas frentes de atuação: uma voltada para o treinamento de colaboradores de pequenas indústrias, e outra que viabilize o ingresso dos negócios em mercados internacionais. As ações incluem ainda a realização de estudo para identificar os principais gargalos do setor. Ainda segundo Lopes, a expectativa é atender cerca de mil indústrias, sendo 300 exportadoras e 700 com potencial exportador. Na área da construção civil, e mais especificamente nos segmentos de serraria, móveis e cerâmica, a previsão é atender 420 pequenos negócios, com ações de capacitação para melhoria da gestão.

#### Acesso ao crédito

“Os trabalhos buscam também desenvolver ações para a interiorização do acesso a crédito, que se tornou uma ferramenta importante para dar fôlego às micro e pequenas empresas no período de crise gerada pela pandemia. As ações buscam atingir empresas das cidades de Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Salvador e Vitória da Conquista. O objetivo é aproximar agentes financeiros e empresários, fornecendo as orientações necessárias para o acesso a crédito”, diz.

Na agropecuária, a parceira com a Faeb integra ações do Sebrae e do Serviço de Aprendizagem Rural (Senar), que têm como objetivo melhorar a produtividade e a rentabilidade dos negócios no campo, por meio de capacitação do produtor. O pacote prevê difusão de tecnologias através da assistência técnica. Produtora de manga no município de Casa Nova, região do Vale do São Francisco, Luciene de Brito fala que desde janeiro conta com o suporte

de um técnico do Senar, que lhe ensinou, “por exemplo, como produzir um composto com 11 micro-organismos vivos para substituir o adubo, que subiu muito de preço na pandemia”, ela diz.

Situação parecida com a do médico veterinário e criador de gado leiteiro Adhemar Viana Junior, de Itapetinga (distante 576 km de Salvador). Segundo ele, a assistência abrange as áreas de produção, finanças, gestão de pessoal, estoque, custos, vendas, inovação e processos. Ultimamente, e como a ração animal (à base de milho e soja) quase que dobrou na pandemia, ele e o técnico do Senar trabalham no “desafio de fazer suplementação alimentar do rebanho a nível de pasto, porém mais em conta”.

Dados do Sebrae mostram que, em 2020, foram abertas 626.883 micro e pequenas empresas em todo o país. Os setores mais buscados pelos empreendedores foram serviços combinados de escritório e apoio administrativo (20.398 negócios), comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (16.786) e restaurantes e similares (13.124). Segundo o Ministério da Economia, no ano passado, o país registrou 2,6 milhões de MEIs, expansão de 8,4% em relação a 2019. O MEI representa hoje 56,7% das empresas em atividade no Brasil, e 79,3% das empresas abertas no ano passado.

#### UM POUCO DE CADA PROJETO

- Fieb – Parceria prevê três iniciativas com ações de capacitação voltadas para o aumento da competitividade, com um viés de exportação; atender 60 empresas dos segmentos de moda e beleza; além da cadeia produtiva da construção civil
- Fecomércio – Ao todo, Sebrae e Fecomércio vão investir R\$ 3 milhões em cinco projetos com o objetivo de produzir conteúdo que resgate a trajetória da administração na Bahia, a partir da contribuição trazida por empreendedores gestores de destaque
- Faeb – Pacote integrado inclui ações do Sebrae e do Serviço de Aprendizagem Rural (Senar) visando melhorar a produtividade e a rentabilidade do agronegócio
- Faceb – Parceria com foco na modernização das associações empresariais em oito municípios baianos “protagonistas”



Veículo: bahia.ba	
Data: 19 a 21/06/2021	Caderno: Economia



# Bahia recebe 491.250 doses de imunizantes para segunda aplicação

*Os imunizantes são da Oxford/AstraZeneca, produzidas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)*

A Bahia recebeu na manhã desta segunda-feira (21) mais uma remessa de vacinas contra a Covid-19. São ao todo 491.250 doses do imunizante Oxford/AstraZeneca, produzidas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O voo trazendo a carga pousou no aeroporto de Salvador às 9h20. As vacinas serão destinadas para completar o esquema vacinal das pessoas que já tomaram a primeira dose.

Todo o carregamento será encaminhado para Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos – CEADI da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), de onde será expedido para as regionais de saúde e posteriormente para os municípios a medida que os estoques de segundas doses forem sendo utilizados.

De acordo com a coordenadora de imunização do Estado, Vânia Rebouças, o quantitativo para cada município referente a esta remessa será definido de acordo com o que já foi distribuído anteriormente. “Como se trata de doses para complementar o esquema vacinal, vamos distribuir de acordo com o que já foi enviado anteriormente para a primeira aplicação”, explica.

Com esta nova carga, a Bahia ultrapassa a marca de 8 milhões de vacinas recebidas. São 8.005.140 doses de vacinas, sendo 3.179.200 da Coronavac, 4.285.400 da AstraZeneca/Oxford e 540.540 da Pfizer/BioNTech.

Veículo: bahia.ba	
Data: 19 a 21/06/2021	Caderno: Economia



Publicado em

20/06/2021 às 20h00.

# Brasil recebe 842 mil doses da vacina da Pfizer pelo consórcio Covax Facility

## *Avião com imunizantes pousou no Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), neste domingo*

O Brasil recebeu neste domingo (20) o primeiro carregamento enviado pela farmacêutica Pfizer de doses de vacinas contra a Covid-19 através do consórcio global Covax Facility. Um avião transportando cerca de 842 mil do imunizante pousou no final da tarde no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas-SP.

De acordo com o G1, outros 14 lotes do imunizante já foram recebidos, todos pelo contrato direto com o Ministério da Saúde.

O descarregamento das doses foi acompanhado pela Polícia Federal (PF), que também fará a escolta da carga até Guarulhos-SP, onde fica o centro de distribuição do Ministério da Saúde.

Até a remessa recebida neste domingo, o MS só havia recebido e distribuído cerca de 5 milhões de doses do consórcio global liderado pela OMS e aliança GAVI. Nos lotes anteriores, todas as doses eram da AstraZeneca/Oxford, fabricada na Coreia do Sul. O contrato com a Covax prevê 42,5 milhões de doses de vacinas Covid-19 até o fim do ano.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 19 a 21/06/2021	Caderno: Economia



# Lira quer restringir atuação da Receita na gestão de regras fiscais

*Presidente da Câmara diz que órgão não pode 'ficar legislando' por resoluções; ele afirma que novo IR chega na semana que vem*

*Camila Turtelli e Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo*

19 de junho de 2021 | 11h43

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, [Arthur Lira](#) (Progressistas-AL), quer restringir a atuação da [Receita Federal](#) na regulamentação de leis tributárias aprovadas pelo Congresso. Em live organizada pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Lira disse que, com as mudanças previstas na reforma tributária, o Fisco não poderá mais regulamentar as leis e soltar resoluções para a sua aplicação.

No evento, Lira antecipou que o governo enviará na próxima semana ao Congresso projeto que altera o [Imposto de Renda](#) das empresas e das pessoas físicas.

“A Receita não pode, não vai continuar com o poder de regulamentar, de soltar resoluções que fiquem legislando em cima da nossa legislação tributária, que é muito mais difícil”, disse. Segundo Lira, o Fisco não pode criar um código com “2 mil, 3 mil resoluções a cada ano, para enlouquecer o contribuinte, e, depois de pagar, não ter certeza se vai ser autuado ou não, porque a próxima resolução vai alterar esse quadro”.

Segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, Lira já conversou com o secretário da Receita, José Tostes. Ele quer que a Receita seja fiel ao que a legislação diz. Procurados, o [Ministério da Economia](#) e a Receita não quiseram comentar. A fala do presidente da Câmara, porém, foi recebida com um sinal de perigo e preocupação por auditores do órgão em Brasília, já que a proposta tem ganhado força no momento em que o Congresso discute a reforma tributária.

Na área de fiscalização, a percepção é que haveria um “antilavajatismo” nesse movimento na Câmara, que tem muitos deputados adeptos, para limitar a atuação da Receita.

Na semana passada, o presidente da Frente Parlamentar Mista de Reforma Tributária, deputado Luis Miranda (DEM-DF), disse ao **Estadão/Broadcast** que o Brasil tem hoje um manicômio tributário e terá de resolver o problema de a Receita Federal criar “normativas e legislar”. “A Receita tem de fiscalizar e cobrar. Não pode ter entendimento”, disse Miranda, cotado para assumir uma das relatorias da reforma tributária.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal (Sindifisco), Kleber Cabral, disse que essa proposta é impossível de ser implementada, já que todos os órgãos têm o poder e o dever de fazer a regulamentação das leis aprovadas nas suas áreas. “Não existe isso de ficar impedido de regulamentar. Imagina proibir a Receita de escrever portarias, instruções normativas e soluções de consulta”, afirmou.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores da Receita (Unafisco), Mauro Silva, avaliou que uma medida como quer Lira poderá ser um “tiro no pé” e aumentar a insegurança jurídica. Sem uma uniformidade de interpretação, os auditores poderiam passar a escolher a interpretação, entre várias, para a aplicação da lei. “Vamos dizer que tenha uma, duas, três formas de interpretar a norma, isso acontece. É preferível que o Fisco tenha uma orientação única”, disse. “Não tem como não ter interpretação da lei.”

## **Imposto de Renda**

Lira disse que espera o envio do projeto que irá tratar de mudanças no **Imposto de Renda**, para poder definir quais deputados irão tocar esse tema, e a proposta que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A CBS deve reunir o PIS e a Cofins, tributos que incidem sobre o consumo.

“Foi postergado para a próxima quarta-feira. Ainda precisamos de ajustes entre Casa Civil, Ministério da Economia e Presidente da República”, afirmou Lira.



poder

# Camaleão, Otto Alencar imprime marca assertiva na CPI e se cacifa para 2022

Senador do PSD foi afilhado político de ACM, driblou CPIs e tornou-se aliado de petistas na Bahia

João Pedro Pitombo

**SALVADOR** Com o dedo em riste, ele dispara críticas contra o presidente Jair Bolsonaro e faz inquirições na CPI da Covid, tratando desde a negociação da compra de vacinas até questões mais comozinhas como a diferença entre um vírus e um protozoário.

O tom duro dos seus questionamentos, contudo, contrasta com o cerne de sua atuação política, marcada pela ginga que aprendeu como aluno aplicado de Mestre Bimba, o criador da capoeira regional.

Aos 73 anos, o senador Otto Alencar (PSD-BA) já foi de tudo na política: deputado estadual, conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, vice-governador por duas vezes e governador por oito meses.

Em sua trajetória, atuou como uma espécie de camaleão político. Foi um dos mais fiéis aliados do ex-senador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007) até se tornar, nas palavras do senador Jaques Wagner (PT-BA), um "amigo de dentro de casa" dos principais líderes petistas do estado.

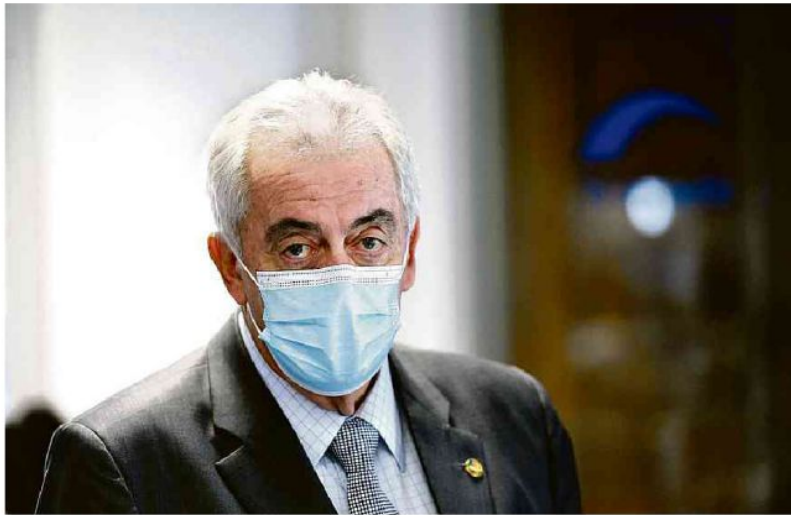
"Sempre tive uma gratidão muito grande a ACM, que sempre foi muito correto e nunca errou comigo. Mas, depois que ele morreu, me senti à vontade para buscar um caminho diferente", justifica Otto.

Médico ortopedista, ele desmontou para a política nos anos 1980, a partir de seu trabalho voluntário no hospital das Obras Sociais Irmã Dulce. Em 1985, foi candidato a vice-prefeito de Salvador na chapa liderada por Edvaldo Brito (à época no PDS), único negro que já foi prefeito da cidade.

Naquela ocasião, Otto saiu derrotado das urnas, mas se cacifou para a eleição seguinte, quando foi eleito deputado estadual pelo PTB. Emendou três mandatos na Assembleia Legislativa da Bahia até 1998, quando se elegeu vice-governador na chapa liderada por César Borges, então no PFL.

Em 2002, com a renúncia de Borges para disputar o Senado, Otto chegou ao auge da sua trajetória política, tornando-se governador de abril a dezembro. Na época, era filiado ao PL.

O período foi curto, mas conturbado. Foi justamente em seu governo que eclodiu o escândalo dos grampos, no qual ACM foi apontado como mandante de escutas ilegais de adversários políticos feitas a partir da Secretaria de



O senador Otto Alencar (PSD-BA) participa de sessão da CPI da Covid no Senado. Edição Rodrigues - 9 jun. 21 / Agência Senado

Segurança Pública. Otto sempre negou participação.

Na época, uma CPI chegou a ser criada para investigar o caso. Otto chegou a ficar na mira da oposição, mas a maioria governista na Assembleia Legislativa baiana foi determinante para que ele passasse ao largo das investigações.

Três anos depois, também esteve na mira da CPI da Ebal, criada para investigar um rompo no orçamento da estatal que cuidava de uma rede de supermercados públicos da Bahia. Mais uma vez, suas boas relações políticas fizeram com que ele não fosse convocado a depor.

Após o seu mandato como governador, Otto assumiu a Secretaria de Indústria e Comércio na gestão do governador Paulo Souto (PFL). Deixou o governo no final de 2004 para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, corte responsável por julgar as contas das 417 cidades baianas.

Na época, adversários atribuíram a saída da política partidária a uma tentativa de blindagem: no tribunal, ele passaria a ser forçado no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Outros compararam a partida como uma "geladeira" imposta por ACM, então senador.

Otto nega as duas versões e afirma que a ida ao Tribu-



Jorge Araújo - 11 nov. 02 / Folhapress



Roberto Stuckert Filho - 18 ago. 11 / Divulgação Presidência



Alan Marques - 9 ago. 16 / Folhapress

nal de Contas foi um caminho natural. Ficou seis anos na corte, onde notabilizou-se pela boa relação com prefeitos, mas diz que não se adaptou ao cargo: "Não nasci para ser juiz".

Foi resgatado para a política partidária em 2010, pelas mãos do então governador Jaques Wagner, que o convidou para ser candidato a vice-governador na sua campanha pela reeleição.

A jogada foi determinante para Wagner resquebrar o tabuleiro político na Bahia após o rompimento com Geddel Vieira Lima (MDB), na época ministro do governo Lula (PT). Ao se referir a Otto, Wagner dizia ter buscado "o camisa 10 do outro time", numa referência ao grupo de ACM.

Os seis anos de Tribunal de Contas fizeram com que ele mergulhasse na micropolítica, em um trabalho de formiga junto a prefeitos e líderes locais. Com excelente memória, tem na cabeça o cenário político de cada município.

Construiu uma rede de relações sólidas no interior da Bahia, que inclui parcerias políticas e amizades com quem divide algumas de suas principais paixões: cavalos, vaquejadas e modas de viola.

Mesmo fora do TCM, Otto manteve boas relações nas cortes de contas da Bahia.

Tem uma das filhas em pregadas no Tribunal de Contas do Estado pelo conselheiro Gilásio Penedo, que é marido de uma sobrinha do senador.

Depois de quatro anos como vice-governador e secretário, chegou ao Senado em 2015 com o apoio ostensivo de Wagner, do hoje governador Rui Costa (PT) e de Lula. Do ex-presidente, Otto afirma ter gratidão. "Ele me apoiou em 2014 e foi decisivo para a minha eleição. Isso, para mim, sempre será motivo de gratidão e reconhecimento".

Diz que não teria dificuldade em apoiar uma nova candidatura de Lula em 2022. Sua atuação na esfera federal aponta nessa direção: mesmo quando seu partido, o PSD, endossou Michel Temer (MDB) e Bolsonaro (sem partido), Otto manteve postura de independência — em 2016, votou contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT).

Na esfera local, diz ser candidato à reeleição no Senado pela Bahia, mas seus aliados começam a insuflar uma possível candidatura ao governo do estado diante da vitrine política que ganhou na CPI.

Um dos maiores entusiastas da candidatura ao governo é o também senador Angelo Coronel (PSD-BA), um de seus aliados mais próximos, que tem dito que a Bahia precisa de uma nova alternativa para além do PT de Wagner e do DEM do ex-prefeito de Salvador ACM Neto.

Otto afirma que vai trabalhar para manter unido o grupo político, mantendo a parceria com o PT, e que não cogita uma candidatura ao governo na oposição. Por outro lado, diz que seu nome está à disposição, caso este grupo entenda que ele é a melhor opção para concorrer ao governo.

"Eu tenho palavra, nunca declinei de um compromisso. Serei firme nas minhas posições a respeito da minha aliança com o PT, assim como fui claro quando era aliado de ACM. Nunca vacilei".

Para os próximos meses, a meta é permanecer na linha de frente das investigações sobre a atuação do governo Bolsonaro na pandemia.

Os senador afirma estar convencido de que há pelo menos três crimes tipificados na atuação do governo federal, incluindo a suposta ação deliberada em busca da imunidade de rebanho e também na omissão na compra das vacinas.

Otto diz que manterá sua postura na CPI, mesmo após ter sido alvo de críticas, de informações falsas e até ameaças de militantes bolsonaristas nas últimas semanas.

Tal nível de agressividade é uma novidade para o senador que sempre fez da boa vizinhança a sua forma de fazer política. Mas ele diz não se incomodar: "Isso faz parte. Pode ter certeza que não metira um segundo de sono".

## Nise Yamaguchi processa membros da comissão por danos morais

Luciana Amaral

**BRÁSILIA** | JUL. A médica oncologista Nise Yamaguchi decidiu processar o presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), e o senador Otto Alencar (PSD-BA), também membro da comissão, por danos morais. Ela pede ao menos R\$ 320 mil em indenização.

A médica considera que os senadores a humilharam e foram misóginos durante seu depoimento na CPI da Covid no Senado, em 1º de junho.

Noitiva, a médica passou por uma "prova" de conhecimentos científicos ao ser interrogada por Otto. Insatisfeito com as respostas, o senador interrompeu Nise diversas vezes e chegou a classificá-la como "médica audiovisual", em tentativa de expor o desconhecimento dela sobre temas ligados à pandemia.

Para Nise, Omar, como presidente da CPI, foi cúmplice

por não ter impedido ou minimizado "a agressiva sanha de seu colega". Na ação, seus advogados dizem que "a humilhação reverberou em milhões de visualizações no YouTube por todo o Brasil".

"Os requeridos [os senadores] agiriam intencionalmente com morbo e com deliberada crueldade no escopo de destruir a imagem da requerente [Nise] perante toda a sociedade brasileira, que atônita, viu um ser humano ter destruído a sua dignidade enquanto médica, cientista e mulher", afirma trecho da ação.

Segundo a defesa de Nise, Omar e Otto abusaram de seus direitos à imunidade parlamentar e promoveram "um verdadeiro massacre moral" contra a médica. Os advogados alegam que a conduta dos senadores foi "reconhecida" pela imprensa e gerou nota de repúdio do CFM (Conselho Federal de Medicina).

Nise pede indenização de não menos que R\$ 160 mil de cada um dos dois senadores, o que dá um total de, no mínimo, R\$ 320 mil. No entanto, no documento, os advogados dela citam pedir R\$ 360 mil considerando juros e correção monetária a partir da sentença condenatória, além do pagamento de custos com despesas processuais e honorários.

Em nota, Nise disse que os valores eventualmente ganhos com o processo serão revertidos a hospitais que tratam de crianças com câncer. Seus advogados afirmam que o montante pedido é "até módico de acordo com a extensão dos danos suportados" por Nise, chamada por eles de "renomadíssima profissional da Medicina e que sofreu intenso dano moral".

A defesa de Nise ainda pede que os autos sejam enviados à Procuradoria-Geral da República para que se apre-

se os senadores incorreram em crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade.

"Por diversas vezes, tive muitas falas e raciocínios interrompidos. Ignoraram meus argumentos e atribuíram a mim palavras que não pronunciei. Não foi por falta de conhecimento que deixei de reagir, mas, sim, por educação. Não iria alterar a minha essência para atender a nítidos interesses políticos", disse Nise, em nota divulgada.

"A partir daquele momento, passei a ser extremamente vilipendiada nas redes sociais com agressões em tons ameaçadores, o que é muito preocupante para um estado democrático", acrescentou.

Neste domingo (20), em entrevista à CNN, Omar Aziz disse que está "tranquilo" em relação ao processo movido contra ele pela médica. "Estou tranquilo. Seu presidente de uma CPI. Meu compor-

tamento é igual com todos, não há diferença", disse.

Aziz declarou ainda que Nise mentiu durante o depoimento na comissão. "Ela nos disse que foi a Brasília três vezes e a CPI detectou que ela foi 13 vezes, das quais 8 ela pagou com dinheiro vivo. Ela tem muito mais a explicar do que eu. Eu estou tranquilo".

O senador Otto Alencar enviou nota em que afirma não ter sido notificado e que, assim que for, seus advogados "responderão de acordo com a lei" e lembrou que a Constituição "garante a senadores e deputados, o direito a manifestações, opiniões e votos no exercício de suas funções".

"O senador Otto Alencar reforça que durante os seus questionamentos se referiu a médica Nise Yamaguchi, com respeito, sempre à tratando como doutora, senhora e Vossa Senhoria", afirma a nota. "Quanto à pergunta sobre

virtus e protozoário, a médica não soube responder a indagação. O questionamento foi feito com o objetivo de indicar [...] que nenhuma medicação evita a contaminação pelo coronavírus e que o tratamento precoce, defendido por Nise Yamaguchi, não funciona e não é recomendado."

Nise Yamaguchi passou para a condição formal de investigada pela CPI da Covid, segundo lista divulgada pelo relator da comissão, Renan Calheiros (MDB-AL), nesta sexta (18). A lista incluiu outros 13 nomes, como o atual ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e os ex-ministros Eduardo Pazuello (Saúde) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores).

Ela é apontada como integrante do chamado "gabinete paralelo", que teria assessorado informalmente o presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia e apoiado o uso da cloroquina contra a Covid.









Desmatamento no município de Apuí, no sul do estado do Amazonas; na Cúpula do Clima, Bolsonaro prometeu zerar prática ilegal no Brasil até 2030 Lelo de Almeida - 20.ago.20/Folhapress

## EUA congelam negociações na área ambiental, e Brasil teme retaliação econômica

Com conversas técnicas paralisadas, governo monitora novas exigências ambientais em regime americano de importação

Ricardo Della Coletta

**BRASÍLIA** Quase dois meses após a Cúpula do Clima do presidente Joe Biden, as negociações sobre ambiente entre Brasil e Estados Unidos foram congeladas. A paralisação coincide com o aumento do desmatamento na Amazônia e a operação da Polícia Federal que atingiu o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. A última reunião técnica entre negociadores das administrações Jair Bolsonaro e Biden ocorreu no início de maio. Na ocasião, técnicos do Itamaraty e do Ministério do Meio Ambiente realizaram uma videoconferência com Jonathan Pershing, assessor do enviado especial para o clima, John Kerry.

O objetivo era tentar encontrar um modelo de financiamento americano para ações de preservação ambiental no Brasil. Ao final da videoconferência, os participantes acordaram que teriam uma nova conversa nas semanas seguintes, mas desde então não houve pedido de agendamento pelas partes.

Desde o início do governo Biden, foram realizadas sete videoconferências sobre ambiente entre os países.

Kerry participou diretamente de duas — Salles esteve nos dois encontros, tendo sido acompanhado em um deles pelo ex-chanceler Ernesto Araújo e, no outro, pelo novo chefe do Itamaraty, Carlos França. As cinco reuniões restantes foram feitas em nível técnico.

“ [Blinken e França] discutiram as metas promissoras do presidente Bolsonaro para alcançar a neutralidade de carbono até 2050, o duplo financiamento para eliminar o desmatamento ilegal até 2030, e a necessidade de sustentar essas metas com passos concretos de implementação a curto prazo

Departamento de Estado americano em comunicado

Salles também marcou presença em algumas das videoconferências. Em uma delas, apresentou um slide com a imagem de um cachorro abanando o rabo na frente de espetos de frango assado, numa alegoria ao apetite do Brasil por doações internacionais.

O Itamaraty disse que as reuniões técnicas não são “negociações formais”, mas “exercício exploratório”. Também afirmou que não existe um “calendário predefinido” para os encontros. A embaixada dos EUA não respondeu.

Na quinta-feira (17), França conversou por videoconferência com o chefe da diplomacia americana, Antony Blinken.

De acordo com o Departamento de Estado, Blinken discutiu com França as metas climáticas do Brasil, “duplo financiamento para eliminar o desmatamento ilegal até 2030, e a necessidade de sustentar essas metas com passos concretos de implementação a curto prazo”.

Em uma série de mensagens no Twitter, o Itamaraty afirmou que os dois “trataram de prioridades convergentes das duas chancelarias: diplomacia da saúde, recuperação econômica e promoção do desenvolvimento sustentável”.

Segundo pessoas que acompanham o assunto, não houve sinalização sobre a retomada da rodada de negociações entre os auxiliares de Kerry, o Itamaraty e o Meio Ambiente.

Pouco mais de dez dias após a última reunião técnica, ainda em maio, a Polícia Federal deflagrou uma operação contra Salles e o agora presidente afastado do Ibama, Eduardo Bim. A corporação apura suspeitas de crimes de corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando que teriam sido praticados por agentes públicos e empresários do ramo madeireiro.

A operação envolve informações repassadas pelo governo dos EUA, que avisou as autoridades brasileiras sobre uma carga de madeira ilegal apreendida no porto americano de Savannah (Geórgia).

Salles nega ter cometido irregularidades. Desde a deflagração da operação, a agenda do ministro registra um grande número de dias em que ele cumpre apenas despachos internos ou não tem compromisso oficial. Interlocutores ouvidos pela Folha disseram não ser possível determinar se Kerry resolveu congelar as tratativas devido à investigação contra Salles.

No entanto, existe a avaliação entre especialistas que a administração Biden pode ter considerado um constrangimento sentar-se para negociar com um ministro acusado de envolvimento em um esquema de contrabando de madeira — ainda mais em uma investigação iniciada em território americano.

A situação do ministro não é o único fator que gera desconfiança em Washington.

Na Cúpula do Clima realizada no final de abril, Bolsonaro prometeu zerar o des-

matamento ilegal no Brasil até 2030 e duplicar os recursos disponíveis para fiscalização ambiental no país.

“Medidas de comando e controle são parte da resposta. Apesar das limitações orçamentárias do governo, determinei o fortalecimento dos órgãos ambientais, duplicando os recursos destinados às ações de fiscalização”, disse Bolsonaro na ocasião.

Porém, no dia seguinte à cúpula, Bolsonaro sancionou o Orçamento de 2021 e cortou R\$ 240 milhões do Ministério do Meio Ambiente. No final de maio, o Planalto enviou ao Congresso um projeto para recompor a verba da pasta em R\$ 270 milhões.

Os números de devastação na floresta amazônica, por sua vez, têm registrado recordes, o que aumenta o ceticismo entre a equipe de Biden sobre o real comprometimento de Bolsonaro em executar sua promessa.

Maio foi o pior mês de avisos de desmatamento na Amazônia nos últimos anos, segundo dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

No período, foram emitidos alertas em uma área correspondente a 1.391 km². A piora nos índices fez Bolsonaro renovar a presença de forças militares em ações de proteção do bioma.

Nas negociações com o governo Biden, Salles vinha pedindo doações dos EUA para garantir a preservação da Amazônia. Nas últimas rodadas, ele chegou a solicitar US\$ 1 bilhão para aplicação em ações de comando e controle e para pagamento de serviços ambientais.

Washington vinha exigindo resultados do governo Bolsonaro antes de destinar valores maiores. Em uma primeira contraproposta, o governo Biden sinalizou com um aporte de US\$ 5 milhões, valor considerado insuficiente por Salles.

Além da interrupção das negociações ambientais, os EUA têm enviado sinais que geram apreensão entre auxiliares que aconselham Bolsonaro em política externa.

O embaixador americano

anunciou sua aposentadoria em 10 de junho. Apesar de o diplomata alegar razões pessoais, sua saída após pouco mais de um ano no cargo reforçou a percepção no Itamaraty de que Biden quer mudar a abordagem com o governo Bolsonaro. Chapman vinha sendo criticado por membros do Partido Democrata por uma relação excessivamente próxima à família Bolsonaro.

Pessoas que acompanham o tema apostam que o novo escolhido deve ter fortes credenciais de atuação na área ambiental. Também opinam que John Kerry deve ser um dos principais auxiliares consultados por Biden antes da definição do enviado a Brasília.

Além disso, o Itamaraty tem seguido com preocupação a renovação de um mecanismo especial de importações do governo dos EUA, que, segundo interlocutores, pode converter-se em mais um flanco de pressão sobre o Brasil.

O Congresso dos Estados Unidos está no processo de reativação do SGP (Sistema Geral de Preferências), programa que beneficia países em desenvolvimento com imposto zero de importação sobre determinadas mercadorias. O Brasil é um dos principais utilizadores do SGP, com exportações de cerca de US\$ 2,3 bilhões em 2019.

Durante a votação da renovação do programa no Senado dos EUA, os parlamentares estabeleceram condições para a formulação da nova lista de países beneficiados. Entre os requisitos inseridos, está o cumprimento de leis e regulamentações ambientais e a ausência de graves violações de direitos humanos. A Câmara de Representantes dos EUA ainda precisa confirmar a votação.

As novas exigências não significam que o Brasil será necessariamente excluído do grupo de beneficiários, uma vez que a tarefa cabe ao Executivo americano. Mas, na prática, os senadores deram ao governo Biden um motivo que pode ser usado para penalizar o Brasil caso Washington julgue necessário.

**1.391 km²**

de área foram alvo de alerta de desmatamento na Amazônia em maio, o pior mês de avisos nos últimos anos, segundo o Inpe

**US\$ 1 bi** foram solicitados em doação dos EUA por Salles, nas últimas reuniões, para aplicar em ações de comando e controle e para pagamento de serviços ambientais

**US\$ 5 mi** foram sinalizados pelo governo Biden, que vinha exigindo resultados antes de destinar valores maiores; cifra foi considerada insuficiente por Salles



## mercado

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

## Eduardo Mufarej Luciano Huck era, sem dúvida, o melhor nome para a eleição de 2022

SÃO PAULO Um dos maiores entusiastas da candidatura de Luciano Huck para a Presidência, o empresário Eduardo Mufarej afirma agora, após a formalização da desistência do apresentador na corrida, que há outros nomes capazes de combater a polarização entre Bolsonaro e Lula em 2022. "Desde que sejam deixados de lado vaidades, projetos pessoais ou interesses locais", diz ele.

O empresário tem a avaliação de que não há pressão para a construção de um nome para a terceira via, mas reconhece a dificuldade de articulação.

Na semana passada, Huck desembarcou da possibilidade de se candidatar e preferiu assumir a posição de Fausto Silva nas tardes de domingo da Globo, mas vai manter o engajamento no conselho do RenovaBR, movimento para a formação de candidatos políticos fundado por Mufarej.

Nos cálculos do empresário para 2022, o destino do presidente Bolsonaro pode ter analogia com o do ex-presidente dos EUA Donald Trump. "Errou na condução e pagou na campanha", afirma ele.

Como a formalização da desistência de Luciano Huck para a corrida eleitoral de 2022 mexe no cenário da terceira via? Luciano era, sem dúvida, o melhor nome, todas as pesquisas apontavam para isso. Mas, entre os outros quadros existem excelentes nomes, o que poderá ser uma força importante desde que trabalhem juntos e unidos. Se os moderados, ou centro expandido, trabalharem ao redor de uma única candidatura, ela terá muita força.

Parte do mundo político diz que hoje parece inviável fortalecer um nome alternativo para colocar no meio da polarização entre Lula e Bolsonaro. O sr. ainda acredita que é possível definir um nome viável? Acredito que sim, desde que sejam deixados de lado vaidades, projetos pessoais ou interesses locais. Está na hora de o Brasil ser colocado em primeiro plano, por isso a unificação em torno de um nome é tão importante.

Quem seria esse nome? E por que é tão difícil chegar ao consenso? Não acho que há pressão para esse nome. Temos até o fim do ano para realizar essa construção. O desafio não é de tempo, mas sim de articulação. Os nomes que estão colocados e outros que ainda estão surgindo são, em grande parte, muito bons e podem representar uma alternativa forte para o eleitor brasileiro em um momento em que ele busca opções. Política se faz com obstinação, não com obsessão.

Vocês já estão há alguns anos nesse movimento para tentar formar novas lideranças e renovar a política. Mas o cenário desenhado hoje para 2022 é a polarização de dois nomes muito antigos. Por que é tão lenta a mudança? Estão querendo marcar essa eleição antecipadamente, como uma disputa entre polos opostos. Isso é muito conveniente para quem está nos extremos e se alimenta da polarização para elevar a sua probabilidade de vitória.

Cabe lembrar, no entanto, que a essência do eleitor brasileiro é moderada e esse grupo amplamente majoritário está orfão. Ai a grande oportunidade. A mudança das prá-

ticas na política brasileira levará tempo e não será em um ciclo eleitoral.

Os padrões mudam gradualmente, mas esse processo de transformação já pode ser percebido a partir dos pontos de luz que surgiram na política brasileira nos últimos anos. Só consigo me entusiasmar com essa perspectiva para 2022.

**Como fica o papel de Luciano Huck no RenovaBR agora? Muda algo?** Luciano ingressou no conselho do RenovaBR como cidadão engajado com a causa da renovação política, e assim seguirá. Ele tomou a decisão de aceitar o maior desafio profissional da sua carreira na televisão e teve apoio de todas as pessoas que estavam ao seu redor.

Como ele já mesmo disse, irá seguir envolvido no debate público, o que é muito bom. Acho que a presença dele, assim como de membros da sociedade civil, artística, científica e empresarial, eleva o sarafo da discussão política no Brasil.

**A perspectiva de retomada econômica com o avanço da vacinação pode tornar o nome de Bolsonaro mais competitivo antes da eleição?** O exemplo do Trump é ilustrativo. Errou na condução e pagou na campanha. E 2022 está aí.

**E como o sr. espera que virá essa retomada? O país ainda tem desafios, como a crise energética. Que cenário devemos encontrar na véspera da eleição?** Temos coisas positivas ocorrendo no mundo, a retomada da economia pós-Covid deve ser muito forte. Internamente, temos alguns elementos que não ajudam: inflação, desemprego, desajuste no Orçamento e crise energética. Se tivéssemos com a lição de casa feita, com reformas estruturantes, pagaríamos muito mais desse vento a favor.

Hoje, tenta-se construir vitórias de narrativa que na verdade são passos significativos para trás, a medida provisória da Eletrobras, aprovada na semana passada, é um exemplo.

Para passar uma mensagem de que houve alguma privatização após a intervenção na Petrobras, aprovou-se uma privatização parcial e, de brinde, um planejamento energético que lembra a União Soviética: adição de 8.000 MW de capacidade térmica obrigatória, quando o mundo todo está buscando caminhos no sentido de reduzir emissões de carbono.



**Eduardo Mufarej**

Formado em administração de empresas pela PUC-SP. Participou do conselho de administração da Arezzo e da Omega Energia. Foi presidente do conselho de administração da Somos Educação, e atuou como presidente da companhia. É fundador do movimento RenovaBR, do projeto Estimulo 2020 e da gestora GK Ventures

## Trabalhador essencial e 'invisível' é maior vítima da pandemia no Brasil

Continuação da pág. 1

Entre os prioritários, ainda estão trabalhadores portuários, de indústrias e da limpeza urbana.

Ao mesmo tempo, apesar de gravemente expostos ao risco, sete entre as dez ocupações com mais mortes registradas pelo Caged não foram incluídas como prioridades para receber a vacina, segundo edição do Plano Nacional publicada no fim de maio.

No caso de porteiros, zeladores e demais trabalhadores em condomínios, os sindicatos pediram a inclusão desses profissionais como prioritários em nível nacional. Com a falta de diálogo, as entidades de trabalhadores decidiram também solicitar a inclusão a governos estaduais e municipais.

A CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) e a CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio) também pediram ao Ministério da Saúde que os trabalha-

dores do comércio fossem incluídos no grupo prioritário de vacinação. Segundo o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, não houve resposta por parte do governo.

Dez ocupações mais expostas a risco de morte no segundo bimestre de 2021 concentram 30% de todos os desligamentos por óbito de trabalhadores.

Além deles, há um exército de informais —trabalhando como entregadores, diaristas ou ambulantes— que, apesar de igualmente expostos ao vírus, não entram nas estatísticas de trabalho formal.

Em 2020, após uma mudança de metodologia no Caged, passou a haver uma maior notificação de empregados temporários. Isso elevou a quantidade de trabalhadores registrados pela pesquisa, o que prejudica a comparação da série histórica do número total de empregos.

Segundo Bonassa, no caso dos óbitos, porém, a participação das modalidades de tra-

“Zeladores e porteiros não pararam de trabalhar e não puderam fazer home office. As pessoas não fazem ideia do quanto somos importantes para a vida de um condomínio. A gente se sente invisível”

Jailson Tavares, 49 porteiro



O porteiro Jailson Tavares, que contraiu Covid-19. Adriano Vizoni/Folhapress

## Antecipação da vacinação eleva projeção do PIB em SP, diz Meirelles

Secretário de Doria diz ser 'confortável' prever alta de 7,5% para 2021 e mantém expectativa sobre terceira via na disputa eleitoral de 2022

Paula Soprana

SÃO PAULO A antecipação da vacinação contra a Covid-19 em São Paulo levou o governo estadual a recalcular o crescimento da economia em 2021. No cenário mais positivo, chegaria a 7,5%, segundo estimativas do governo João Doria (PSDB).

"Estávamos entre 6% e 7% [de alta], com a margem que dependia do ritmo da vacinação. Agora, entramos na linha acima de 7%. É confortável projetarmos crescimento ao redor de 7,5%", diz Henrique Meirelles, secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo.

O estado contabilizou na sexta-feira (17) 41,1% da população adulta vacinada com a primeira dose, ante 37,5% na média brasileira.

O governo do tucano antecipou em 30 dias o cronograma de vacinação. O plano é que todos os residentes do estado recebam a menos a primeira dose até 15 de setembro.

Meirelles não descarta que atrasos em outros estados possam afetar o crescimento paulista, mas minimiza esse efeito. Segundo ele, a aceleração do cronograma influencia a confiança, melhorando a expectativa em relação à economia.

Isso tem efeito direto, diz, sobre a rotina das empresas, que passam a aumentar en-

comenda de produtos, fazer investimentos e até retomar contratações de pessoal.

"O primeiro setor que deve reagir é o comércio, e o setor de serviços já começa a demonstrar uma reação sólida. Demorou mais a subir, mas é o que reage mais fortemente à vacinação", diz Meirelles.

Além da onda de fechamento de pequenos negócios, grandes fábricas instaladas no estado também demitiram em massa na pandemia —caso de LG e Ford, ambas em Taubaté.

Para o secretário, o plano de investimento de outras montadoras tende a recuperar parte dos empregos perdidos.

Ele aposta fichas na Volkswagen, que vai planejar um novo carro e exportá-lo a partir de São Bernardo do Campo. Também tem boas expectativas em relação a Toyota, Scania e GM — que prevê investimento de R\$ 10 bilhões em dois anos.

Em outubro, o governo lançou um plano de retomada para este e o próximo ano com 19 concessões e parcerias público-privadas — que já haviam sido anunciadas — para atrair R\$ 36 bilhões em investimentos no biênio e gerar 2 milhões de empregos em quatro anos.

Meirelles afirma que, paralelamente, o governo investe na qualificação de mão de obra nos chamados polos de

desenvolvimento regionais — 14 regiões do estado escollidas para desenvolver atividades econômicas específicas.

O trem São Paulo/Campinas, projeto que demanda o maior aporte dentro do plano de recuperação —US\$ 1,4 bilhão (cerca de R\$ 7 bilhões) em investimentos — ainda está em fase de estudos técnicos e jurídicos. O edital de licitação internacional deve ser divulgado em setembro.

"Por enquanto, já temos projetos em andamento, como as licitações de estradas litorâneas, vicinais e de linhas do metrô, como a linha 2", diz.

As conversas com investidores internacionais continuam durante a pandemia. Encontros virtuais foram mantidos após viagens do secretário e de Doria a países da Europa, China, Japão e Estados Unidos antes da crise de Covid.

Segundo Meirelles, foi preciso dialogar com estrangeiros para que entendessem que as preocupações com o Brasil e a gestão de Jair Bolsonaro não se aplicam em São Paulo.

"Entenderam a grande autonomia federativa do Brasil, porque isso não é óbvio em outros países. A condução da vacinação é um exemplo concreto neste momento, a regulamentação de concessões, também estadual, as leis", diz.

Para as eleições do próximo ano, Meirelles, que chefiou o Banco Central no governo Lula (PT) e a Fazenda na gestão de Michel Temer (MDB), mantém a aposta na terceira via, desacreditada por parte dos analistas políticos, que enxergam um único embate de força, entre o petista e Bolsonaro.

"Muitos fatores ainda não são levados em conta, como a vacina. Esse é um tema de alto impacto, e não há dúvida de que Doria é o homem das vacinas." O tucano concorre nas prévias do PSDB.

Na avaliação do secretário, tudo pode mudar à medida que o quadro eleitoral for definido e a alta rejeição a Bolsonaro e Lula pode favorecer um nome alternativo.

“Estávamos entre 6% e 7% [de alta], com a margem que dependia do ritmo da vacinação. Agora, entramos na linha acima de 7%. É confortável projetarmos crescimento ao redor de 7,5%”

Henrique Meirelles, secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo



mercado



Barragem de Marimbondo, de Furnas, na divisa SP-MG. Guilherme Baffi - 14.mai.21/Diário da Região

# Cidades de MG temem que crise energética esvazie mais Furnas

Queixa é que medidas para conter racionamento de luz podem inviabilizar a economia de dezenas de cidades

Leonardo Augusto

**BELO HORIZONTE** As medidas adotadas pelo governo federal contra o risco de racionamento de energia no Brasil podem ampliar a crise econômica que já afeta o maior balneário turístico de Minas Gerais, formado no entorno do lago da usina hidrelétrica de Furnas, uma das mais importantes para o abastecimento de energia do país. O governo avalia editar uma medida provisória que vai priorizar o uso da água nas barragens das usinas para o setor elétrico. No caso de Furnas, já existe um embate entre soltar mais água — para abastecer outras hidrelétricas rio abaixo — ou segurá-la, para preservar as atividades econômicas atreladas ao lago, como o turismo.

Como a crise hídrica está comprometendo a oferta de energia, a MP já é vista como ameaça por prefeitos dos municípios cuja economia gravita no entorno do reservatório. O lago se espalha por 34 municípios. Segundo dados da Alago (Associação dos Municípios do Lago de Furnas), o turismo na região já deixa de faturar R\$ 53,8 milhões por ano por causa da redução no nível do reservatório. A piscicultura também está ameaçada.

O lago surgiu com a construção da hidrelétrica, inaugurada em 1963, e desde então passou a figurar como um dos principais motores da economia da região. Há forte atividade hoteleira em sua orla, além de serviços agregados à gastronomia e ao turismo, especialmente passeios náuticos que atraem turistas de outras partes de Minas Gerais e de estados vizinhos, como São Paulo.

O turismo sofreu um forte baque durante a pandemia do novo coronavírus. Agora, quando a vacinação avança e a imunização pode trazer de volta os turistas, é a crise energética que ameaça a atividade, avaliam as comunidades locais.

O prefeito de Cristais, Djalma Carvalho (DEM) — que é também presidente da Alago —, reclama de insensibilidade do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), responsável pela gestão energética. “[O ONS] quer produzir energia. Não quer saber se a água tem outros usos. Quer garantir a gera-

ção ao máximo”. Carvalho diz também que estão sendo atendidos interesses do estado de São Paulo, que prefere ver a água saindo do lago de Furnas para manter o nível de água na hidrovia Tietê-Paraná.

“Quanto mais água sai de Furnas, melhor a navegabilidade no Tietê”, diz. A hidrovia é responsável pelo escoamento de parte da produção agrícola de estados do Centro-Oeste. “Mas não podemos ficar à míngua aqui”, afirma o prefeito. “Hoje em algumas cidades não há mais lago, há pântano. É um total desrespeito.”

Segundo Carvalho, o nível do lago já afugenta até investidores. “Não há empresário que se interesse em investir na região com lago vazio. A região é muito bonita, mas chega-se lá com a família e encontra-se um brejo.”

O diretor da União dos Empreendedores dos Lagos de Furnas e Peixoto, Thadeu Alencar, também defende que Furnas não tem condições de liberar mais água.

“O que pode acontecer agora é caos total”, afirma. “Turistas de regiões mais distantes não aparecem mais, por receio de a água estar baixa.” Segundo Thadeu, os passeios de barco também foram reduzidos em razão do nível baixo do reservatório. Cada embarcação partia com dez turistas a R\$ 90 por pessoa, com crianças pagando meia passagem.

O prefeito de Capitólio, Cristiano Geraldo da Silva (PP), afirma que a cota considerada ideal para garantir a atividade econômica voltada para o turismo no entorno do lago é de 762 metros acima do nível do mar. No entanto, ela foi reduzida, e um novo limite, menor, seria insustentável.

O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), hoje presidente do Senado, apadrinhou os prefeitos da região e busca garantir a cota mínima para preservar o turismo e outras atividades econômicas.

Em 28 de maio, Pacheco foi às redes sociais criticar o ONS. Conforme o senador, o órgão responsável pela gestão do sistema de energia do país “se apoderou das águas brasileiras para um propósito único de geração de energia”.

Anderson Aparecido Manoel, 41, morador de Cássia, é um deles — ou era. Manoel se apresenta como ex-piscicultor. Afirma que chegou a participar de cooperativa de criadores de peixes que reunia mais de 300 produtores. Abandonou a atividade para ganhar vida como criador de cachorros da raça bulldog francês.

“Os peixes eram criados em tanques instalados no lago, e a produção, enviada principalmente para São Paulo. Colocava mil alevinos e em seis meses tirava mil tilápias”, diz Anderson. “Em Cássia tinha um abatedouro de peixes, que não existe mais”, afirma.

O ex-piscicultor explica que um dos motivos que o obrigaram a deixar a atividade foi a qualidade da água. “O esgoto de muitas cidades é jogado no reservatório. Quando do mesmo volume de esgoto é descarregado, mas a quantidade da água do lago diminui, o resultado é mais poluição, o que afeta a produção”.

Anderson afirma que a redução no nível de turistas também compromete a segurança. “No início de junho, entraram em uma casa e roubaram motor de lancha, motor de canoa e bomba-d’água.” A propriedade estava vazia. “Sem água, ninguém vem para cá, e os ladrões fazem a festa.”

Furnas, em nota, afirmou que as usinas hidrelétricas brasileiras integram o Sistema Interligado Nacional e que sua operação é planejada e programada pelo ONS, “também responsável por operar o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada, com o objetivo de garantir a segurança energética”.

Conforme a empresa, o reservatório da usina atualmente está na elevação 758,14 metros, o que representa um volume útil de 33,45%.

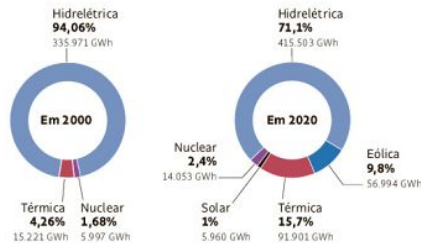
“A usina está operando conforme despacho do ONS, com uma geração em torno de 800 MW, o que corresponde a 65,8% da capacidade instalada”, afirmou.

Procurados, ONS, ANA (Agência Nacional de Águas) e governo de Minas Gerais não se manifestaram sobre o cenário em Furnas.

Energia no Brasil

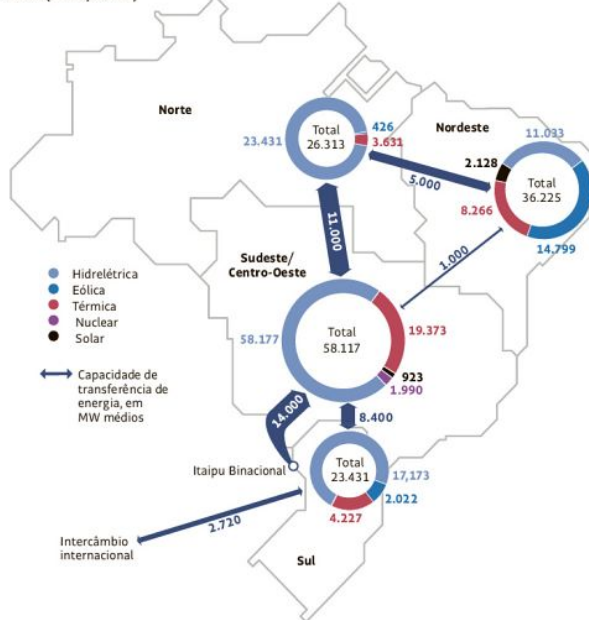
Geração por fonte de energia

150,9 mil km de linhas de transmissão



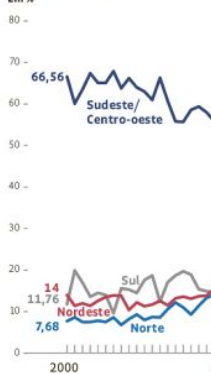
Capacidade de geração por subsistema

Em MW (em março de 2021)



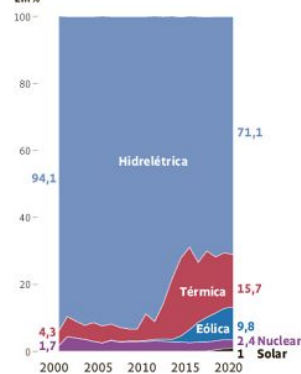
Geração por região em 20 anos

Em %



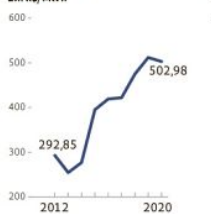
Geração por fonte de energia em 20 anos

Em %



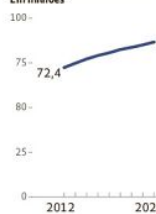
Tarifa média

Em R\$/MWh



Consumidores cativos

Em milhões



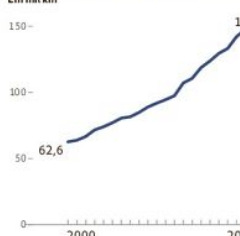
Consumidores livres

Em milhões



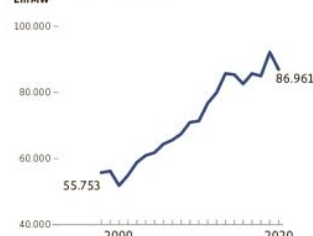
Evolução das linhas de transmissão

Em mil km



Demanda Máxima Instantânea

Em MW





# Ajuda trilionária do governo Biden e vacinas turbinam retomada dos EUA

Modelo de crescimento movido a consumo com apoio estatal é incomum na história recente do país

## Marina Dias

**WASHINGTON** Um ano e cinco meses após o registro do primeiro caso de Covid-19 no país, os EUA vivem uma rápida e surpreendente recuperação econômica, ancorados em um modelo diferente de tudo o que já aconteceu na história recente americana.

Os pacotes de socorro econômico, com trilhões de dólares patrocinados pelo governo federal, e a campanha bem-sucedida de vacinação impediram danos macroeconômicos mais graves e prepararam o terreno para uma retomada impulsionada pelo consumo.

A velocidade dessa melhora, no entanto, também acelerou turbulências que costumam aparecer somente no fim dos ciclos de recuperação, como a falta de suprimentos de mão de obra e o aumento da inflação, fatores que já ecoam na maior potência do mundo.

Em outras crises, como a Grande Recessão (2008-2009), a baixa demanda fazia com que os postos de trabalho perdidos não voltassem rapidamente, e a taxa de desemprego seguia alta por um longo período de tempo. A reação à pandemia, porém, mudou essa e outras tantas lógicas.

No fim de maio, o governo dos EUA anunciou crescimento de 5,4% do PIB (Produto Interno Bruto) no primeiro trimestre, em dados atualizados. No trimestre anterior, a alta havia sido de 4,3%, índice que tem sido acompanhado pela queda do desemprego — que chegou a 14,8% em abril de 2020 e agora está em 5,8%. Responsáveis por cerca de

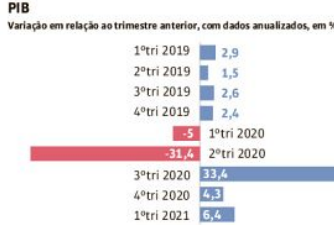
70% do PIB americano, os gastos com consumo subiram 11,3% no primeiro trimestre, com destaque para as vendas de bens duráveis, como carros e eletrodomésticos. Aumentaram também os gastos com restaurantes e viagens, conforme a reabertura do país foi colocada em marcha sob o avanço da vacinação.

Desde dezembro do ano passado, os EUA já imunizaram com ao menos uma dose 55% da população, e o presidente Joe Biden previu o novo normal para os americanos a partir de 4 de julho. Em nota, o Departamento de Comércio disse que a escalada do PIB reflete "a continuação da recuperação econômica, a reabertura dos estabelecimentos e a resposta contínua do governo relacionada à pandemia". O texto se refere à rápida reação do Congresso americano diante da crise. No total, os parlamentares aprovaram cerca de US\$ 5,1 trilhões (R\$ 25,7 trilhões) em ajuda a famílias e empresas, com estímulos fiscais, rodadas de pagamento direto aos americanos e o complemento de US\$ 300 (cerca de R\$ 1,500) por semana ao auxílio-desemprego oferecido pelos estados.

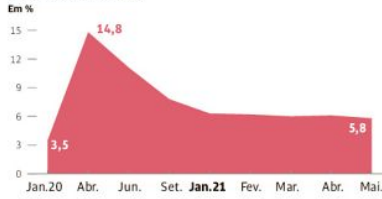
A ofensiva econômica — atrelada à política monetária do Fed, o banco central dos Estados Unidos, que tem mantido os juros básicos próximos de zero — foi ampliada e otimizada por Biden, que tomou posse em 20 de janeiro e fez subir os índices de confiança internacional no país na era pós-Trump.

Mas, se por um lado a ajuda financeira do governo impulsionou o consumo de famílias de classe alta e média, por outro também contribuiu para atrasar a volta dos mais pobres ao mercado de trabalho. Muitos dos vulneráveis alegam que o auxílio-desemprego que recebem hoje é maior do que o salário que tinham antes da pandemia — 42% dos beneficiários, por exemplo, fazem essa diferenciação de renda, segundo levantamento da Universidade de Chicago. As vagas abundantes tem demorado mais que o espe-

## Economia dos EUA



## Taxa de desemprego



Fontes: Departamento de Comércio dos EUA e Departamento de Estatísticas do Trabalho dos EUA

“A menos que o resto do mundo consiga recuperar o atraso, será difícil sustentar um ritmo muito acelerado de recuperação nos EUA”

Daniil Manaekov  
analista econômico

demorado mais que o tempo necessário para serem preenchidas e estacionaram a queda do desemprego na casa dos 6% desde janeiro. A taxa estava em 3,5% antes da pandemia. Na avaliação de especialistas, a atividade econômica geral nos EUA deve retornar aos níveis pré-crise já no meio deste ano, com a rota crescente do PIB e o consumo alto, que devem persistir nos próximos meses. Mas a situação do emprego, alertam, deve levar até o fim de 2022 para se normalizar.

Analista econômico da Universidade de Michigan, Daniil Manaekov concorda que os benefícios acumulados pelas empresas e cidadãos nos últimos meses são o grande "poder de fogo" para a retomada, mas aponta diversos riscos que podem abalar o ritmo sustentado desse crescimento, inclusive a dificuldade de o resto do mundo acompanhar o passo americano.

"Esperamos um crescimento [do PIB] de cerca de 6% neste ano e de 4% em 2022. Ainda são números muito bons, mas não vou mentir, há riscos: muitas pessoas querem tirar o atraso de todas as experiências que não tiveram no último ano, mas há um nível de medo, de gente que não se sente confiante para voltar totalmente às atividades", diz o professor.

"A menos que o resto do mundo consiga recuperar o atraso, será difícil sustentar um ritmo muito acelerado de recuperação nos EUA. Em algum ponto, a falta de demanda dos outros países pode nos custar em termos domésticos". Além dos efeitos do auxílio-desemprego, mulheres têm

demorado mais para voltar ao trabalho porque ainda não têm com quem deixar os filhos, e outra parcela da população fica em casa sob esgotamento mental diante da crise.

O valor extra do benefício expira em setembro, junto com o retorno das escolas, quando especialistas esperam melhora nos índices de preenchimento de vagas.

No meio de 2020, a expectativa dos economistas era que a recuperação americana levasse anos. Agora, há quem diga que, no fim de 2021, o país terá entrado em um caminho que era esperado caso a pandemia nunca tivesse existido.

Mas projeções otimistas exigem cautela. Apesar das políticas econômicas e do espaço para a alta do consumo, a escassez de bens fez a inflação disparar e deve fazer com que o Fed suba a taxa de juros para controlar a situação, o que pode desacelerar alguns setores.

Os preços ao consumidor, que medem a inflação, subiram em 5% no mês passado, ante maio de 2020, a alta mais forte desde 2008. Na quarta-feira (16), integrantes do Fed anunciaram que o banco deve fazer dois aumentos nas taxas de juros até o fim de 2023, antes do previsto.

O cenário nos EUA pode impactar o Brasil de maneira positiva, à medida que o mercado americano se aquece e compra produtos brasileiros, mas também negativa, com a mudança na política do Fed, se o Brasil não estiver bem preparado.

"Normalmente isso [aumento de juros nos EUA] desencadeia ou deprime o fluxo de financiamento internacional no mercado em desenvolvimento, assim, pode haver alguma pressão sobre o real. Isso depende de como a economia brasileira vai estar após a pandemia. Não estou dizendo que vai haver algum tipo de crise cambial no Brasil, mas pode haver em algum lugar da América do Sul, que foi muito atingida pela pandemia", diz Manaekov.

# Cópia mexicana da Viação Cometa atende turismo americano

## Amanda Lemos

**SÃO PAULO** Ailson César Ferreira, 50, um mineiro que mora há seis anos nos EUA, ficou confuso ao ver um ônibus igual ao da Viação Cometa em um estacionamento em Lumberton, na Carolina do Norte.

"Fui pegar um sorvete no Walmart, vi o ônibus, gravei e postei no Facebook. Era só para mostrar para os meus amigos", diz. O vídeo já tem 23 mil visualizações.

Ferreira lamenta não ter gravado a placa e não ter tentado falar com o motorista para entender por que um ônibus da Cometa circulava nos Estados Unidos. "Eu estava tão cansado que não pensei muito, estava fazendo uma viagem da Flórida para Mount Vernon [cidade que faz divisa com Nova York]".

Wellington Mendes, busôlogo da Ônibus, Minha Segunda Casa — projeto que divulga informações sobre esse tipo de transporte nas redes sociais —, foi atrás da história. "Procurei no Google até chegar a JC Lomer, que é a marca original da frota", diz.

Conversou com os donos da agência de turismo via Instagram e descobriu que é baseada no estado mexicano de San Luis Potosí, cuja capital homônima fica 400 km ao norte da Cidade do México.

A Folha tentou contato com a empresa mexicana, mas não obteve resposta.

Segundo Mendes, um afluente por ônibus desde criança, a JC Lomer tem 11 veículos em sua frota, todos com a mesma identidade visual da versão brasileira. Enquanto dez usam a marca JC Lomer, um leva o nome Cometa.

A agência mexicana é especializada em viagens de longa



Versão mexicana da Viação Cometa fotografada por brasileiro nos EUA; modelo reproduz antigo design do ônibus do Brasil



Ailson César Ferreira via Facebook/Reprodução

distância. Há partidas de seis cidades no México com destino a outlets e locais como Alabama, Texas, Wisconsin, nos EUA, até para o Canadá.

A pintura adotada pela JC Lomer reproduz aquela usada pela Viação Cometa assim que foi adquirida pelo grupo JCA, em 2001. Hoje, a empresa brasileira já não tem a mesma identidade visual.

"Ainda existem ônibus com a pintura usada pela mexicana, mas são veículos mais antigos", diz o busôlogo. "Os novos adotam a nova identidade: pintura em azul mais escuro e sem o 'Hale-Bopp' [um dos maiores cometas observados no século 20]."

“Não existe um direito mundial, as proteções são próprias em cada país”

Flávia Tremura  
sócia da área de marcas no Kasznar Leonardos

Mendes diz que a JC Lomer usou a identidade visual da Cometa por considerá-la criativa — seria uma homenagem.

Procurada, a JCA, dona da Cometa, não quis comentar. A apropriação de identidade visual e de marcas é muito comum dentro e fora do Brasil, diz Flávia Tremura, sócia da área de marcas no Kasznar Leonardos, escritório especializado em propriedade intelectual.

"Não existe um direito mundial, as proteções são próprias em cada país", diz. "Uma empresa mexicana que usa uma marca brasileira não comete infração, já que são legislações diferentes." Mas, como a versão mexica-

na tem a apresentação visual idêntica a um modelo da empresa brasileira, até caberia uma discussão sobre direito autorial, diz a advogada.

"Isso é uma violação desse conjunto de imagens, e a Cometa pode entrar com um processo no México caso queira."

Luiz Edgard, presidente da ABPI (Associação Brasileira da Propriedade Intelectual) e sócio do escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello, afirma que já enfrentou casos semelhantes. "É comum acontecer com empresas brasileiras em outros países, como China, Argentina e Colômbia", diz. Edgard cita a Silmed, fabri-

cante de implantes de silicone que decidiu exportar para a Coreia do Sul. Quando iniciaram a conversa, souberam que um cirurgião coreano tinha a marca registrada no país. Por alguns anos, tiveram que pagar royalties para o médico, até que conseguiram o registro.

"É uma briga demorada, deve ser feita no país que está exportando, e algumas empresas não chegam a pensar nisso". "Embaletagens, garrafas de cerveja, de perfume e até posto de gasolina são exemplos de produtos e serviços que costumam gerar cópia", diz ele. "Mas a titular da marca tem que se incomodar com isso. Se não, segue a vida."



mercado

Langoni, a verdade da direita

A distinção interessante entre esquerda e direita é sobre como as sociedades funcionam

Samuel Pessoa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Morreu de Covid, há uma semana, aos 76 anos, o economista Carlos Geraldo Langoni.

Langoni é responsável por dois dos melhores trabalhos em economia aplicada sobre o Brasil de todos os tempos: sua tese de doutoramento defendida em Chicago e publicada no Brasil em 1974, "As Causas do Crescimento Econômico do Brasil", e seu trabalho mais conhecido, um clássico, "Distribuição de Renda e Crescimento Econômico do Brasil", cuja primeira edição é de 1973.

Empregando a definição do cientista político italiano

Norberto Bobbio, a diferença entre esquerda e direita seria "uma maior sensibilidade [da esquerda] para diminuir as desigualdades". Podemos inferir que, para Bobbio, a esquerda está disposta a pagar o preço de menor crescimento por seu efeito colateral de medidas que reduzam a desigualdade.

Essa distinção entre esquerda e direita é normativa, refere-se a diferentes desejos de construção de uma sociedade. Sempre achei a definição de Bobbio pouco interessante. Acho que, por ela, 95% do Congresso se autodenominará de esquerda.

A distinção interessante entre esquerda e direita é de natureza positiva. São diferentes visões de como as sociedades funcionam. Para a esquerda, pobreza, desigualdade e crescimento econômico são resultado das relações sociais ou internacionais. Para a direita, são realidades intrínsecas aos indivíduos ou aos países.

No entanto, a vida é Aristotélica, e, como nos ensinou Aristóteles, em geral, a verdade está em algum ponto no meio do caminho.

O baixo investimento em educação observado nas décadas

de 1930 até 1980 explica muito de nosso subdesenvolvimento. Isso não impede que pobreza e desigualdade tenham dimensões relacionais.

Por exemplo, fazem todo sentido políticas públicas de estímulo ao mecanismo de contratação — no setor público e privado — que sejam impessoais e independentes das cadeias de amizades e conhecimento pessoal. Analogamente, justificam-se políticas públicas que estimulem a maior participação de negros em meios de comunicação, em razão da importância dessa presença na formação das

identidades individuais. Langoni mostrou-nos que a taxa de retorno do investimento em educação, 28% ao ano, era superior ao investimento em capital físico, de 16%. O retorno era ainda maior se o foco da política educacional fosse o primeiro ciclo do fundamental, o antigo primário, cuja taxa de retorno era de 32% em 1960. O crescimento aumentaria se priorizássemos a educação fundamental.

No trabalho sobre as causas da piora da distribuição de renda entre 1960 e 1970, Langoni mostrou que havia forte correlação entre o aumento da desigualdade no período e o aumento do retorno da educação. Se empregarmos como medida de desigualdade a variância da renda, 35% da piora da desigualdade observada na década de 1960 foi fruto da elevação da desigualdade educacional, e 23%, de alterações da renda associadas aos

diversos níveis educacionais. Langoni empregou a melhor base de dados e a melhor estatística disponível à época. Como escreveu Delfim Netto no prefácio, "a pesquisa do professor Langoni está aqui para ser superada".

Uma crítica pertinente aos trabalhos de Langoni é que haver associação estatística entre duas variáveis não significa que uma seja causa da outra. É perfeitamente possível a elevação dos retornos à educação ter sido causada pelas políticas de contenção do salário mínimo dos trabalhadores desqualificados urbanos na década de 1960.

Mas vale lembrar que, em 1960, a inflação era alta e crescente. Em 1970, era baixa e decrescente. A política de salário mínimo contribuiu para esse resultado. Fica a pergunta: qual teria sido a desigualdade em 1970 se não tivesse havido o combate à inflação?

|DOM. Samuel Pessoa | SEC. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TEIR. Michael França, Cecilia Machado | QU. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



RÓTULOS DE LEITE MOÇA VIRAM ALVO NAS REDES. Embalagens comemorativas, com mulheres negras, gordas, magras e mais velhas, geraram comentários gordofóbicos e racistas e de indução à obesidade; empresa diz que campanha traz histórias de superação

Guedes defende fala sobre excesso de comida e critica 'ironia' da imprensa

Douglas Gavras

SÃO PAULO O ministro Paulo Guedes (Economia) criticou a repercussão na imprensa e nas mídias sociais da defesa que fez, na quinta (17), de sobras de restaurantes fossem destinadas a "mendigos e pessoas fragilizadas", atrelado a políticas sociais ao que chamou de "excessos" cometidos pela classe média.

Em rede social, o ministro disse lamentar o foco que a repercussão sobre o debate da fome, em um contexto de pandemia e as formas de combater o desperdício de alimentos, ganhou nas redes sociais.

"[Há] muito desconhecimento quanto a um conceito básico de segurança alimentar. Apenas em um contexto de total polarização política expressar ideias de auxílio aos mais necessitados [é possível] que seja motivo de ironia na imprensa e entre políticos", escreveu, em conta do Twitter do Ministério da Economia.

"O prato de um [membro de] classe média europeu, que já enfrentou duas guerras mundiais, são pratos relativamente pequenos. E os nossos aqui, nós fazemos alimentos onde às vezes há uma

sobra enorme. Isso vai até o final, que é a refeição da classe média alta, até lá há excessos", disse na quinta. "Como utilizar esses excessos que estão em restaurantes e esse encadeamento com as políticas sociais, isso tem que ser feito. Toda aquela alimentação que não foi utilizada durante aquele dia no restaurante, aquilo dá para alimentar pessoas fragilizadas, mendigos, desempregados. É muito melhor do que deixar estragar essa comida toda", afirmou.

A declaração, que aconteceu durante o Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, promovido pela Abras (Associação Brasileira de Supermercados), gerou críticas, sobretudo em um momento de alta dos preços dos alimentos e aumento da insegurança alimentar no país.

Na nota no Twitter, o ministro afirma que se referiu na live à "sobra limpa", em painéis de alimentos preparados nos restaurantes e não consumidos, e não aos restos no prato. "Arroz, feijão, frango, por exemplo, que em condições de higiene, temperatura e acondicionamento, possam manter a qualidade do alimento."

Advertisement for Lottilleloes.com.br featuring various categories like Máquinas e Equipamentos, Móveis Antigo, and Eletrônicos e Informática.

Advertisement for Stilo Real Estate, featuring a public auction for residential properties in Araquara, Bauri, and Franca.

Advertisement for Gustavo Reis Real Estate, featuring a public auction for apartments in Franca and Casimiro de Barros.

Advertisement for Fao (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) regarding a bidding process for a catering company.

Advertisement for Leilão Judicial, featuring a public auction for a plot of land in São Bernardo do Campo.

Advertisement for Gustavo Reis Real Estate, featuring a public auction for various vehicles and cars.

Advertisement for Lottilleloes.com.br, detailing a public auction for a car and other items.

Advertisement for Gustavo Reis Real Estate, featuring a public auction for a residential property in São Paulo.

Advertisement for Gustavo Reis Real Estate, featuring a public auction for a residential property in São Paulo.

Advertisement for Gustavo Reis Real Estate, featuring a public auction for a residential property in São Paulo.

Advertisement for Gustavo Reis Real Estate, featuring a public auction for a residential property in São Paulo.

Advertisement for Banco do Brasil, featuring a public auction for a residential property in São Paulo.

Advertisement for Gustavo Reis Real Estate, featuring a public auction for a residential property in São Paulo.

Advertisement for Gustavo Reis Real Estate, featuring a public auction for a residential property in São Paulo.



# Alertas do TCU sobre sistema elétrico foram ignorados desde 2010

Gov. culpa falta de chuvas por crise, mas problemas e distorções comprometem planejamento e operação

Julio Wiziack

**BRASÍLIA** Sucessivos governos desde 2010 ignoraram alertas do TCU (Tribunal de Contas União) sobre falhas no sistema elétrico. Problemas estruturais que pesam no atual desequilíbrio do setor, em grande maioria, não foram sanados.

Com a crise atual, que se agrava mês a mês diante das previsões de menos chuva, a Seinfraelétrica (Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica) da corte montou um plano de monitoramento.

A intenção é cobrar soluções do governo Jair Bolsonaro e de órgãos vinculados, como a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Os problemas são antigos e se arrastaram também pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB).

O MME (Ministério de Minas e Energia) disse que sempre responde às recomendações do TCU. O ONS afirmou que busca melhorar a operação com base nos recursos disponíveis.

Foram identificados, desde 2010, por exemplo, dez problemas com potenciais de dano aos consumidores.

Somente um deles custa ainda cerca de R\$ 3,5 bilhões por ano a mais nas contas de luz. Trata-se de um descompasso entre as chamadas garantias físicas das hidrelétricas (energia assegurada, ou prometida, para a venda) e a energia que elas efetivamente injetam no sistema.

Em 2014, o TCU recomendou ao MME que fizesse a revisão das garantias físicas. Segundo o tribunal, as hidrelétricas "têm gerado menos do que a energia assegurada".

Para contornar o problema, o governo criou um mecanismo de compensação entre as usinas. As que produzem menos do que o prometido são cobertas pelas que produzem mais que o comprometido.

Na avaliação de técnicos, nos últimos anos o saldo de geração sempre foi aquém do esperado. Segundo o TCU, "não há um mínimo assegurado".

O problema não foi corrigido devidamente. Em 2018, o TCU constatou que as usinas entregaram 1,3 GW médio a menos do que o prometido. À época, o governo, porém, contratou 4,9 GW médios para cobrir o déficit de fornecimento das geradoras de energia.

Para isso, foram autorizados nove leilões, chamados de leilão de energia reserva, a um custo estimado de R\$ 116 bilhões. Esse montante foi parar na conta dos consumidores.

O assunto virou alvo de um monitoramento específico. Segundo o TCU, o MME já deu início à revisão dessas garantias, mas ainda está incompleta por tratar "apenas variáveis econômicas".

Para o tribunal, faltaram estudos sobre consumo da água e produtividade das usinas. De acordo com a corte, sem essa revisão, não é possível ter o correto planejamento da expansão da capacidade de geração da energia elétrica e os consumidores se tornam reféns da pressão dos preços, sempre que as empresas precisarem ir a mercado adquirir energia — mecanismo, em geral, mais caro.

Outra auditoria viu falhas

nos modelos de cálculo de projeção de oferta e procura. Eles não consideravam o atraso de obras de geração, distribuição e transmissão.

Durante o monitoramento, os técnicos do TCU verificaram que metade de uma amostra de 137 obras em janeiro de 2015 atrasou por causa de dificuldades na obtenção de licenças ambientais por órgãos estaduais.

Essas licenças deveriam ter sido obtidas previamente. Com os atrasos, que chegaram a um ano no caso das transmissoras, a energia só entra efetivamente no sistema muito depois, tornando-se fator de risco no planejamento.

Há erros também, segundo o TCU, na contratação de energia de termelétricas. Elas são acionadas em momentos como o atual, em que os reservatórios estão muito baixos. Para a corte, não dá para confiar nem mesmo nesse parâmetro que tem usinas sucateadas ou paralisadas.

Em 2019, a indisponibilidade dessas geradoras variou de 17% a 38% de toda a capacidade instalada.

No fim de 2020, quando o governo passou a autorizar a contratação de térmicas, o TCU pediu um relatório da Aneel sobre a situação dessas usinas. O prazo para entrega venceu no segundo semestre.

A situação piorou. Segundo dados da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), a taxa de indisponibilidade vem subindo desde 2015.

No ano passado, térmicas a diesel ficaram indisponíveis, em média, 53% do tempo. No caso das térmicas a óleo combustível, elas ficaram paradas 26% do período pago. Nas usinas a gás e carvão, 19%.

Além disso, acordos e processos relacionados à crise de 2015, que culminou em pequenos apagões pelo país, por exemplo, levaram o TCU a emitir alertas, recomendações e até determinações ao MME.

Boa parte das medidas não foi atendida até hoje, o que compromete a segurança energética, segundo técnicos do tribunal. Agora, eles se preparam para uma nova rodada de fiscalizações por causa da atual crise hídrica, a pior dos últimos 91 anos.

No que se refere à vazão, auditores do TCU apontaram a necessidade de obras nos rios para ampliar margens e recompor o leito, além de recomposição da mata ciliar.

Se tais medidas tivessem sido implementadas corretamente, já garantiriam maior volume de água nas usinas.

Esse trabalho, no entanto, nunca foi realizado como deveria diante do agravamento da situação fiscal, levando o governo a cortar gastos.

Em entrevista recente à Folha, o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) afirmou que o Orçamento prevê R\$ 38 milhões por ano para essas obras a cargo do MDR (Ministério de Desenvolvimento Regional).

No processo de capitalização da Eletrobras, aprovado pelo Senado na quinta-feira (17), houve a previsão de destinação de R\$ 850 milhões por ano para a recuperação de rios com parte dos recursos levantados com a desestatização.

Como resposta ao TCU na crise de 2015, o governo apresentou um plano em que pretendia permitir a ampliação da potência das usinas já instaladas (por meio de compra de mais equipamentos) e a implementação de usinas flexíveis (acionadas em momentos de crise próximas aos grandes centros consumidores). Nem os estudos para isso foram realizados, segundo a corte.

Do lado do consumidor, os técnicos consideram ainda que o modelo de bandeira tarifária demora a sinalizar a alta do preço da energia, o que mantém o consumo elevado quando se deveria economizar.

Na crise atual, os preços estão altos desde o fim do ano passado com o acionamento das térmicas. Porém, a bandeira vermelha só entrou em vigor recentemente.

**Efeito de resposta a sugestões leva anos, afirma ministério**

## OUTRO LADO

O MME afirmou, em nota, que "sempre responde às recomendações de determinações do TCU". "Esses processos, por demandarem providências, duram muitos anos".

Um dos exemplos, segundo a pasta, vem sendo a atuação sinérgica com o TCU na revisão das garantias físicas das hidrelétricas. "O processo envolve entidades como ANA [Agência Nacional de Água], Aneel, EPE, ONS e o próprio MME, e terá como resultado uma adequação maior à realidade do sistema elétrico estimado para 2025".

Sobre os leilões de reserva, o ministério disse que, dentre as dez contratações de energia e transmissão em 2021, discute-se a possibilidade de participação, além das térmicas, de hidrelétricas existentes que possam ser objeto de ampliação.

Em relação à bandeira tarifária, o ministro Bento Albuquerque afirmou à Folha que o modelo será revisado.

O ONS, também em nota, disse que "busca sempre a melhor operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), considerando os recursos disponíveis". "Para o atual planejamento e a programação da operação do SIN, os atrasos verificados", segundo o órgão, "não têm impacto".

A Aneel não quis se pronunciar sobre o assunto. **Leia mais na pág. A25**

## Problemas de alta tensão

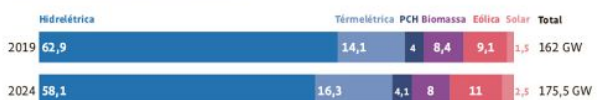
Fiscalizações do TCU apontaram falhas no sistema elétrico que até hoje não foram corrigidas e comprometem a oferta de energia

Problema	Situação	
<b>Falhas no planejamento da capacidade de geração</b>	Apesar de diversos leilões de energia, ocorrem atrasos na entrega dos projetos. O planejamento conta com dados de entrada defasados, o que compromete as estimativas de necessidade de energia	Não foi corrigido
<b>Superavaliação da energia gerada</b>	As hidrelétricas vêm gerando menos do que o mínimo da energia assegurada para ser vendida ao mercado. Quando isso ocorre, elas precisam comprar a energia de terceiros e o preço é sempre mais alto, encarecendo a conta do consumidor	Parcialmente resolvido
<b>Indisponibilidade de parte das termelétricas</b>	A taxa de indisponibilidade, apesar do crescente uso desse parque. Em 2020, quando o Brasil teve a pior seca da história, térmicas a diesel, por exemplo, ficaram indisponíveis, em média, 53% do tempo. No caso das térmicas a óleo combustível, a indisponibilidade foi de 26% do período pago. Nas usinas a gás e carvão, 19%	Não foi corrigido
<b>Aumento da potência das usinas existentes</b>	Não foram realizados estudos para instalação de equipamentos necessários para turbinar o maquinário das geradoras hoje em funcionamento	Não foi corrigido
<b>Redução da energia armazenada com construção de usinas sem reservatório (fio d'água)</b>	Apesar de serem mais amigáveis com o meio ambiente, não operam com reservatórios. A preferência por esses projetos, como Belo Monte, fez a relação entre a energia armazenada e a entregue efetivamente cair de 6,22, em 2011, para 3,3, neste ano	Não foi corrigido
<b>Atraso na entrega de obras de geração e transmissão de energia</b>	Somente entre 2005 e 2012, quase 80% das hidrelétricas não entraram em operação no prazo inicial. O atraso médio girou em torno de oito meses. Nas termelétricas, 75% só passou a produzir onze meses depois do combinado. Nas eólicas, 88%	Não foi corrigido
<b>Elevado nível de perdas de energia pelo sistema</b>	Em 2020, 13,8% da energia injetada no sistema foi perdida devido a problemas técnicos, furtos e falhas na medição das distribuidoras, o equivalente a R\$ 15 bilhões de custo por ano. Este é o mesmo patamar de 2010	Não foi corrigido
<b>Demora no reajuste tarifário</b>	Desde 2013, subsídios do Tesouro mascararam o preço, transmitindo a percepção ao consumidor de que o preço não está tão elevado mesmo diante de uma grave crise hídrica. Essa situação se reflete na demora dos reajustes e em desajustes do modelo matemático que hoje define as bandeiras tarifárias	Não foi corrigido

Evolução da capacidade instalada das usinas

Fontes alternativas devem crescer para compensar risco hidrológico

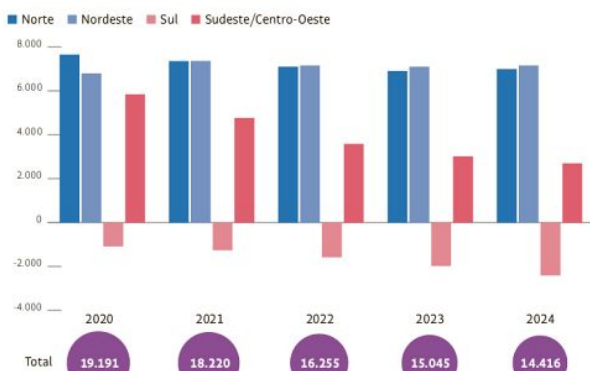
Participação, em % do total da capacidade instalada



Projeção de oferta de energia

Previsão é de redução diante de impacto da seca nas hidrelétricas

Participação de cada sistema, em % da oferta total, em MWmed



Fontes: TCU, Aneel e ONS





O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), na sessão da MP da Eletrobras. Edilson Rodrigues - 17 Jun 21 / Agência Senado

# Saiba quem se beneficia dos 'jabutis' da MP da Eletrobras

Texto favorece segmentos não necessariamente relacionados à privatização

**Nicola Pamplona**  
**RIODEJANEIRO** O texto final da MP que abre caminho para a privatização da Eletrobras beneficia uma série de segmentos não necessariamente relacionados ao processo de venda de ações da estatal para diluir a participação do governo, objeto da proposta enviada ao Congresso pelo Executivo. Os benefícios foram incluídos por meio dos chamados "jabutis", emendas que não têm relação com o texto original, em um processo criticado por especialistas por resultar em uma "mínima reforma do setor elétrico" e atropelar o debate de modernização do setor, também já no Congresso. Para a União pela Energia, que reúne entidades do setor,

as medidas terão um custo de R\$ 8,4 bilhões, além de ampliar a percepção de segurança jurídica entre investidores. Embora não tenha sido autor dos "jabutis", o governo defende que as medidas fazem sentido e, pelo contrário, reduzirão o preço da energia. Veja quais setores foram beneficiados:  
 \* **Distribuição de gás natural** Na votação de quinta (17), o Senado ampliou benefício aprovado pela Câmara, elevando de 6.000 para 8.000 megawatts (MW) o volume obrigatório de contratação de energia gerada por térmicas com localização definida. O novo texto beneficiou o presidente da Senado, Rodri-

go Pacheco (DEM-MG), ao estabelecer que uma das usinas deve ser instalada no Triângulo Mineiro. A proposta da Câmara já era vista como uma vitória do empresário Carlos Suarez, que controla distribuidoras de gás em regiões beneficiadas. Não contemplado na proposta original, o Rio também ganhou uma térmica. Assim, os empreendimentos devem ficar em Porto Velho, Macapá ou Boa Vista, Brasília, Triângulo Mineiro, Rio e em algum estado do Nordeste. A Abegás (Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado) alega que essas térmicas teriam de ser contratadas de qualquer jeito e que a definição de locais distantes da malha de dutos

ajuda a viabilizar a construção de novos gasodutos no país. **Comercializadores de energia** Outro segmento beneficiado pelo Senado é o de comercialização de energia, que pode ganhar novos clientes com a perspectiva de portabilidade da conta de luz para todos os clientes até 2026, também objeto de uma emenda. "O poder de escolha compõe um dos três princípios básicos na relação de consumo, sendo os demais a qualidade e o preço", defendeu, em nota, o presidente da Abraceel (Associação Brasileira dos Consumidores de Energia Elétrica), Reginaldo Medeiros. O tema já vinha sendo discutido no projeto de modernização do setor elétrico, mas, pa-

ra as distribuidoras de energia, a abertura como proposta na MP pode trazer prejuízos a pequenos consumidores e ao planejamento do setor. Os primeiros porque teriam que assumir parte dos custos hoje compartilhados com aqueles que migrarão para o mercado livre. Uma migração em massa no modelo atual dificulta o planejamento, já que o mercado livre tende a comprar energia de fontes renováveis, mais baratas, e o sistema precisa também de térmicas e hidrelétricas para funcionar. Em nota enviada à Folha, o MME (Ministério de Minas e Energia) disse que "o processo de abertura do mercado deverá ocorrer com a celeridade prevista na MP" e tem o intuito de beneficiar os consumidores de pequeno porte, "que poderão, em poucos anos, contratar energia de qualquer fornecedor".

## Pequenas centrais hidrelétricas e energias renováveis subsidiadas

O Senado ratificou benefícios que já haviam sido concedidos pela Câmara a PCHs (pequenas centrais hidrelétricas), com a obrigação de compra de 2.000 MW em novas usinas, e empreendimentos contratados por programa que subsidia os primeiros projetos solares e eólicos do país. Para os opositores, as medidas criam reserva de mercado ao limitar a competição em leilões de expansão da geração de energia e perpetuam o pagamento de contratos assinados quando usinas solares e eólicas não eram competitivas. O Proinfa (Programa de Incentivo a Fontes Alternativas) custou R\$ 3,6 bilhões em 2020 pagando a 31 empreendimentos solares, eólicos e PCHs tarifas entre R\$ 310 e R\$ 670 por MWh (megawatt-hora) — em leilão de 2019, a energia eólica chegou a ser negociada abaixo de R\$ 100 por MWh. O MME defende que "a prorrogação ocorrerá somente com a aceitação, pelos geradores, de preços entre R\$ 100,00 e R\$ 230,00 por MWh". Para o mercado, porém, não faz sentido prorrogar contratos de projetos já amortizados. A União pela Energia calcula que a prorrogação dos contratos custará R\$ 3 bilhões, e a contratação obrigatória de PCHs, outros R\$ 2,6 bilhões.

**Interesse político regional** Para acomodar interesses políticos, uma série de benefici-

os regionais foram incluídos pelo Senado, como a destinação de R\$ 700 milhões para indenizar o Piauí por perdas na privatização da distribuidora estadual de energia. Definiu ainda limites de vazão em hidrelétricas para atendimento ao turismo e à navegação, beneficiando, também aqui, área de interesse político do presidente do Senado, o reservatório de Furnas. A medida é vista como interferência na gestão dos reservatórios pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), em um momento em que o setor tenta reverter restrições de vazão para enfrentar a ameaça de racionamento. A MP tenta acelerar também a construção de linha de transmissão que liga Manaus a Boa Vista, acatando emenda do líder do Republicanos no Senado, Mecias Jesus (RR). O projeto está parado por causa de impasse com comunidades indígenas, e o texto permite o início das obras mesmo antes da consulta às comunidades afetadas. "Tem um problema de governança porque atropela a ANA [Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico], o Ibama, a Funai, a EPE [Empresa de Pesquisa Energética], foi todo o mundo atropelado", afirma a economista Elena Landau. A rápida tramitação, sem grandes debates, de uma série de medidas que alteram a estrutura do setor elétrico é avaliada como um fator adicional de risco a investimentos de longo prazo no país. "Nunca sobrou tanto dinheiro no mundo, e a gente nunca esteve tão barato. Por que o dinheiro não vem para o Brasil? Insegurança jurídica. As regras mudam, sem que a gente saiba nem por que", diz Patrícia Agra, sócia do LO Baptista Advogados. Embora a oposição ameaça apelar à inconstitucionalidade do texto, o advogado Fábio Izidoro, sócio da área de infraestrutura do MNA, diz não ver muitas chances de vitória no STF (Supremo Tribunal Federal). Após aprovação no Senado, a medida provisória será revista pela Câmara dos Deputados, mas o relator da matéria na Casa, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), já disse nesta sexta-feira (18) estar de acordo com o texto. A votação deve ocorrer na segunda-feira (21).

## FOLHA EXPLICA

### Tentativa de privatização vem desde FHC e já teve ameaça de desviar rio

**RIODEJANEIRO** Em outubro de 1999, o então governador de Minas Gerais, Itamar Franco, mobilizou cerca de 2.500 policiais para exercícios militares no lago de Furnas, uma das maiores hidrelétricas do país, em um ato contra a privatização da subsidiária da Eletrobras. A venda da empresa era parte do programa de desestatização do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ex-ministro de Itamar, que prometia "ir até as últimas consequências" para impedir a operação e chegou a ameaçar desviar rios para reduzir a capacidade de geração da empresa. As subsidiárias da Eletrobras haviam entrado no PND (Plano Nacional de Desestatização) em 1995. "Na época bastava um decreto presidencial, não havia necessidade de lei", recorda a economista Elena Landau, que comandou o programa de privatizações do governo Fernando Henrique. O governo conseguiu vender quase todas as distribuidoras de eletricidade do Brasil e uma das subsidiárias da Eletrobras, a Gerasul, compra-

da pela belga Tractebel (hoje Engie) em setembro de 1998 por valor equivalente hoje a R\$ 3,7 bilhões. A resistência de Itamar, porém, acabou fortalecendo movimentos semelhantes em outras grandes subsidiárias, a Chesf, que atua no Nordeste, e a Eletronorte, com operações no Norte. Em 2000, o governo começou a enfrentar a crise hídrica que culminou no racionamento de 2001, e a privatização da estatal ficou em segundo plano, sendo enterrada definitivamente após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. "O apagão foi uma altíssima conveniência para aqueles que eram contra a privatização de Furnas e da própria Eletrobras", relembra Pedro Parente, que ocupava a Casa Civil de Fernando Henrique e liderou o programa de racionamento. "As resistências sempre existiram e eram pluripartidárias. Os governos petistas deram uma guinada estratégica e decidiram fortalecer a Eletrobras, usando a empresa co-

mo um vetor de investimentos, ajudando a bancar projetos considerados estruturantes que não se sustentariam sem presença estatal, como as grandes usinas do rio Madeira e Belo Monte. O tema voltou à pauta em 2017, já no governo Michel Temer (MDB). Em janeiro de 2018, Temer assinou projeto de lei que previa a venda de ações da empresa em um processo de capitalização, no qual o governo continua sócio, mas com participação minoritária, mas o texto acabou não andando. Nesse período, o governo iniciou um processo de engajamento da empresa em preparação para a oferta de ações. Sob o comando de Wilson Ferreira Jr. a companhia vendeu ativos, integrou áreas administrativas e reduziu seu quadro de funcionários em mais de 50%. O modelo de Temer foi abraçado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e envolve, hoje, uma empresa responsável por 29% da capacidade de geração e de 41% da capacidade de transmissão de energia no país.

A ideia é manter as subsidiárias existentes, separando apenas a parte responsável pela geração de energia nuclear nas usinas de Angra dos Reis, a Eletronuclear, já que a operação desse tipo de instalação é monopólio estatal. As resistências ainda são fortes entre empregados e partidos da oposição, mas o governo conseguiu dobrar o Congresso com a concessão de uma benefícios a diversos segmentos e regiões nos chamados "jabutis". Indústria, setor de energia e mercado financeiro apoiam a privatização, mas passaram a engrossar as fileiras da resistência após a inclusão dos jabutis. Landau, por exemplo, questiona o propósito da apreciação do tema por MP segundo ela uma maneira de acalmar o mercado depois da "intervenção desastrosa" na Petrobras. "Não tenho a menor dúvida de que é um passo fundamental para que a gente possa começar um processo de trazer o preço da energia um patamar adequado", afirmou Parente, em evento na quarta (16), antes da votação. "Mas já vimos este filme antes: às vezes as medidas começam com um determinado propósito e vão se acrescentando no Congresso arabescos laterais." **Nicola Pamplona**

## Raio-x Eletrobras

A empresa atua em todas as regiões do país, por meio de subsidiárias como Furnas, Chesf e Eletronorte e de participações em projetos de geração e transmissão





# O que mudou no cenário fiscal?

Confiar no cenário externo é entregar nosso futuro a uma variável que não controlamos

Marcos Mendes

Pesquisador associado do Inspex; é autor de "Por que é Difícil Fazer Reformas Econômicas no Brasil?"

A divulgação do PIB do primeiro trimestre e das contas do Tesouro de abril criou otimismo sobre a situação fiscal do país. Previsões de dívida bruta, para o fim do ano, caíram de mais de 90% do PIB para perto de 80%. Há quem considere o problema fiscal resolvido.

O que de fato mudou? Na divisão da dívida pelo PIB, o denominador (PIB) melhorou e o numerador (dívida) parou de piorar. Quais as causas dessas mudanças e quanto sustentáveis elas são?

Como mostrou Cecília Machado nesta Folha, o principal fator de crescimento do PIB foi a melhoria dos termos

de troca (relação dos preços das nossas exportações e importações), que voltaram ao ciclo histórico de 2011.

Nos beneficiamos da recuperação das economias desenvolvidas. O Brasil estará mais rico enquanto essa situação durar, o que facilitará o ajuste fiscal: precisaremos de esforço menor para derubar a relação dívida/PIB.

Contudo, os mercados de commodities são voláteis: se o ciclo for curto, a queda dos preços passará a jogar contra.

Confiar na melhoria dos termos de troca para resolver o problema fiscal é entregar nosso futuro a uma

variável que não controlamos. Outro fator de crescimento do PIB foi a inflação, que começou parte do valor da dívida: 25% dos papéis não estão indexados à inflação.

A surpresa inflacionária funciona a curto prazo. Mas as expectativas rapidamente se ajustam, e os títulos só são renovados, no vencimento, se os juros subirem. Somente uma inflação crescente é capaz de continuar correndo a dívida, o que não parece bom caminho.

O crescimento real do PIB também ajudou. Mas há dúvidas de que vai persistir ao longo do ano. Crise hídrica e pandemia são interrogações.

No numerador da relação dívida/PIB, há duas forças atuando em direções opostas. Os juros, que se mantiveram baixos ao longo de 2020 e evitaram um crescimento mais acelerado da dívida, agora estão subindo. Em compensação, a valorização do real diminuirá o passivo em dólares, jogando a dívida para baixo. Se não insistirmos em uma política de retorno dos superávits primários, tanto câmbio quanto juros passarão a jogar contra.

Outro fator a frear o crescimento da dívida foi o melhor desempenho das receitas. A arrecadação costuma surpreender quando os termos de troca

disparam. Não podemos ignorar, também, o pagamento de tributos adiados em 2020 e a recuperação cíclica da economia.

Ou seja, a receita melhora por fatores temporários ou fora do controle da nossa política econômica. Há, também, fatores negativos, como a decisão do STF sobre o PIS/Co-fins, que resultou em perda de receita de, pelo menos, 0,5% do PIB de forma permanente.

Já a trajetória da despesa é mérito da política econômica. Reforma da Previdência, teto de gastos e contenção na despesa de pessoal seguraram as despesas previdenciárias, assistenciais e de pessoal. Mantida a tendência observada até 2017, hoje elas estariam R\$ 63 bilhões mais altas.

Contudo, outras despesas obrigatórias passaram a subir, como as sentenças judiciais, que já comeram R\$ 12 bilhões do espaço criado pelas reformas. Fundeb, Lei Kandir, benefícios aos militares e emendas parlamentares

turbinadas vão pesar crescentemente nos próximos anos.

O regime fiscal ainda não mudou. É preciso aproveitar os ventos favoráveis para avançar na sua transformação.

Porém, temos um presidente corporativista, refém do Congresso e que caminha para uma eleição polarizada, com aprovação em baixa. Isso indica alta chance de que busque surfar a maré positiva, relaxando nos gastos e concedendo benefícios tributários.

Já vivemos essa experiência quando, em 2005, acossado pelo mensalão, o governo Lula abriu os cofres para se manter no poder. Tivéssemos aproveitado os ganhos de receita do boom de commodities de 2005-11 para fazer uma consolidação fiscal, não teríamos jogado dinheiro fora em políticas inconsistentes. A recessão de 2014-16 provavelmente não ocorreria e a pandemia nos encontraria em situação menos vulnerável.

Será que vamos repetir a imprevidência?

DOM, Samuel Pessoa | SEG, Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER, Michael França, Cecília Machado | QUA, Helio Beltrão | QUI, Cida Bento, Solange Srour | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

# Fartura não é desleixo com comida, diz chef-pesquisador em resposta a Guedes

Na quinta (17), ministro comparara prato do brasileiro ao do europeu, que 'passou por guerras'

Marina Consiglio

Na quinta-feira (17), o ministro Paulo Guedes (Economia) defendeu o encadecamento de doações das sobras produzidas pelos "excessos" da classe média brasileira à mesa com políticas sociais, durante o Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, promovido pela Abras (Associação Brasileira de Supermercados).

Para o ministro, "nós fazemos almoços onde às vezes há uma sobra enorme" e o que não é comido "poderia alimentar pessoas fragilizadas, mendigos, desamparados". Na ocasião, Guedes comparou o tamanho do prato nacional com o dos europeus, "que já passou por duas guerras mundiais".

"De fato, o brasileiro tem essa cultura da fartura à mesa", diz Max Jacques, chef-pesquisador do Instituto Brasil a Gosto. "Mas isso não significa que a gente seja desleixado com a nossa comida, que é o que parece que o ministro insinua".

Jacques diz que o brasileiro tem essa relação com a fartura à mesa porque ela significa algo socialmente. Entre os fatos

res que contribuem para a criação dessa identidade, está desde a colonização ibérica nos primeiros séculos da história do país a persistente desigualdade social. "É claro que a gente vai desejar a fartura", afirma Belk, professor titular aposentado da Unicap de Economia Agrícola e diretor adjunto do Instituto Fome Zero, explica que não há dados concretos sobre o desperdício de alimentos no país.

"O que temos são os dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, agência da ONU) que mostram que, de modo geral, há um desperdício de 20% no alimento disponível no planeta", afirma.

Belk diz que as projeções relacionadas à América Latina —já que não há sequer uma amostra significativa para falar apenas sobre o Brasil— mostram que esse número está mais concentrado na perda, que acontece de forma involuntária. "Essa perda pode ser causada por processos de produção atrasados, problemas no transporte e na conservação do produto".

Para ele, o desperdício na ca-

De fato, o brasileiro tem essa cultura da fartura à mesa. Mas isso não significa que a gente seja desleixado com a nossa comida, que é o que parece que o ministro insinua

Max Jacques, chef-pesquisador do Instituto Brasil a Gosto

O Brasil é um país de 210 milhões de habitantes, boa parte de classe baixa. E pobre não desperdiça comida

Walter Belk, professor titular aposentado da Unicap de Economia Agrícola e diretor adjunto do Instituto Fome Zero

da das pessoas, se existir mesmo, é muito pequeno.

"Basta constatar que o Brasil é um país de 210 milhões de habitantes, boa parte de classe baixa. E pobre não desperdiça comida".

Um relatório da ONU de 2019 estima que 930 milhões de toneladas de alimentos, ou 17% do total de alimentos disponíveis para os consumidores, tenha ido para o lixo em 2019. A pesquisa foi feita em 54 países e mostrou que a maior parte do descarte é feita em residências: 18%.

A despeito de ser um número pequeno, Jacques pondera que a relação do brasileiro com o alimento pode melhorar, principalmente se houver

uma recuperação do conhecimento dos ingredientes, de como usá-los melhor e de forma integral. "Precisamos aprender a desejar e a usar as nossas coisas, em vez só de Nutella e leite Ninho", diz.

Comparar o tamanho da refeição de um brasileiro à de um europeu é complicado porque o jeito de comer é diferente, explica Jacques. "Quando você vai comer na Itália, por exemplo, há o primeiro prato, o segundo prato, a massa. Isso varia regionalmente. São outras práticas alimentares", diz.

Em sua fala, o ministro Paulo Guedes também sugeriu que as sobras do dia em um restaurante pudesse ser doa-

da para pessoas em situação de vulnerabilidade. "Muito melhor do que deixar estragar essa comida toda", disse.

Mas Walter Belk lembra que a doação de comida preparada é proibida pela vigilância sanitária. Ele diz que, para que exista uma mudança nesse cenário, deveria haver fiscalização. "Não é algo que pode ser mudado do dia para a noite", diz.

"Digamos que um restaurante em Santo Amaro [zona sul de São Paulo] queira doar comida que vai ser consumida na zona leste. Como essa comida será transportada? Como ela vai chegar a quem precisa? Vai fazer mais mal do que bem".

Belk diz ainda que está acontecendo um desmonte da política pública que permitiu que o Brasil saísse do Mapa da Fome, em 2014. Projetos feitos neste ano apontam que quase 10% da população esteja subalimentada.

"Essa reformulação da Bolsa Família, por exemplo. Antes, o programa fazia transferência de renda com condicionalidade. Esse controle se perdeu".

# Entidade de caminhoneiros marca greve para 25 de julho

BRÁSILIA O CNTRC (Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas) convocou caminhoneiros de todo o país para uma paralisação a partir de 25 de julho.

O presidente do conselho, Plínio Dias, disse à Folha que a categoria está se mobilizando neste mês para uma greve por tempo indeterminado.

"Os caminhoneiros já estão se mobilizando pois os combustíveis estão levando 70% dos fretes e o presidente da Petrosbras não fez nada ainda pra acabar com esse PPI [Política de Preço de Paridade de Importação] para baixar os combustíveis", afirmou.

A data foi escolhida por ser o Dia de São Cristóvão, padroeiro da categoria.

Em nota divulgada na quinta (17), a entidade, que diz representar sindicatos, associações e cooperativas de caminhoneiros em mais de 20 estados, critica a política de pre-

ços praticada pela Petrosbras. "O CNTRC lembra que os reajustes nos preços dos combustíveis promovidos pela Petrosbras, sem explicações adequadas, ferem inclusive determinações do CDC (Código de Defesa do Consumidor)", diz em nota.

Uma greve convocada por entidades da categoria, incluindo o CNTRC, para 1º de fevereiro deste ano não decolou.

AVISO DE RETIFICAÇÃO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2021 A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, por intermédio da Superintendência de Gestão, torna pública, para conhecimento dos interessados, a RETIFICAÇÃO PARCIAL das publicações do Aviso de Licitação da Concorrência nº 02/2021, de 18 de junho de 2021, feitas no jornal Minas Gerais - Diário do Executivo, página 39, e no jornal Folha de São Paulo, página A18, nas quais houve um erro gráfico, cabendo a seguinte correção: Onde se lê: A sessão pública terá início no dia 8/8/2021, as 10h. Leia-se: A sessão pública terá início no dia 8/8/2021, às 10h. Belo Horizonte, 18 de junho de 2021. Laís Sofia de Macedo Rodrigues Superintendente de Gestão

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO Pregão Eletrônico nº 062/2021 - Proc. Adm. nº. 224/2021 Objeto: Resgate de Preços para o FORNECIMENTO DE APARELHOS AUDITIVOS, em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 meses. Considerando falha no cadastro da licitação em epígrafe, devolvem-se os prazos legais e concomitantemente, alterando-se as datas pertinentes conforme abaixo. Do Edital: O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 21/06/2021, no endereço eletrônico www.portaldecompras.sp.gov.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: Dia 02/07/2021, às 09h00min. Santana de Parnaíba, 18 de junho de 2021. ORDENADOR DE PREÇO

IMPERDÍVEL LEILÃO DE VEÍCULOS EXTRAJUDICIAL ONLINE 23 e 24 DE JUNHO DE 2021 ÀS 13H30 Informações: (11) 2366-9273

Grande Leilão do TRT 15 de Araraquara Encerramento: 19 Julho a partir das 09:30 Modalidade On-line 29 lotes

Table with 8 columns: Nº do Cartão, CPF, Nº do Cartão, CPF, Nº do Cartão, CPF, Nº do Cartão, CPF. It lists various vehicle identification numbers and associated CPFs for the TRT 15 auction.



## Maranhão faz sorteio de até R\$ 10 mil para estimular segunda dose de vacina

Objetivo é dar o cenário de baixa adesão ao imunizante no Estado, diz governador

Por Cristiane Agostine — De São Paulo

21/06/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---



Flavio Dino: “Há uma preocupação de garantir que a vacinação evolua o mais rapidamente possível” — Foto: Dênio Simões/Valor

O governo do Maranhão dará prêmios de até R\$ 10 mil para quem tomar a segunda dose da vacina contra a covid-19 no Estado. Segundo o governador do Estado, Flávio Dino, a premiação é uma forma de estimular e divulgar a vacinação, para tentar mudar o cenário de baixa adesão ao imunizante no Estado.

Quem tomar a segunda dose da vacina no Maranhão será inscrito automaticamente em um sorteio que deve pagar prêmios entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil. O primeiro sorteio deve ser realizado na sexta-feira ou no sábado.

O governador cita algumas hipóteses que podem ajudar a explicar a baixa adesão: a percepção de parte da população de que apenas uma dose da vacina já é suficiente; as reações à primeira dose da vacina podem fazer com que algumas pessoas não queiram ter novas indisposições físicas e, por isso, evitam a segunda dose, e as “fake news” sobre os imunizantes.

“É a soma desses fatores, desde fake news até a ideia de que tomou a primeira dose já resolve. A pessoa usa máscara, tem os cuidados, tomou a primeira dose e acha já está vacinado. Os esquemas vacinais geralmente são de uma dose, como a vacina da gripe. Às vezes fica essa memória coletiva de que tomou a primeira dose e está tudo bem”, afirma Dino. “Todo mundo quer ganhar prêmio, participar de sorteio. É um incentivo econômico, mas também forma de animar, de incentivar a segunda dose.”



Segundo dados do dia 17 do consórcio dos veículos de imprensa, o Maranhão tem 1,87 milhão de pessoas que tomaram a primeira dose, o equivalente a 26,39% da população e a 54,62% das doses recebidas pelo Estado. Em relação à segunda dose, 572,6 mil pessoas tomaram, o equivalente a 8% da população e a 16,6% das doses recebidas pelo Estado.

“Há uma preocupação de garantir que a vacinação evolua o mais rapidamente possível. Tem um trabalho intensivo do governo do Estado, com 900 pessoas do governo diretamente envolvida na vacinação”, afirma Dino.

 COMENTÁRIOS

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

### Vagas abertas para Graduação EAD

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

### Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

### Promoção: o sucesso de vendas mundial com super desconto

KING SHOES

## Tributo sobre serviço digital pode ajudar retomada, diz estudo

Para pesquisador do Ipea, modelo funcionaria enquanto imposto mínimo global de 15% não avança

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

21/06/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

---

Enquanto o imposto mínimo global de 15% não avança, o Brasil poderia criar um imposto sobre serviços digitais para financiar a retomada pós-pandemia, sugere estudo elaborado pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) Pedro Humberto de Carvalho. Ele sugere o modelo do Reino Unido, que criou um tributo desse tipo em caráter temporário, até que o acordo global seja concluído.

O trabalho identificou três propostas em tramitação no Congresso tratando desse tema. Destes, dois estão parados.

O projeto de lei 2.358/2020 cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) Digital, a ser cobrado pela disponibilização de plataforma digital para venda de mercadorias e prestação de serviços e exibição de publicidade e transmissão de dados durante o uso da plataforma. O projeto está em discussão na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara.

O projeto de lei complementar 218/2020 cria a Contribuição Social sobre Serviços Digitais, a ser cobrada sobre a receita bruta das grandes empresas de tecnologia. O projeto de lei 131/2020 inclui os serviços digitais entre os que podem ser tributados pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Essas duas proposições não avançaram.

O trabalho do Ipea lista 16 países onde a tributação de serviços digitais já existe. As alíquotas variam de 2% a 22% e as bases de tributação são principalmente serviços, marketing e jogos.

No Reino Unido, a tributação foi instituída em abril de 2020. Lá, são cobrados 2% sobre receitas obtidas com serviços de mídia social, mecanismos de busca ou mercado on-line. É cobrado apenas sobre empresas grandes, que são as que faturam mais do que 500 milhões de libras anuais em suas operações no mundo inteiro e mais do que 25 milhões de libras no Reino Unido. A lei prevê que o tributo será extinto se for alcançado um acordo global para a tributação das grandes empresas.



O caso mais emblemático, porém, foi o da França. O país começou a cobrar, em 2019, uma alíquota de 3% sobre receitas brutas derivadas de atividades digitais. A medida gerou tensão com os Estados Unidos.

Além desses, países europeus como a Áustria, a Hungria e a Espanha passaram a tributar serviços digitais. Esse movimento descoordenado foi uma fonte de pressão para que o G-7 anunciasse, no início deste mês, seu apoio para a proposta de tributação mínima global. Também contribuiu para esse avanço a troca de comando nos Estados Unidos, que deixaram a postura protecionista que pautou a gestão de Donald Trump pela política mais aberta à integração de Joe Biden.

“Achava-se, antes do Biden, que o acordo iria demorar”, disse Carvalho. “Agora que o G-7 chegou a um acordo, vai andar de maneira mais rápida do que se pensava.”

O pesquisador é otimista quanto aos resultados para o país. “O Brasil vai ser muito beneficiado, porque é o quarto mercado mundial de serviços digitais.”

Um novo tributo sobre serviços digitais, porém, não está no radar da equipe econômica de Paulo Guedes. Lá, a preferência é por insistir na reforma tributária. Tanto a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), proposta pelo Ministério da Economia, quanto as propostas de emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, iniciativas da Câmara e do Senado, criam um tributo sobre valor agregado a ser cobrado sobre o consumo, o que inclui também os serviços digitais.

Esse desenho é tido como mais eficaz para atacar, inclusive, o problema que o G-7 procura resolver com o imposto mínimo global: a dificuldade de tributar o lucro das grandes companhias, que é concentrado em paraísos fiscais. O tributo sobre o valor agregado brasileiro recairia sobre outra base de tributação: o consumo local.

Além disso, avalia-se que uma tributação sobre serviços digitais, ainda que provisória, iria na contramão do acordo anunciado neste mês pelo grupo de grandes economias. O acordo visa justamente eliminar as iniciativas individuais de taxar esses serviços.



## STF mantém ISS e ICMS no cálculo de contribuição previdenciária

Há pelo menos outras duas “teses filhotes” pendentes de julgamento na Corte

Por Joice Bacelo — Do Rio

21/06/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram manter o ISS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). A maioria entendeu que esse regime se enquadra como benefício fiscal, assim, mexer no cálculo - provocando redução de tributo - o ampliaria demais.

A CPRB foi instituída em 2011 para estimular a geração de empregos formais. Setores favorecidos com a medida poderiam substituir a contribuição ao INSS, de

20% sobre a folha de salários, por uma contribuição calculada sobre a receita bruta da empresa, que varia entre 1% e 4,5%.

O julgamento sobre a base de cálculo desse regime ocorreu no Plenário Virtual e foi concluído à meia-noite de sexta-feira. O placar fechou em oito votos a três contra o pedido do contribuinte.

Trata-se de uma das chamadas “teses filhotes” da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins - a chamada “tese do século”. Os contribuintes, a partir desta decisão, passaram a defender que o mesmo entendimento deveria ser aplicado em discussões semelhantes envolvendo outros tributos. Vem daí a denominação “filhote”.

Essa é a segunda tese filhote que os ministros rejeitam. A primeira, em fevereiro, discutia o ICMS no cálculo da CPRB. Entendimento contrário poderia ter gerado um impacto de R\$ 9 bilhões à União. Os ministros encerraram, também na sexta-feira, o julgamento dos embargos de declaração desse caso. Eles rejeitaram o recurso do contribuinte, mantendo a decisão proferida em fevereiro (RE 1187264).

A argumentação dos ministros que entenderam por manter os impostos no cálculo para a contribuição previdenciária foi a mesma em ambos os casos. Para advogados, no entanto, não significa, com esses dois resultados, que o STF esteja colocando uma “pá de cal” nas “teses filhotes”.



“Os próprios ministros fizeram uma diferenciação desses casos envolvendo a CPRB, que trataram como benefício fiscal, para a tese de exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Isso leva a crer que não impacta outras discussões semelhantes”, diz Carlos Vidigal, do escritório Vinhas e Redenschi.

Há pelo menos outras duas “teses filhotes”, pendentes de julgamento na Corte, que, na visão do advogado, podem ter desfecho diferente aos casos envolvendo a CPRB.

Um deles trata sobre o ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Foi colocado em pauta em agosto do ano passado. O relator, ministro Celso de Mello - que se aposentou em outubro - votou pela exclusão e as discussões foram suspensas, em seguida, por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli (RE 592616).

O outro caso discute se o PIS e a Cofins podem ser excluídos das suas próprias bases de cálculo. Teve repercussão geral reconhecida pelos ministros em outubro de 2019 e, desde lá, está pendente de julgamento (RE 1233096).

Quando decidiram sobre a chamada “tese do século” - que acabou dando origem às filhotes - os ministros afirmaram que o imposto não se caracteriza como receita ou faturamento da empresa, que é a base de incidência do PIS e da Cofins, e, por esse motivo, deveria ser excluído do cálculo.

Havia expectativa, entre os advogados, de que esse mesmo entendimento fosse aplicado à CPRB porque - assim como o PIS e a Cofins - também se aplica sobre a receita da empresa. “Em ambas as discussões não se questiona o benefício e sim a constitucionalidade da base de cálculo”, diz Valdirene Lopes Franhani, do Lopes Franhani Advogados.

No julgamento sobre o ISS na base da CPRB, concluído sexta-feira, o relator, ministro Marco Aurélio, deu razão aos contribuintes. “O simples ingresso e registro contábil de importância não a transforma em receita”, afirmou ao votar.

O entendimento do relator foi acompanhado pelas ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber. Os três ficaram vencidos.

Prevaleceu o voto divergente, proferido pelo ministro Alexandre de Moraes, que diferenciou as duas teses. Ele caracterizou a CPRB como benefício fiscal. “Não poderia a empresa aderir ao novo regime de contribuição por livre vontade e, ao mesmo tempo, querer se beneficiar de regras que não lhe sejam aplicáveis”, afirmou Moraes no seu voto.

Os ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Nunes Marques, Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Luiz Fux acompanharam a divergência, sacramentando a decisão da Corte sobre o tema (RE 1285845).

 COMENTÁRIOS

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

### Vagas abertas para Graduação EAD

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

### Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

### 3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

### O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI

LINK PATROCINADO

### Terapia sem sair de casa

ZENKLUB

LINK PATROCINADO

### Tchau Chulé! Tênis transportável é o ponto final do mau odor

PROMOSBOAS.COM.BR

# Portabilidade da conta de luz pode valer em 2026

Emenda à MP da Eletrobras acelera abertura ampla do 'mercado livre' e pressiona governo

Por Rafael Bitencourt e Daniel Rittner — De Brasília

21/06/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---



Senador Wellington Fagundes (PL-MT): mercado livre só atende hoje 20 mil das 86 milhões de unidades consumidoras — Foto: Reprodução

A medida provisória de privatização da Eletrobras, aprovada no Senado e que pode ser referendada hoje pela Câmara, garante a total abertura do mercado livre de energia, formado hoje só por grandes consumidores, até julho de 2026. Uma emenda do senador Wellington Fagundes (PL-MT) acelera ainda as etapas de adesão dos pequenos consumidores ao ambiente que permite escolher de quem comprar a energia.

Atualmente, o mercado livre beneficia indústrias, shoppings e supermercados com demanda acima de 1,5 megawatt (MW). Respondem por 35% do consumo do país. Grande parte está no mercado cativo, das distribuidoras reguladas pelo modelo de tarifas.

Fagundes destaca que o mercado livre no Brasil atende a “apenas 20 mil de suas mais de 86 milhões de unidades consumidoras”.

O governo tem um plano - ainda inacabado - de abertura do mercado. Nele, os consumidores com demanda superior a 1 MW serão contemplados em 2022, e aqueles com mais de 500 quilowatts (kW), em 2023.

Nesse planejamento, os clientes com consumo inferior a 500 kW, como pequenos e médios comerciantes e residências, têm a previsão de migrar a partir de 2024 para o mercado livre, mas as regras não foram definidas.

Os estudos da última fase são de responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Se não ficarem prontos, o Ministério de Minas e Energia pode simplesmente adiar a etapa final por meio de portaria.

A emenda repercutiu no setor já no dia seguinte à aprovação da MP no Senado. A Aneel - por coincidência, ou não - abriu tomada de subsídios sobre o acesso dos pequenos consumidores, com dez questionamentos sobre o tema.

O mercado livre surgiu em 1995 e, em 2017, o ministério fez um amplo debate com entidades e consultorias especializadas, por meio de consulta pública sobre a modernização do setor, a CP 33.

No Congresso, uma proposta de abertura se arrasta há cinco anos. É o projeto de lei da portabilidade da conta de luz (PL 414/21), em referência à liberdade de escolha no sistema bancário, na telefonia, em planos de saúde.

As incertezas sobre as mudanças dividem especialistas. Para os entusiastas, elas trarão maior competição e benefícios para o consumidor final. Para os críticos, isso

desorganiza o setor e traz riscos para a segurança energética.

Na equipe econômica, a emenda foi bem recebida por Diogo Mac Cord, secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia. A aprovação da MP teria sido vitória em dose dupla.

“Não só nos permite privatizar a Eletrobras, como liberaliza o setor elétrico. Até 2026, todos os consumidores poderão escolher seu fornecedor de energia elétrica: com 25 anos de atraso, o setor elétrico brasileiro será privado e livre!”, comemorou Mac Cord, no LinkedIn. O posicionamento gerou expectativas de sanção da lei sem veto do presidente Jair Bolsonaro à emenda.

O presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros, criticou a quantidade de emendas com conteúdo alheio ao texto original, os “jabutis” da MP da Eletrobras. A queixa, porém, não se aplica aos ajustes em prol do mercado livre.

“O Senado foi muito feliz ao incluir o dispositivo. Pousou uma ‘andorinha’ na árvore de ‘jabutis’”, disse Medeiros. Para ele, o governo sabe quais medidas adotar e só falta colocá-las em prática.

Medeiros defende que o mercado livre puxa a expansão da oferta, principalmente com energia renovável, e precisa de mais clientes para aquecer a competição. Ele lembrou que o potencial deste mercado já desperta o interesse de bancos, como Itaú e Santander, que já têm as próprias comercializadoras de energia para marcar presença.

Mais cauteloso, Maurício Tolmasquim, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), avalia que a liberalização sem estudos traz três preocupações: riscos à segurança do sistema, criação de passivos e o que ele chama de “espiral da morte” - quem ficar no regulado pagará fatura de energia cada vez mais alta.

“A migração para o mercado livre está muito ligada à ideia de empoderamento dos consumidores e de soluções ‘tailor-made’ [sob medida]. Do ponto de vista conceitual, sou favorável ao direito de escolha do consumidor. Mas, sem

planejamento aprofundado, corre-se o risco de sofrermos com uma grande desorganização”, disse o professor da UFRJ.

Quanto à segurança, Tolmasquim lembra que o mercado regulado sustentou a expansão da geração nas últimas duas décadas, graças a contratos de longo prazo. Ao garantir receitas futuras, o modelo viabilizar o financiamento.

Para Tolmasquim, a preocupação está em haver um descasamento entre oferta e demanda. Recentemente, disse, o mercado livre apoiou a ampliação de parques eólicos e solares, mas não conseguiu ancorar sozinho nenhuma grande hidrelétrica ou térmica, importantes para operação segura.

Sobre o risco de passivos, o ex-presidente da EPE lembra que existem quase 50 mil MW médios contratados no ambiente regulado e o “último megawatt” fica sem contrato somente em 2054. Se houver uma grande migração, as distribuidoras ficariam com sobras enormes de energia e surge um passivo. Esse excedente pode mudar de mãos, mas a precificação ensejaria discussões. “Alguém vai pagar o mico”, diz.

O risco de “mico”, para distribuidoras ou consumidores remanescentes, poderá ser mitigado com mecanismo acolhido pelo relator da MP, Marcos Rogério (DEM-RO). O texto final atenua os prejuízos com a sobrecontratação de energia no mercado regulado, ao estabelecer que quem migrar para o ambiente livre pagará um novo “encargo tarifário” cobrado na proporção do consumo.

Sobre a “espiral da morte”, Tolmasquim refere-se ao temor de que muitos consumidores permaneçam com as distribuidoras por falta de interesse ou de entendimento. Para ele, há uma população que ninguém prioriza atender - especialmente na baixa renda, áreas rurais ou quem tem histórico de inadimplência.

“Até nos países mais liberalizados existe uma supridora de última instância”, afirma Tolmasquim. O risco é sobrar, no ambiente regulado, apenas a fatia mais ineficiente do mercado, com custos mais altos e tarifas maiores.

---



# Petroleiras retomam projetos com o preço do barril a mais de US\$ 70

Em meio à recuperação dos preços do petróleo, empresas anunciam US\$ 10,5 bilhões em novos projetos no Brasil

Por André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio

21/06/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---

Em meio à recente recuperação dos preços do petróleo no mercado internacional, as empresas começam, aos poucos, a ganhar confiança para avançar com novos projetos. Somente neste mês de junho, quando o barril do tipo Brent ultrapassou os US\$ 70 pela primeira vez em dois anos, a Petrobras, a norueguesa Equinor e a australiana Karoon já anunciaram investimentos de cerca de US\$ 10,5 bilhões no Brasil, para os próximos anos.

A lista de novos projetos se concentra na Bacia de Santos. No pré-sal, a Petrobras fechou contrato para a oitava plataforma do megacampo de Búzios, enquanto a Equinor decidiu avançar com o projeto de Bacalhau. No pós-sal, por sua vez, a Karoon aprovou um investimento na descoberta de Patola. Juntos, esses três ativos devem contribuir, no pico de suas operações, com uma produção de aproximadamente 410 mil barris diários - o equivalente a 14% do volume produzido hoje no país.

Para o chefe de pesquisa da área de exploração e produção de petróleo da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis, os investimentos recém-anunciados no Brasil ocorrem dentro de uma tendência global de retomada gradual dos projetos no setor, depois de 2020 ter sido marcado pelo choque dos preços da commodity e pelo corte abrupto dos orçamentos das petroleiras. Assis lembra que Bacalhau e Patola são projetos maturados há alguns anos e que estavam na fila, dentro do portfólio das empresas, esperando o momento oportuno.

“A volta dos investimentos é uma tendência que temos observado. Esses projetos, no Brasil, guardam uma característica em comum: eles têm um ‘breakeven’ [preço de equilíbrio que justifica a viabilidade econômica] baixo. São projetos bem rentáveis num cenário de preços baixos”, comenta.

Num contexto de transição energética para uma economia de baixo carbono e diante da expectativa de que a demanda global por petróleo entre em declínio nas próximas décadas, projetos com “breakeven” e índices de emissões de carbono baixos (como os do pré-sal) serão grandes diferenciais, dentro do portfólio cada vez mais seletivo das petroleiras.

A Wood Mackenzie mede as tendências de aquecimento do mercado com base num levantamento periódico sobre o número de tomadas de decisão final de investimentos (FID, na sigla em inglês) das empresas do setor. Apesar da retomada dos projetos, a analista Fernanda Pedó ressalva que o número de FIDs deste ano ainda deve se manter abaixo dos patamares pré-crise, no mundo. “O ano de 2020 foi bem crítico e a tendência é que 2021 recupere, mas não ainda a um nível pré-2020. A tendência é que só em 2022 e 2023 a indústria retome os números pré-crise.”

A expectativa da consultoria internacional é que a maioria dos novos FIDs se concentre em projetos localizados em águas profundas, em mercados como o Brasil, Golfo do México e Suriname e Guiana Francesa, por exemplo.

A Rystad Energy calcula que os investimentos em exploração e produção de óleo e gás no biênio 2020-2021 caíram 27% desde a eclosão da pandemia de covid-19. A consultoria prevê que, embora devam começar a aumentar lentamente a partir de

2022, os gastos das petroleiras não atingirão os níveis pré-pandemia, de US\$ 530 bilhões/ano, pelo menos até 2025 - horizonte limite da projeção.

Para o presidente global da Karoon, Julian Fowles, contudo, a recuperação recente dos preços do petróleo "dá mais confiança" para a retomada dos projetos.

"Eu acho que [as decisões de investimentos] estão relacionadas ao preço do barril, que nos dá a confiança de investir quando vemos preços a níveis que nos darão retornos com menores riscos. Mas provavelmente é também a combinação de muitos anos de trabalho nessas áreas. Estamos trabalhando com exploração na Bacia de Santos há muitos anos. O ano de 2020 foi muito maluco para os preços do barril, vimos contratos futuros de preços ficarem negativos e isso trouxe muita incerteza ao mercado em geral. Acho que hoje estamos vendo um preço de Brent de cerca de US\$ 70, o que nos dá mais confiança. E, além disso, estamos vendo a demanda retornar. Toda a equação entre demanda e produção está se equilibrando a favor de preços mais altos", disse.

A Karoon anunciou neste mês o FID de Patola, descoberta próxima ao campo de Baúna, adquirida junto à Petrobras em 2020. O caso é um exemplo de como o programa de desinvestimentos da estatal brasileira deve movimentar novos projetos em ativos até então relegados. A australiana vai investir até US\$ 195 milhões na perfuração e conexão de dois poços à plataforma Cidade de Itajaí, responsável pela produção em Baúna. A campanha de perfuração está prevista para o segundo semestre de 2022. A Karoon estima que o ativo poderá produzir 10 mil barris/dia.

Dentre os novos investimentos recém-anunciados no Brasil, este mês, o grande destaque fica por conta do FID da Equinor para o projeto de Bacalhau (ex-Carcará). A norueguesa, em parceria com os sócios ExxonMobil e Petrogal, investirá US\$ 8 bilhões para produzir o campo em 2024. Bacalhau será o primeiro ativo a ser desenvolvido por uma petroleira estrangeira no pré-sal brasileiro. A plataforma contratada para a primeira fase de produção terá capacidade para 220 mil barris/dia.

Já a Petrobras anunciou, neste mês, a contratação, por US\$ 2,3 bilhões, da P-79 - oitava plataforma flutuante (FPSO) de Búzios. O contrato foi assinado com a joint



venture formada pela Saipem e a DSME, e prevê a entrega, em 2025, de uma unidade com capacidade para processar 180 mil barris/dia.

E a lista de novos projetos deve continuar crescendo. Fernanda acredita que, para este ano, a Petrobras deve avançar, ainda, com o FID da nona plataforma de Búzios e com o projeto dos volumes excedentes da cessão onerosa de Itapu.

 **COMENTÁRIOS**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

### Vagas abertas para Graduação EAD

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

### Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

### Promoção: o sucesso de vendas mundial com super desconto

KING SHOES

LINK PATROCINADO

### Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

### Isto é chave para a diminuição da próstata, use isso todos os dias.

P+ACTIVE

LINK PATROCINADO

### Terapia sem sair de casa

ZENKLUB

Mais do Valor **Econômico**

# Para especialistas, imposto global terá impacto pequeno no país

Criação de tributo deve ser discutida no mês que vem por ministros das Finanças do G-20

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

21/06/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

---

A reunião de ministros de Finanças do G-20 marcada para o mês que vem será uma oportunidade para detalhar a criação de um imposto mínimo global de 15%. O grupo que reúne sete dos países mais ricos do mundo, que decidiram apoiar a proposta no início deste mês, deverá buscar apoio das demais grandes economias do planeta. Há muitas dúvidas sobre como esse tributo funcionará, mas o entendimento é que o impacto no Brasil não será tão grande.

“Imagino que a ideia do imposto mínimo global é o que já tem no Brasil”, disse o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel. O país já tributa com 15% as remessas de recursos ao exterior. Por isso, não é afetado pelo fato de grandes empresas que operam aqui terem sede em paraísos fiscais - problema que o G-7 agora tenta solucionar. O Brasil estaria, portanto, à frente da Europa nessa questão, conclui Everardo.

“O Brasil tem já algumas ferramentas que destoam de outros países que pensam essas políticas”, disse o professor Frederico Bastos, do Insper. Enquanto o mundo discute há anos como tributar o ganho de empresas globais que instalam sua sede em países com tributação baixa, o Brasil taxa o lucro e o faturamento das que operam aqui, explica.

Há ainda mecanismos adicionais que dificultam o planejamento tributário pelas múltiplas. A tributação na fonte de remessas ao exterior, citada por Everardo, atinge operações como pagamento de royalties e contratação de serviços da matriz, que são formas utilizadas para, na prática, transferir lucro para países de tributação favorecida.

A decisão do G-7 de apoiar a criação do imposto mínimo global trouxe, porém, um “ponto de inflexão” na forma como os Estados Unidos encaram o uso de paraísos fiscais pelas empresas, avalia Everardo. “Reconheceram que o problema existe”, comentou.

Também nesse caso, o ex-secretário afirma que o Brasil está à frente. Em sua gestão, nos anos 1990, o país foi o primeiro a elaborar uma lista nomeando os paraísos fiscais e determinando que a retenção na fonte do Imposto de Renda para remessas, que é de 15% de forma geral, fosse de 25% para esses destinos. “Se não vai pagar imposto lá, que pague aqui”, disse.

O governo brasileiro ainda não se posicionou oficialmente quanto à proposta do G-7. O **Valor** questionou o Ministério da Economia, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição.

Dada a peculiaridade das regras tributárias brasileiras, porém, é possível que o Brasil apenas aguarde o avanço das discussões, avalia Bastos. Apenas dados genéricos sobre o novo tributo foram divulgados.

Não se sabe, por exemplo, como seria dividida entre os consumidores a arrecadação que passará a ser cobrada daquelas empresas cujas sedes estão em países que cobram menos do que 15% de imposto.

Pelas estimativas elaboradas pelo Observatório Fiscal Europeu e divulgadas pelo **Valor** no início deste mês, o Brasil poderia receber € 900 milhões (aproximadamente R\$ 5,5 bilhões ao ano).

Há dúvidas sobre como a taxa mínima seria aplicada. Everardo frisa que a alíquota de 15%, isoladamente, não garante maior arrecadação. Isso depende da base sobre a qual ela será aplicada, e isso não está claro.

A distribuição de parte dos ganhos das grandes companhias para países consumidores é um ponto que desperta muitas dúvidas. Pressupõe que um país que concentra sedes de grandes companhias pode distribuir parte de suas receitas a outros.

Essa ideia afeta a soberania tributária. Não são triviais os obstáculos políticos que essa ideia pode enfrentar, por exemplo, no Congresso dos Estados Unidos.







Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S.... ver mais

## O 'trade' do alívio nas contas públicas

Mercado deve ter novo encontro com o risco fiscal na eleição

21/06/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

---

O mercado financeiro está vivendo de ondas que empurram os preços de ativos para cima. É o "trade" da redefinição americana, o "trade" da vacinação e o "trade" do alívio fiscal. Quanto tempo esse último vai durar?

A visão mais pessimista é que dure até agosto, quando o governo deve enviar o Orçamento de 2022 para o Congresso. Num ano de eleições, as pressões por gastos serão naturalmente maiores. Já há notícias, por exemplo, de que o presidente

Bolsonaro pretende conceder reajuste salarial para o funcionalismo e turbinar o Bolsa Família.

## **Mercado deve ter novo encontro com o risco fiscal na eleição**

Uma visão um pouco menos pessimista é que, apesar de alguns solavancos na discussão do Orçamento, o clima só vá mesmo azedar durante as eleições presidenciais. A polarização entre Bolsonaro e Lula, e a possibilidade de uma eventual vitória do candidato petista, poderia trazer de volta o receio do populismo fiscal e o risco de dominância fiscal.

Christopher Garman, do Eurasia Group, divulgou uma carta aos clientes na sexta-feira com um cenário mais otimista. Apesar de idas e vindas, dos vários momentos de tensão, no fim as instituições brasileiras - Congresso, especialistas, órgãos de controle, imprensa - estão funcionando bem para conter o descarrilhamento fiscal. “Se Lula for eleito, sua administração não se provará tão fiscalmente irresponsável como os especialistas provavelmente temem, e os riscos de uma virada populista de Bolsonaro também podem estar sendo superestimados.”

As contas fiscais tiveram uma melhora inesperada desde o começo do ano passado, com a queda da dívida pública e a redução do déficit primário. Esse sopro positivo, com certa ironia, tem sido festejada pelos dois extremos nessa disputa eleitoral. Economistas ligados à administração petista vêm afirmando que os dados fiscais

comprovam a tese de que a coisa não era tão ruim como se pregava e que, durante a pandemia, houve o chamado terrorismo fiscal. Já a equipe econômica de Bolsonaro vem destacando uma presumida virtude fiscal, que preservou o teto de gastos, tirando o que ficou além dele.

Na verdade, a melhora nas contas fiscais foi causada pela sorte. A inflação de forma geral, e os preços de commodities em particular, subiu muito, corroendo uma parte da dívida pública e favorecendo a arrecadação dos governos. Mas os economistas ainda não sabem qual será o impacto total neste ano. Também se dividem sobre qual poderá ser a ajuda total ao longo dos anos.

Várias instituições financeiras, como o Santander, a XP e o BTG Pactual, preveem que a dívida bruta do governo geral vá cair dos 88,8% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2020 para cerca de 82% do PIB em 2021. Mas a Instituição Fiscal Independente (IFI) foi mais conservadora nas suas contas, apontando um percentual de 85,6% do PIB, embora esteja aberta a observar os dados para ver se poder rever para baixo.

O ponto central das divergências das projeções é a estimativa para o chamado deflator do PIB. Enquanto que a corrente mais otimista do mercado cita percentuais da ordem de 10%, a IFI trabalha com 8%. O mercado também aposta em crescimento real do PIB mais próximo de 5%, ante 4,2% estimados pela IFI.

Boa parte dessa discussão, porém, é sobre a ajuda da inflação na melhora dos indicadores fiscais, algo que não se pode contar que vá ocorrer de novo. Seja em 82% do PIB, seja em 85,6% do PIB, a dívida está muito alta - cerca de 30 pontos percentuais do PIB acima da média dos países emergentes. Só as variáveis reais, como o efetivo crescimento do PIB, o superávit primário e a taxa real de juros, podem fazê-la baixar.

Ninguém sabe exatamente como essas variáveis reais vão se comportar daqui para diante, mas o quadro geral não é dos melhores. A sorte pode ajudar aqui e ali, mas não é algo que pode se contar

Um ponto de divergência entre os economistas é quanto, exatamente, a arrecadação vai responder ao crescimento da economia. Normalmente, os economistas preveem que uma alta de 1% no PIB gera um aumento entre 1% e

1,1% na arrecadação. Mas a IFI examinou os dados passados e constatou que em períodos de boom das “commodities” a arrecadação costuma subir entre 1,5% e 2% a cada ponto percentual de alta do PIB.

Pelos dados acima, fica claro que, se o “boom” das commodities durar muito tempo, poderá levar a uma melhora acima do esperado da dívida pública. Naturalmente, também vai depender de como a arrecadação responde ao PIB.

A economista-chefe do Santander, Ana Paula Vescovi, publicou um estudo na semana passada que ilustra muito bem esse ponto. No cenário básico do banco, o Brasil só vai voltar a ter superávits primários em 2027. Esse cálculo leva em conta que, no longo prazo, a capacidade de crescimento da economia vá ficar em 1,5% e que, para cada ponto percentual de PIB, a arrecadação cresça 1,1%. Mas, segundo as estimativas do Santander, o superávit primário poderá chegar em 2025 se a resposta da receita for de 1,3%.

O próprio crescimento real da economia é muito importante para a dinâmica da dívida. A IFI estima uma expansão anual de 2,3% ao ano, que traria de volta os superávits primários em 2025. O percentual parece exagerado. Desde o Plano Real, a economia cresceu, em média, 2,2%, apesar de uma expansão mais significativa da população. Para crescer mais, seria preciso ampliar investimentos e a produtividade da economia, algo que poucos acreditam.

Outra premissa polêmica é a taxa de juros que incide sobre a dívida. A IFI trabalha com 3,3% reais ao ano, um pouco mais alto do que o juro neutro estimado pelo Banco Central, de 3%. A realidade é que, apesar de a estimativa do Banco Central parecer precisa, ela não é. Na verdade, o BC estima uma faixa em que o juro neutro deve se encontrar. Pelos seus cálculos, há 95% de chances de que esteja entre 1% e 5%. Aos poucos, o mercado vem estimando percentuais maiores. O Santander, por exemplo, estima em 4%.

De todas essas variáveis, a que o governo tem controle mais imediato é o superávit primário. Mas, daqui até a eleição, o cenário é de mais gastos, não de contenção.



# Emenda prevê militares na reforma

Proposta do PT não deve prosperar

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

21/06/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



O PT pretende levar para a comissão especial da reforma administrativa a discussão sobre a ocupação de cargos no governo Jair Bolsonaro por militares. O partido sugeriu emenda - ainda na fase de coleta de assinaturas - para que os militares das Forças Armadas tenham que ir para a reserva se ocuparem cargos ou funções destinadas a civis.

Coordenador da bancada na comissão, o deputado Rogério Correia (PT-MG) disse que o tema não pode ficar de fora da análise feita na reforma administrativa e que o afastamento, em sua visão, é uma garantia para o regime democrático no Brasil. O partido apresentou estudo que mostra que os militares em cargos civis no governo saíram de 996 em 2005 para 6.157 em 2020.

“Não é justo que a questão militar não seja tratada na reforma administrativa. Eles já foram beneficiados pelo governo na reforma da Previdência, a gente já está vendo a denúncia que veio do TCU [Tribunal de Contas da União] de que eles [governo] inflaram o impacto relativo aos militares em detrimento dos servidores civis”, disse Correia.

O petista afirmou que, embora não seja a razão do debate, uma das possíveis consequências da discussão sobre os militares na reforma é aumentar a pressão sobre o projeto, seja pela decisão de não incluí-los, o que ampliaria a insatisfação dos demais servidores, seja pela incorporação de regras para a carreira, o que provocaria pressões internas no governo.

O tema do afastamento dos militares que quiserem assumir cargos no Executivo ganhou força após o general da ativa e ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello não ser punido pelo Exército por participar de um ato político ao lado do presidente Jair Bolsonaro. A Constituição e o regimento das Forças Armadas proíbem esse tipo de manifestação política.

A inclusão do tema na reforma administrativa, porém, não é apoiada nem por toda a oposição. A deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) sugeriu no ano passado uma proposta de emenda constitucional (PEC) com essa regra do afastamento e disse que é um erro de avaliação do PT misturar os dois debates. “Vai diluir um assunto que precisa ser resolvido numa encrenca, numa disputa política, que é o que vai se tornar aquela comissão [da administrativa]”, disse.

Perpétua ainda não conseguiu as assinaturas exigidas para fazer a PEC tramitar (por enquanto, 150 deputados dos 171 necessários subscreveram o texto), mas defende que é preciso uma comissão focada no tema. “É um assunto que demanda mais atenção e extremo cuidado. Há por exemplo áreas de domínio militar, como a nuclear, cibernética e especial, em que não pode ocorrer o afastamento de quem assumir cargos técnicos”, disse.

Em “live” do **Valor** na semana passada, o relator da reforma na Câmara, deputado Arthur Maia (DEM-BA), disse achar “razoável” a ideia agora proposta pelo PT, assim como juízes precisam pedir demissão para assumirem essas cargos políticos, mas que não tinha ainda analisado o assunto e que aguardaria os debates na comissão.

O mesmo valia para a inclusão dos militares dentro das regras da reforma - tema de uma das 12 audiências públicas sugeridas por ele.

A interlocutores, porém, o relator sinalizou que não deve incorporar os militares ao seu parecer porque acredita que são uma carreira muito específica e com regras muito próprias. Mas deixou aberta a possibilidade de ser convencido da necessidade de tratar deles no projeto - o Executivo mandou sua proposta sem nenhuma linha sobre o tema.

 COMENTÁRIOS

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

### Vagas abertas para Graduação EAD

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

### Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

### Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

KING SHOES

LINK PATROCINADO

### O preferido dos homens de bom gosto com um preço nunca visto

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

### Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

### Doutora: "Jogue os cremes fora! Se você tem rugas no pescoço, faça apenas isso ao acordar"

DIATENA OFICIAL



# Desemprego deve ser recorde este ano com retomada desigual

Mercado de trabalho reage com defasagem e pode voltar ao nível pré-pandemia somente em 2022

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

21/06/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---

Lucas Assis, da Tendências: melhora na projeção para o PIB quase não mudou expectativa para alta do emprego —  
Foto: Claudio Belli/Valor

O ânimo com o desempenho melhor da atividade fez pouca diferença nas avaliações sobre o mercado de trabalho, que deve seguir em reação lenta e com uma taxa de desemprego elevada, a despeito de um PIB que pode crescer mais de 5% em 2021. Segundo a mediana de estimativas de 28 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, a fatia de desempregados na força de trabalho ficará em 14,3% na média do ano. Este seria o nível recorde da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, iniciada em 2012.

Embora o Brasil não esteja vivenciando uma “jobless recovery” - expressão em inglês para uma recuperação sem geração de vagas -, economistas apontam que a dinâmica desigual da retomada, em que setores mais informais da economia estão patinando, faz com que o emprego responda com defasagem ainda maior ao

aquecimento da atividade. Nesse cenário, enquanto o PIB já recuperou as perdas da pandemia no primeiro trimestre, a população ocupada só deve voltar ao nível pré-covid no fim do ano ou no começo de 2022.

Coordenadora técnica do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), Silvia Matos afirma que a visão sobre o mercado de trabalho segue negativa, em contraste à percepção mais favorável em relação à atividade. A entidade projeta que a taxa média de desemprego vai aumentar de 13,5% no ano passado para 14,7% neste ano.

“Temos mais PIB, mas sem emprego”, diz Silvia. O motivo para o descasamento maior entre os dois indicadores, para ela, é a recuperação heterogênea: “outros serviços”, serviços de transporte e construção civil estão crescendo em ritmo mais fraco e são setores mais intensivos em mão de obra, o que prejudica a retomada do emprego e da renda.

“Apesar da melhora das projeções macroeconômicas, continuamos com uma visão cautelosa sobre o mercado de trabalho brasileiro, que permanece muito fragilizado”, diz Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria. A Tendências começou o ano projetando expansão de 2,7% para o PIB em 2021, número que hoje está em 4,4%. No mesmo período, a estimativa para o avanço da população ocupada no ano quase não mudou: passou de 3,7% para 4%.

Caso essa perspectiva seja concretizada, o contingente de 92,2 milhões de ocupados que havia no país no primeiro trimestre de 2020 será retomado apenas ao fim do ano, aponta Assis, enquanto o PIB recuperou o patamar pré-pandemia em março. Naquele mês, o total de pessoas ocupadas era de 85,6 milhões, ainda 7% abaixo do nível anterior ao surto de covid-19.

Já a taxa de desemprego deve subir a 14% na média anual para a consultoria. “A economia está mais resiliente por outros fatores que não o mercado de trabalho, que vai demorar para retomar”, afirma Assis. Ele destaca a dificuldade dos trabalhadores informais, especialmente de serviços, em se recolocar no mercado como um fator limitante para crescimento mais expressivo da geração de vagas, em sentido contrário ao maior dinamismo observado no mercado formal.

Gabriel Couto, economista do Santander, pondera que os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) estão alinhados à recuperação mais rápida da atividade. Por essa métrica, que registra o saldo entre admissões e demissões de empregados com carteira, após a perda de 1,15 milhão de vagas



celetistas entre março e junho do ano passado, houve recuperação de 2,31 milhões desde então. “Mas o mercado informal está em situação muito ruim. É uma parcela que, em tempos normais, representa 40% do total dos empregos no Brasil e não mostrou quase nenhuma recuperação.”

No trimestre terminado em março, enquanto a população ocupada diminuiu 7,1% sobre igual intervalo do ano anterior, a ocupação de trabalhadores sem carteira na iniciativa privada caiu 12,1%. Nos trabalhadores domésticos informais, a retração chega a 17,1%. Segundo Couto, as medidas de distanciamento social penalizaram mais atividades que dependem de interação, o que se reflete negativamente no nível de emprego desses setores.

Conforme a vacinação avançar e a economia tiver reabertura maior no segundo semestre, o emprego informal tende a crescer em ritmo mais alinhado ao formal, diz Couto, mas o desemprego deve seguir alto. Isso porque a crise e as medidas de isolamento fizeram muitas pessoas desistir de buscar uma vaga. Com uma parcela maior da população vacinada, elas devem voltar ao mercado, que não vai absorver todo esse contingente. Por isso, com o ajuste sazonal do banco, o Santander estima que a taxa de desemprego vai subir um ponto entre 2020 e 2021, a 14,2%.

O caráter atípico da crise da covid-19, que retirou muitas pessoas da força de trabalho, e o método de coleta da Pnad, agora feita por telefone, adicionam ainda mais incertezas para estimar o comportamento do desemprego daqui em diante, observa Cosmo Donato, economista da LCA Consultores. De qualquer forma, o cenário melhor para a atividade - a LCA passou a trabalhar com alta de 5% do PIB este ano - vai ajudar na retomada do mercado de trabalho, que deve ganhar mais tração a partir do terceiro trimestre, avalia Donato.

Mesmo assim, ainda há um longo caminho a percorrer, diz o economista, para quem o total de ocupados só vai voltar ao nível anterior à covid no primeiro trimestre de 2022. Na série dessazonalizada por ele, a população ocupada era de 93,9 milhões em fevereiro de 2020 - o patamar pré-crise -, caiu a um piso de 81,9 milhões em agosto e, em março, estava em 86,3 milhões. “O mercado de trabalho está demorando mais para responder à retomada da atividade do que num ciclo recessivo normal.”

# Avaliação de políticas públicas inclui desoneração de cesta básica e IR

Nos próximos 12 meses será avaliada a eficácia de programas como MEI, empréstimos do BNDES à União entre outras ações do governo

Por **Fabio Graner** — De Brasília

21/06/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

---

A desoneração da cesta básica e a isenção de Imposto de Renda para idosos acima de 65 anos estão entre as 16 políticas públicas a serem avaliadas pelo governo até o próximo ano. O Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cmap) também incluiu na lista de análise que será feita ao longo dos próximos 12 meses programas como o Microempreendedor Individual (MEI), a dedução de despesas com educação no Imposto de Renda e empréstimos da União ao BNDES, entre outras.

Recém-empossado no cargo de secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loterias (Secap), Gustavo Guimarães destacou ao **Valor** que não cabe a ele interferir para dar prioridade a um ou outro tema, que devem seguir o rito já definido no âmbito do Cmap, no qual sua secretaria tem papel de coordenação executiva.

O tema da avaliação de políticas visivelmente empolga o novo titular da Secap. Ele ressalta que uma das prioridades de sua gestão será regulamentar e implementar a sistemática de revisão de políticas antes de elas serem efetivamente lançadas e executadas, a chamada avaliação “ex-ante”, cujo objetivo é buscar produzir desenhos de programas que sejam mais aderentes às melhores práticas existentes.

“Nós queremos fazer essa discussão não só no Executivo, mas também envolvendo os projetos do Legislativo”, disse Guimarães. “Vamos ficar mais participativos no processo de construção de políticas públicas no Legislativo. Atualmente uma proposta no Parlamento pode tramitar muito rápido e o Executivo às vezes só vai conseguir interagir bem com sanção e veto, que são instrumentos muito limitados”, acrescentou.

O secretário explica que os critérios de seleção dessas políticas a serem previamente avaliadas obedecerão a mesma lógica para a avaliação ex-post, como estar entre os temas prioritários do PPA, do anexo de riscos fiscais e da mensagem presidencial, além de fatores como tamanho do programa em termos de impacto fiscal. “Os critérios não necessariamente serão idênticos, mas vão levar em conta o que já existe”, disse, apontando que talvez seja necessário reforçar a equipe direcionada para isso.

Guimarães disse ao **Valor** que a inclusão de um comando constitucional determinando a avaliação de políticas fortalece esse objetivo de reforçar esse sistema de análise da eficácia das ações governamentais.

Ele também minimiza o risco de que a avaliação prévia seja vista como um elemento de constrangimento para os gestores do Executivo, a partir de conflitos ideológicos entre avaliadores e os indicados pelo governante de plantão. Segundo o secretário, como o sistema de avaliação tem um aspecto de colegiado, a chance de isso ocorrer



é pequena. “A transparência do processo será um elemento importante para evitar isso”, disse Guimarães.

Na lista de programas já existentes a serem avaliados no ciclo de 2021 recém-definido, o que hoje representa maior volume de recursos públicos envolvidos, segundo a Secap, é a desoneração da cesta básica, com renúncia de receitas de R\$ 17,5 bilhões. O segundo maior é o de crédito de IPI para quem fabrica ou importa medicamentos, com R\$ 9,8 bilhões.

A isenção de Imposto de Renda para maiores de 65 anos custa R\$ 9,5 bilhões. A dedução de gastos com educação custa R\$ 4 bilhões, o MEI, 3,5 bilhões, e os empréstimos ao BNDES, 1,5 bilhão em subsídios por ano. No total, o conjunto de políticas de subsídios a serem avaliadas nesse novo ciclo é de R\$ 47,7 bilhões. Os programas de gasto direto que serão avaliados, por sua vez, têm um custo de R\$ 22,2 bilhões.

O secretário antecipou ao **Valor** também um boletim sobre os dois últimos anos de atuação do Cmap. De 30 políticas analisadas, 12 tiveram sua avaliação já concluída e publicadas e se referem ao ciclo de 2019 (que tinha um total de 14 políticas listadas). O ciclo de 2020 está em fase de conclusão para publicação das análises realizadas até julho, antes do envio do Orçamento de 2022. Seis políticas têm plano de ação para mudanças, segundo o boletim.

O documento a ser publicado na próxima semana mostra que o volume de recursos públicos envolvido nos programas observados é de R\$ 1,15 bilhão. A Controladoria-Geral da União (CGU) é quem coordena a maior parte das avaliações no âmbito do Cmap, com 18 processos em curso (já incluindo os que ainda serão analisados no novo ciclo). Mas em termos de execução do processo quem aparece na frente é o Ipea, que participa de 26 avaliações.

Em sua gestão à frente da Secap, Gustavo Guimarães também destaca que pretende dar uma ênfase na questão das loterias, principalmente como mecanismo de geração de recursos para as contas públicas e melhora do resultado fiscal.

“Eu olho as loterias como uma baita janela de oportunidade para arrecadação. O que não está regulamentado ainda é um mundo e é o que mais está crescendo”, salientou. “A regulamentação dessas possibilidades de loterias, como apostas esportivas, é urgente”, completou. Na questão da energia, outro tema que faz parte das suas atribuições, Guimarães evitou tecer comentários sobre a questão da crise que está em curso.



COMENTÁRIOS

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

### Vagas abertas para Graduação EAD

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

### Um novo aplicativo de pagamento acaba de chegar ao mercado - AstroPay

DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | ASTROPAY

Instalar

LINK PATROCINADO

### Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

### Promoção: o sucesso de vendas mundial com super desconto

KING SHOES

LINK PATROCINADO

### Isto é chave para a diminuição da próstata, use isso todos os dias.

P+ACTIVE

LINK PATROCINADO

### Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

ZIPSTOCK.

Mais do Valor **Econômico**



DIVERSIDADE SEM ASAS

Victoria's Secret deixa 'anjos' de lado

Marca de lingerie decide investir em corpos reais e empoderamento feminino

P&G  
APRE  
OCELA  
P&G  
O&C&E

Perspectivas. Aeroporto Internacional de Guarulhos: no reabertura, as companhias brasileiras estão em desvantagem frente às rivais estrangeiras, que tiveram apoio financeiro dos respectivos governos

## AVIAÇÃO

# O INÍCIO DA RETOMADA

## Lá fora, recuperação ganha fôlego. Aéreas do Brasil têm desafio maior

GLAUCIE CAVALCANTI  
gca@oglobo.com.br

Na última semana, o movimento diário de pessoas que passaram pelos pontos de checagem de segurança dos aeroportos americanos voltou ao patamar pré-pandemia, segundo dados da Administração dos Estados Unidos, onde mais da metade da população já recebeu a primeira dose da vacina contra a Covid. As aéreas do país recuperaram o fluxo de passageiros doméstico e avançam com fôlego em direção à etapa seguinte: viagens internacionais.

A American Airlines, por exemplo, já restabeleceu 96% da oferta nacional, ante 2019. No internacional, bateu os 80%. No Brasil também há avanço, embora o país esteja em etapa anterior nessa recuperação. As aéreas nacionais já têm ao menos metade de sua oferta de 2019 reativada. Começa agora o desafio do internacional. Com números de casos de Covid e óbitos ainda altos, apesar do avanço da vacinação, o Brasil está limitado por barreiras sanitárias em diversos países, como EUA, França e Espanha.

Aéreas europeias e america-

nas já recompõem suas malhas no exterior. A American soma 16 frequências ligando Brasil e EUA por semana. Em outubro, subirá a 35, aproximando-se das 42 que tinha antes da Covid. A portuguesa TAP alcançou 30 voos semanais, ante 80 no pré-pandemia. As rotas foram reativadas em sete das 11 cidades do país onde a empresa opera.

## CARIBE EM ALTA

Também as brasileiras se planejam. A Latam —que lidera o fluxo internacional no Brasil e recuou à terceira posição com a Covid— mantém voos para 11 de seus 26 destinos no exterior, incluindo Madrid e Frankfurt, apoiada principalmente no movimento de carga. Em julho, retoma a linha para Paris, este mês iniciando a rota para Cancun, de olho nos brasileiros em busca de algum destino que os aceite no exterior ou que precisem cumprir quarentena para ingressar nos EUA. A Gol já anuncia o internacional, com voos para Cancun e Punta Cana.

O gatilho de sucesso na retomada é a agilidade para aproveitar as janelas de demanda, pucadas pelo turismo de lazer, que larga na frente do



**"Para o Brasil, essa recuperação do tráfego aéreo virá quando tivermos clareza sobre o controle da pandemia"**

Cleveland Prates, ex-conselheiro do Cade e professor da FGV

**"Se neste momento tirassem todas as barreiras, não conseguiríamos voar para todos os lugares de uma vez porque estamos menores"**

Diogo Elias, diretor comercial da Latam

corporativo. A vacinação acelerando no Brasil, avalia Alexandre Cavalcanti, diretor comercial da American no país, é uma grande notícia, o que pode sinalizar que a retirada da barreira dos EUA aos brasileiros esteja mais próxima.

— Há muita demanda reprimida. Em dezembro e fevereiro, quando, por um erro

do sistema, vendemos passagens por um preço extremamente agressivo, houve um boom de vendas. O dólar caído também ajuda, porque o brasileiro pode se programar.

## DEMANDA REPRIMIDA

As brasileiras também apostam na demanda reprimida. Mas arriscam-se a ficar para trás na disputa de mercado com as rivais estrangeiras, que tiveram ajuda financeira de seus governos na pandemia e já tinham uma operação doméstica mais robusta.

Para Cleveland Prates, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e professor da FGV, o maior entrave é o cenário de incerteza:

— Para o Brasil, essa recuperação do tráfego internacional só virá quando tivermos clareza sobre o controle da pandemia. A incerteza não permite planejamento. E há também a economia andando de lado. A aviação cresce o dobro do PIB, para cima ou para baixo. Para a empresa, se está ruim hoje, mas se sabe que em dois anos melhora, ela se mantém. Se não tem certeza da melhora, não investe. Se as estrangeiras têm mais certeza de seu horizonte, seguem investindo

Neste momento, a recomposição de voos internacionais pelas aéreas daqui é feita a contágotas, focada em destinos abertos aos brasileiros ou nos que, apesar de fechados a visitantes, têm fluxo de carga e de residentes. Mas uma súbita abertura também seria difícil.

— Queremos voltar tudo. Mas, se neste momento tirassem todas as barreiras e todo mundo voltasse a viajar, não conseguiríamos voar para todos os lugares de uma vez, porque estamos menores do que éramos. E o dólar está muito mais caro. O turismo corporativo não vai ser retomado na mesma velocidade do de lazer —fria Diogo Elias, diretor comercial da Latam.

A aérea, cuja controladora chilena está em processo de recuperação judicial nos EUA, avança no doméstico. Sempre em comparação a igual mês de 2019, a previsão é chegar a 63% da oferta em junho, com retomada completa até o fim do ano. No internacional, chegou a 11% da malha em maio e a 15% este mês.

— A Latam lançou Cancun, exemplo de como temos de pensar mais rápido. Quando lançamos uma rota internacional fora de pandemia, são seis meses entre estudar e voar.

Agora fazemos em três semanas, porque tem avião e tripulação parados, oportunidade e capacidade de agir —diz Elias, frisando que a retomada internacional é importante para o caixa. — Com a demanda forte, lançamos o voo e, em 25 dias, saímos lotados.

A necessidade de aproveitar oportunidades acende o alerta em relação à posição do presidente Jair Bolsonaro contra o uso de um "passaporte de vacinação", dizem especialistas, porque isso pode atrasar a volta das viagens pelos brasileiros.

E há desafios anteriores: — O Brasil iniciou 2020 com desvantagem em chegadas internacionais, que retrairam 4,1% em 2019, enquanto globalmente subiram 3,4%. O cenário que se desenha agora, para a volta do internacional, é vinculado a interesses econômicos e diplomáticos entre os países. Nossa postura ambiental, em questões de diplomacia, na condução da pandemia, freia essas relações e o investimento internacional — diz a consultora Jeanine Pires, ex-presidente da Embratur.

Outro efeito disso, continua ela, é travar a atração de estrangeiros ao país, derrubando a geração de receita com gastos com hospedagem, passagens e outros.

## FORA DE CENA NA PANDEMIA

Outro ponto é que, na pandemia, a Embratur, que promove o Brasil lá fora, ficou obrigada a atuar apenas no mercado nacional durante o estado de calamidade no país e nos seis meses seguintes ao seu fim.

Em julho, a agência voltará a fazer campanhas publicitárias em mercados estratégicos, como os que têm isenção de visto turístico para o Brasil (EUA, Japão, Austrália e Canadá) e o Mercosul. Terá ainda estande em cinco feiras internacionais do setor. Ao todo, diz ter R\$ 100 milhões para promoção turística em 2021, sem especificar quanto será usado em campanhas internacionais.

A Embratur trabalha com a estimativa de que o turismo internacional, tanto no país como globalmente, só volte aos níveis de 2019 em 2024.

Em novembro a Gol retoma voos para Cancun e Punta Cana. Os demais destinos em América Latina e Caribe virão conforme definições sobre a entrada de brasileiros. "Neste mês de junho já estamos operando cerca de 300 voos diários e vamos ultrapassar 400 em julho, mostrando que a recuperação está bem acelerada também no mercado doméstico brasileiro", informa a Embratur.

A Azul também aposta em recuperação acelerada, mas admite que as barreiras sanitárias são obstáculo aos principais destinos procurados pelos brasileiros no pré-pandemia, como Flórida, Portugal e Argentina. A empresa opera um voo diário para a Flórida e cinco frequências semanais para Portugal. Antes da pandemia eram 11 voos por dia para sete destinos, ao todo.

A Azul avalia ainda que a valorização do dólar poderá ser "fator de impedimento ao turismo de lazer". Em compensação, pode fortalecer o doméstico e atrair estrangeiros.

### 16 frequências

É quanto a American Airlines mantém hoje ligando o Estados Unidos e Brasil. A previsão é, em outubro, atingir 35. Antes da pandemia, eram 42

### R\$ 100 milhões

É o montante total que a Embratur tem para promoção turística este ano, entre campanhas no Brasil e no exterior

### 63% da oferta

É a projeção da Latam para este mês em voos domésticos, frente a junho de 2019. No fim do ano, a companhia espera retomar sua capacidade total

### 4,1% de retração

O Brasil já havia começado 2020 com queda no número de chegadas internacionais, enquanto globalmente houve alta de 3,4%



MIRIAM LEITÃO, GLOBO, JESSIE LEITÃO, GLOBO, MIRIAM LEITÃO, GLOBO, REGINA MARCHI (GLOBO), FELIPE ANDRAGI (GLOBO), LUIZ CARLOS GONCALVES, OLÍVIO FERREI (GLOBO), VERA PINTO (GLOBO), MIRIAM LEITÃO

## MÍRIAM LEITÃO

https://globo.globo.com/miriam-leitao  
 https://www.globo.com.br/miriam-leitao  
 com-aviso-legal-2019-08-14



### A nossa dor além da conta

Meio milhão de mortos. É o que temos registrado. Um número imenso, inconcebível, mas que era previsível diante dos erros do governo. Caminhamos para a morte, dolorosamente, sem saber quem entre nós será atingido na próxima semana, no próximo dia, na próxima hora. Nós, os sobreviventes, carregamos dores e sequelas de uma impiedosa mortandade. Sim, Bolsonaro é culpado, e essa não é uma frase política, é a simples constatação diante de abundantes fatos produzidos diariamente por ele mesmo, o mais irresponsável dos governantes que o Brasil já teve. Na última quinta-feira, na live em que mente sistematicamente, Bolsonaro disse

que quem pegou o vírus está mais imunizado do que quem tomou a vacina. Essa é mais uma mentira mortal. As mentiras do presidente matam.

Não foi Bolsonaro que inventou a pandemia, mas é ele que tem se esforçado diariamente pela disseminação do vírus. Bolsonaro pôs todos os seus mesquinhos interesses à frente da vida. Sabotou os esforços dos que tentam proteger os brasileiros, atacou governadores, alimentou a cizânia, espalhou mentiras, estimulou aglomerações, ignorou fornecedores de vacinas, exibiu desprezo pelos que sofrem e correu atrás de tudo o que não funciona, da cloroquina ao spray nasal.

Governantes podem errar. Isso sempre aconteceu na história dos países. Mas Bolsonaro conseguiu errar o tempo todo. Diariamente ele toma decisões ou faz declarações que colocam o país mais vulnerável ao vírus. Descer a lista desses erros aqui seria exaustivo e ocioso. O país vê o presidente manipulando números de óbitos, estimulando a atitude errada, brigando de forma vil com todos que sinceramente se empenham em proteger a vida.

O país chega exaurido ao espantoso número de quinhentos mil mortos. Tem que dividir seus esforços em duas frentes de luta, contra o inimigo invisível e implacável, e

contra o governante que nos empurra em direção ao abismo. A Comissão Parlamentar de Inquérito põe diante de nós, a cada sessão, novos fatos, novas emissões, novas provas da incúria, da incompetência e do desprezo pela vida. Ficou claro, irretorquível, que o projeto de Bolsonaro sempre foi disseminar o vírus o mais rapidamente possível. Ele segue ainda hoje no delírio de que

Como é possível tolerar que o presidente ameace o país com uma convocação social e no meio de uma pandemia que matou 500 mil?

o contaminação geral da República é a melhor estratégia. O custo em vidas humanas não o interessa. Ele não quer proteger o país, quer que o assunto não atrapalhe a sua demagógica campanha eleitoral para 2022. Só nisso pensa o presidente.

Ele demitiu ministros que tentaram acertar, colocou outros na coleira, impôs que a máquina pública trabalhasse por remédios que são ineficazes e desprezou inúmeras chances de ter a vacina na primeira hora. Isso custou milhares de vidas. O único imunizante pelo qual o governo se empenhou era vendido por um intermediário sobre o qual pairam suspeitas. Heuave também, como a CPI mostra, desperdício de recursos públicos e desvios.

Bolsonaro passeia de moto sobre a der do

país nessa sua campanha eleitoral fora de época e de lugar, e que está sendo paga com o nosso dinheiro. São recursos públicos que custeiam seus deslocamentos e dos seus ministros para os comícios em que, desmascarado, ele mente e nos expõe ainda mais ao risco. Sai do nosso bolso o dinheiro que paga disseminadores de mentiras que ele instalou no Planalto sob o comando do vereador, seu filho. É nosso o imposto que financia a montagem dos palanques, que paga a comitiva de assessores e áulicos, os policiais da segurança, e os falsificados res de informação que o seguem em cada deslocamento.

A democracia brasileira está sem instrumentos para lidar com pessoas tão maléfica no governo. Está acusada pelo presidente e seus blefes, como o de que haverá uma "convulsão social" se o voto não for impessoal. Como é possível tolerar que o presidente ameace o país com uma convocação social e no meio de uma pandemia que matou 500 mil brasileiros?

Não há mais palavras para descrever os fatos desses devastadores meses em que o país atravessa uma tragédia inédita em nossa história sob o comando do pior dos presidentes. O tempo talvez console os enlutados, cure os feridos, e nos permita entender a devastação que temos vivido. O tempo presente, contudo, ainda é de luta pela vida.

# Governo vê recuperação total de voos só em 2023

Em entrevista ao GLOBO, Ronei Glanzmann, titular da pasta da Aviação Civil, avalia que já há retomada do mercado doméstico. Com essa aposta, lance mínimo para o leilão do Santos Dumont deve ser de R\$ 1 bilhão

GERALDO DOCA  
 foto de Ronei Glanzmann em Brasília

O governo avalia que o setor aéreo só estará totalmente recuperado dos estragos da Covid-19 em meados de 2023. Em entrevista ao GLOBO, o secretário de Aviação Civil, Ronei Glanzmann, disse que a retomada será puxada pelos voos domésticos, que começaram a decolar neste mês e vão se intensificar, conforme aumenta a vacinação. Com essa expectativa, o governo avança no processo de licitação do Santos Dumont, que deverá ir a leilão em maio de 2022, com lance mínimo na casa de R\$ 1 bilhão, sem qualquer restrição — tanto em relação aos participantes do certame como em relação às operações do terminal, origem e destino dos voos, disse o secretário.

O edital do leilão deverá ser colocado em consulta pública pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na primeira quinzena de julho. O Santos Dumont será leiloadado na última rodada de privatização do setor aeroportuário, com Congonhas e Belem. Quem arrematar levará também terminais regionais. No caso do aeroporto central de Rio, serão Jacarepaguá, Uberlândia, Uberaba e Montes Claros.

O secretário destacou que o mercado doméstico está em franca recuperação, com cerca de 1,3 mil voos por dia — 62% do volume pré-pandemia. Nas férias de julho, a malha deverá atingir

1,5 mil voos diários: na temporada de dezembro e janeiro, deve retomar os 2 mil diários.

Já no mercado internacional, os voos diários caíram de 400 por dia para 100, um tombo de 75%. Para o secretário, a retomada vai depender da flexibilização das barreiras impostas por vários países para conter a pandemia e dos protocolos de segurança.

— A recuperação do mercado internacional será lenta. Achamos que não volta em 2022, só em meados de 2023 — disse o secretário. — A retomada vai acontecer pela América do Sul, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, especialmente, porque são viagens de curta duração, sem precisar ficar muito tempo dentro do avião. As pessoas preferem voos mais curtos, antes das rotas internacionais, como América do Norte e Europa.

#### SEM INTERFERÊNCIA NO SETOR

Glanzmann disse que o governo não vê problemas na redução das operações das companhias nacionais para o exterior porque "o Brasil nunca teve protagonismo no mercado internacional". Argumentou ainda que a Latam, principal operadora de rotas para fora do país, foi afetada pela pandemia e precisou recorrer a processo de recuperação judicial nos EUA. Mas disse não ver problema de insolvência em relação à área.

Ao ser indagado sobre uma possível concen-



Santos Dumont. Edital do leilão de concessão do aeroporto deve ser colocado para consulta pública em julho

tração no mercado e efeitos sobre os preços das passagens, Glanzmann respondeu que o governo não está atento ao movimento das empresas, mas que não tem intenção de interferir. Ele destacou que não há mais entraves econômicos e regulatórios, o que torna o mercado favorável a novas

entrantes. Entre as medidas, citou o fim da restrição ao capital estrangeiro e da franquia de bagagem.

— O governo está acompanhando o movimento das empresas, mas não existe nenhuma pretensão de intervir nesse mercado. Quem tem papel de avaliar essa questão (antitruste) é o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que faz isso para todos os setores da economia — explicou.

No início de mês, a Gol comprou a empresa regional MAP, que opera em Congonhas, e há rumores no mercado de que a Azul estaria atuando para assumir as operações da Latam no Brasil.

O secretário desta-

cou ainda que a conclusão do processo de licitação dos aeroportos trará investimentos de até R\$ 6 bilhões nos terminais durante a concessão, que será de 30 anos. Do total, entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões ocorrerão nos primeiros três anos do contrato.

umas das principais inovações no Santos Dumont será a execução de projetos de engenharia para adequar o aeroporto aos padrões internacionais de certificação. As intervenções devem ampliar a capacidade do terminal, de 9 milhões de passageiros por ano para até 14 milhões. Em Congonhas, o volume anual de passageiros deve passar de 22 milhões para 30 milhões.

— Não dá para espremer muito mais essas lanças porque os aeroportos têm problema de espaço. Mas as correções vão ampliar um pouco a capacidade — observou.

#### DESTINO DA INFRAESTRUTURA

Sobre o desejo do governo do Estado do Rio em concentrar no Santos Dumont apenas a ponte aérea, com ligações para São Paulo e Brasília, deixando no Galeão os voos para outros destinos nacionais, o secretário citou a lei de criação da Anac, que trouxe o princípio da liberdade de voar.

— A companhia aérea pode voar para qualquer aeroporto, dependendo exclusivamente de capacidade operacional. A liberdade de voar é um princípio legal no Brasil, nenhum ente público poderá determinar para onde a companhia vai voar. O que eles podem fazer é dar incentivos para os passageiros a determinados aeroportos, como investir em segurança e facilidades de transporte, por exemplo.

Com a última rodada de privatização do setor aeroportuário, a Infraero está repassado ao setor privado todos os terminais sob sua administração. Mas a estatal só deve mesmo entregar as chaves dos terminais no início de 2023, já sob um novo governo, por causa da transição na operação. A SAC deixará na mesa três opções de destino para a empresa: extinção, incorporação à Empresa de Planejamento e Logística (EPL) ou a continuidade como prestadora de serviço para os aeroportos concedidos.

## Tecnologias digitais vão se manter na vida pós-pandemia, diz estudo

ANDRÉ MACHADO  
 andrea.machado@globo.com.br

No pós-pandemia nossas vidas serão cada vez mais virtuais, reflexo da entrada da tecnologia em nosso cotidiano com a Co-

vid-19. É o que mostra estudo da consultoria EY com 12 mil pessoas em 12 países.

No Brasil, 60% dos ouvintes afirmam que a tecnologia continuará sendo um elemento essencial de suas vidas. No cômputo geral, 70%

apontam que a maneira como usam serviços bancários e fazem transações financeiras será digital, enquanto 67% indicam que as compras on-line são um caminho sem volta.

Com relação a trabalho e estudo, 65% apontam a tec-

nologia como crucial, enquanto 64% dizem que a usaram mais para consultas médicas e serviços de saúde. E 62% lembram que a forma como se divertem estará ligada aos gadgets e à internet. A própria vida social cen-

tinuará a ser mediada em parte por smartphones, Zooms e afins, dizem 51% dos entrevistados. E 41% admitem que a tecnologia terá papel fundamental para manter a saúde mental. — Nesse quadro, as iniciati-

vas dos governos quanto à implementação de tecnologias serão cruciais — ressalta Luis Pontes, sócio-líder de Consultoria para o Setor Público e Governo da EY no Brasil. — Será preciso pensar em políticas públicas para uma integração maior dos sistemas, de modo a não excluir digitalmente os cidadãos, acirrando a desigualdade econômica.





CAPITAL 100% PRIVADO

# A NOVA BR DISTRIBUIDORA

## Empresa mira energia renovável e gás. Petrobras sairá do setor de postos de combustível

BRUNO ROSA, DANIELLE NOGUEIRA E CAROLINA NALIN  
reportagem especial

A decisão da Petrobras de se desfazer da fatia remanescente de 37,5% do capital da BR Distribuidora e sair de vez do segmento de postos de combustíveis no país. Além da previsão de aumento da concorrência, a medida deve acelerar os planos de diversificação de investimento da BR em atividades como energia renovável, comercialização e distribuição de gás. A empresa também avalia entrar no segmento de refino, mas o tema ainda é motivo de discussões internas. Segundo fontes, uma das metas da gestão de Wilson Ferreira Júnior, que assumiu a empresa em março após deixar o comando da Eletrobras, é justamente ampliar o leque de atuação da companhia.

A estimativa da Petrobras é levantar R\$ 11,5 bilhões com a venda de 436,9 milhões de ações. O preço final só será definido de acordo com a demanda no dia 30 de junho. Ontem, as ações da BR fecharam em alta de 0,44%. Os papéis com voto da Petrobras subiram 0,28%.

**CAPITAL PULVERIZADO**

A venda das ações deve começar no dia 2 de julho e ser concluída até o dia 5 do mesmo mês. Nos postos, a bandeira BR será mantida. O contrato de licenciamento da marca é independente do negócio. Hoje, a BR tem pouco mais de 8 mil postos. Um dos caminhos para aumentar a rede é avançar sobre os 19.450 postos de bandeira branca no país. A ideia é atrair 47% deles.

A decisão de sair da BR está em linha com a estratégia de desinvestimento da Petrobras para reduzir o endividamento e se concentrar nos negócios principais, especialmente no pré-sal. A operação já era esperada para este ano, mas o cronograma sofreu algum atraso com a troca no coman-



Enchendo o tanque. Nos postos, a bandeira BR segue a mesma, pois o contrato de licenciamento independe da venda de ações. Empresa vê espaço para ampliar rede

do da estatal. Até agora, Joaquim Silva e Luna tem dado sinais de continuidade na política de venda de ativos.

A Petrobras fez a primeira venda de ações da BR em Bolsa em 2018, quando levantou R\$ 5 bilhões ao alienar 28,75% do capital. Em 2019, se desfez de uma fatia de 33,75% das ações por pouco mais de R\$ 9 bilhões.

Com a nova operação, a BR consolida sua estratégia de atuar como corporação, sem controlador definido. Além da Petrobras, alguns dos principais acionistas hoje são, segundo fontes, Itaú Dunamis, Bogari, Moat, Kapitalo, BlackRock, Vanguard, Norges Bank, Opportunity e Verde Asset, entre outros.

Segundo fontes, um dos interessados no papel seria o banqueiro Ronaldo Cezar Coelho, acionista da Light. Ele foi procurado, mas não ligou de volta. De acordo com o prospecto da operação, 10% dos 37,5% à venda serão

**PERFIL DA COMPANHIA**

- Empresa é líder no segmento de distribuição de combustíveis no Brasil
- Criação: 1971
- Número de postos: 7.817 com bandeira BR
- Número de clientes: 18,5 mil grandes consumidores
- Número de funcionários: quase 3.400 empregados
- Lucro líquido: R\$ 492 milhões no 1º trimestre de 2021, alta de 130% sobre igual período de 2020

**Composição acionária**



Fonte: ANP



**Negócios**

- Tem participações em empresas ligadas a serviços marítimos offshore, industrialização de fluidos, logística, e outras soluções em petróleo e gás.
- Tem joint venture com as Lojas Americanas, criada em fevereiro deste ano, para a integração das lojas de conveniência BR Mania e Local



Editor: de Arte

destinados ao varejo. O restante pode ser vendido a grandes investidores, mas a Petrobras se comprometeu a não vender ações em bloco a um único investidor. E parte dos acionistas atuais deve aumentar sua fatia na empresa.

Segundo um executivo a par das discussões, a saída da Petrobras deve atrair recursos de fundos de investimento que não aplicavam na empresa devido ao risco de interferência política.

**OPORTUNIDADE DE INVESTIR**

A BR é líder em participação, com 24,2% da venda de gasolina e 27,6% da de diesel. A distribuição de combustíveis movimentou 2,9 milhões de barris por dia e responde por 3,7% do consumo mundial de combustíveis líquidos, mais do que Canadá e México.

Para a BR, a perspectiva de capital 100% privado abre oportunidades de investimento. No ano passado, ela cogitou, segundo fontes, in-

vestir na Gaspetro, holding comandada pela Petrobras e pela japonesa Mitsui, que é dona de 19 concessionárias de gás natural no Brasil. A Gaspetro está à venda. A proposta não foi adiante por aspectos regulatórios, já que a Petrobras é acionista da BR.

Em setembro último, a BR anunciou parceria com a Golar Power para ampliar a oferta por meio de GNL (gás liquefeito). Há expectativa de investimento em ativos com foco em importação, regaseificação e transporte de GNL em locais de baixa concorrência.

Outro foco de atenção é a comercialização, com a compra de empresas que vendem energia no mercado livre. No início do ano, a BR concluiu a compra da Targus, comercializadora de energia. O objetivo é se voltar para "energias do futuro", menos poluentes.

Ainda assim, a empresa ainda estuda o setor de refino, mesmo com a possibilidade de ser visto como um investimento em "energia do passado". A Petrobras colocou à venda oito unidades que somam metade da capacidade de produção no país.

A estatal já vendeu a Rlam, refinaria na Bahia, para o fundo árabe Muhadala por US\$ 1,65 bilhão. Estão à venda unidades no Paraná, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pernambuco, Minas Gerais e Ceará. Neste caso, a BR também pondera se pode haver barreira de órgãos de defesa da concorrência, já que ela tem liderança na distribuição de combustíveis.

Segundo Paule Miranda, presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), a saída da Petrobras do setor de distribuição e varejo vai permitir maior concorrência:

—O mercado brasileiro é muito atrativo e com grande potencial de crescimento. A saída da Petrobras na BR pode atrair mais empresas e fundos de investimentos.



# Projeto que altera o IR deve ser enviado semana que vem, diz Lira

Falta de acordo sobre progressão da tabela para pessoa física atrasou entrega

FERNANDA TRISOTTO  
fernanda.trisotto@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o projeto que vai alterar o Imposto de Renda deve ser encaminhado à Casa na próxima semana. Segundo o deputado, a falta de acordo em relação à progressão da tabela do IR acabou atrasando o envio da proposta pelo Ministério da Economia.

— Eu esperava para essa semana, não veio. Isso foi postergado para a próxima

quarta-feira, com a entrega de um projeto de lei que vai tratar do Imposto de Renda pessoa física, pessoa jurídica e dividendos. Ainda precisamos de ajuste entre Casa Civil, Ministério da Economia e o presidente da República — declarou Lira, durante evento organizado pela Fiesp para debater a reforma tributária.

A equipe econômica estudava ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de R\$ 1.903,98 para até R\$ 2.500, conforme adiantou O GLO-

BO. Esse valor ficaria abaixo do defendido pelo presidente Jair Bolsonaro e prometido na campanha eleitoral, de R\$ 3 mil, mas era considerado o possível para não comprometer a arrecadação da União.

## MUDANÇA POSSÍVEL

Perguntado sobre a tributação de dividendos, Lira disse que aguarda receber a proposta do governo para discutir a questão.

Sobre o conjunto da reforma tributária, Lira reafirmou que o fatiamento foi

uma escolha para que o Parlamento consiga entregar a reforma possível ainda este ano. As diretrizes são de perseguir a diminuição de impostos progressivos, mas, neste momento, o primordial é não elevar a carga tributária e fazer acertos para conseguir mais simplificação e desburocratização.

Durante o encontro, o presidente da Câmara também destacou o andamento da reforma administrativa, cuja comissão especial já está instalada e com plano de trabalho apresentado. A tendência é que o relatório seja votado na segunda quinzena de agosto. Mais uma vez, Lira destacou que a proposta não vai afetar os direitos adquiridos dos atuais servidores, mas será uma proposta para modernizar o funcionalismo, diminuir os custos do Estado e dar previsibilidade.

## Fala de Guedes mostra omissão do governo, dizem analistas

Ministro disse na quinta-feira que classe média desperdiça comida e que sobras de restaurantes poderiam servir para população vulnerável

POLLYANNA BRÉTAS  
pollyanna@globo.com.br

A declaração do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que a classe média desperdiça comida que poderia servir para a população vulnerável, desvia para a sociedade a responsabilidade por desenvolver políticas para conter o avanço da fome e da insegurança alimentar, na avaliação de especialistas.

“Com toda aquela alimentação que não foi utilizada durante aquele dia no restaurante, aquilo dá para alimentar pessoas fragilizadas, mendigos, desamparados”, afirmou o ministro na última quinta-feira em um evento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Para o analista de políticas da ActionAid Chico Menezes, que foi presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e diretor do

Ibase, CNG criado por Betinho, o governo se omite no enfrentamento da fome. Com a pandemia, em 2020, 19 milhões passaram a conviver com a fome e, pela primeira vez em 17 anos, mais de 50% da população não tinham certeza se teria comida na mesa, em situação de insegurança alimentar, de acordo com levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

Segundo Menezes, a alimentação é direito humano e não pode ser tratada desta forma:

— O governo não pode lavar as mãos e dizer que a classe média que faça menos desperdício para enfrentar a fome. É uma postura semelhante à omissão e à renúncia que faz hoje em relação à crise sanitária.

O economista criticou ainda a declaração da ministra da Agricultura, Teresa Cristina, feita no mesmo



Sem programas. Distribuição de refeições no Centro de Fie: políticas públicas contra a fome foram desmobilizadas

evento da Abras, sobre entender a validade de produtos para oferecer a pessoas que estão em insegurança alimentar, e o apelo do presidente Jair Bolsonaro para que supermercados não aumentem os preços de produtos da cesta básica:

— A declaração da ministra é outro desrespeito. Então, para aqueles que não podem se alimentar bem, vamos dar alimentos com data vencida? As pessoas não podem ser tratadas desta forma. Já o presidente é quase infantil pedindo para

supermercado segurar preços. Será que ele não sabe como funciona?

Para Rodrigo Kiko Afonso, diretor-executivo da Ação da Cidadania, políticas que ajudaram a tirar o Brasil do mapa da fome foram desmobilizadas, o que levou ao retorno

do país à lista dos que têm mais de 5% da população convivendo com a fome.

Afonso diz que, nos últimos dez anos, a redução da área plantada de arroz foi de 50% e a de feijão caiu 76%. O programa de incentivo aos pequenos produtores, responsáveis pela produção de itens da cesta básica, sofreu corte drástico, com o orçamento caindo de R\$ 1,3 bilhão, em 2014, para R\$ 150 milhões, em 2020.

### CONSELHO EXTINTO

Rodrigo Afonso avalia que a crise sanitária provocou mais desemprego, mas a falta de políticas públicas foi o maior retrocesso na área.

— A declaração do ministro demonstra desconhecimento sobre o problema da fome no país. Distribuir estes alimentos não é política pública para reduzir a insegurança alimentar. É preciso gerar renda e emprego para que estas famílias não dependam de cestas básicas.

Menezes lembrou que o Conselho de Segurança Alimentar, órgão do governo para criação de políticas públicas sobre segurança alimentar, foi extinto no governo Bolsonaro.